



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

JUANA ANDRADE DE LUCINI

**QUEM É A SOCIEDADE CIVIL ?**

**Atores, atitudes e comportamento político nos comitês de bacia hidrográfica**

Dissertação apresentada ao Instituto de  
Ciência Política da Universidade de Brasília  
como requisito parcial à obtenção do título de  
mestre em Ciência Política

Tema: Relações Estado Sociedade Civil

Área: ciência política – políticas públicas  
(grande área: ciências humanas).

Orientadora: Rebecca Naera Abers

BRASÍLIA

2008

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**Instituto de Ciência Política – Ipol**  
**Mestrado Acadêmico em Ciência Política**

**QUEM É A SOCIEDADE CIVIL?**

Atores, atitudes e comportamento político nos comitês de bacia hidrográfica

**Juana Andrade de Lucini**

**Orientadora: Rebecca Abers**

**Dissertação de Mestrado**

**BRASÍLIA/DF**

**2008**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**Instituto de Ciência Política – Ipol**  
**Mestrado Acadêmico em Ciência Política**

## **QUEM É A SOCIEDADE CIVIL?**

**Atores, atitudes e comportamento político nos comitês de bacia hidrográfica**

**Juana Andrade de Lucini**

Dissertação de Mestrado submetida ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do grau de mestre em ciência política.

Área de concentração: políticas públicas

Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

---

Profa. Rebecca Naera Abers, Ph.D, UnB  
Orientadora

---

Prof. Carlos Batista, Ph.D, UnB  
Examinador interno

---

Profa. Vanessa Empinotti, Ph.D, USP  
Examinadora externa

---

Profa. Marisa Von Bülow, Ph.D, UnB  
Suplente

Brasília/DF, 08 de setembro de 2008.

Esta tese é dedicada a três pessoas em especial:

Uma defensora dos recursos hídricos,  
amiga pesquisadora das águas que muito me inspirou e orientou,  
Mariana Sell. Seu exemplo e luta em defesa das águas no Brasil e no mundo nunca serão esquecidos. **A você dedico esta tese, pois ela também foi fruto de sua luta.**

Ao meu pai, Lyonel Lucini, que sempre me incentivou a pesquisar, a questionar, a não aceitar por aceitar e me deu todo o suporte.

Ao meu irmão, Daniel Muniz Lucini, que foi o grande incentivador para que eu seguisse com meu curso de graduação em ciência política e foi meu melhor amigo durante bons anos.

QUE AS ÁGUAS QUE VOS BANHARAM  
NOS BANHEM SEMPRE.

## Agradecimentos

Há algumas pessoas que percorrem um caminho mais longo, sinuoso, para chegar ao mesmo lugar que outras. No meu caso, posso dizer que o caminho foi muito mais longo. Mas foi bonito, cheio de aprendizagens, sushis, cachupas, humus e bocadillos. Formei-me no segundo semestre de 2001 e não fiz a seleção de mestrado para ingressar no ano seguinte, como sempre tinha sido minha concepção. Ao invés, fui ao Japão. Um ano e meio depois voltei e fiz a seleção, ingressando no ano de 2004. Aprendi muito naquele ano, mas 2005 foi cheio de obstáculos e não consegui percorrer todos com o livro na mão, tive que largá-lo. No ano seguinte, fui recuperar minha capacidade de carregar o livro andando por aí, fui estudar em Israel e depois fui realizar o sonho de conhecer a Europa. Ao retornar, tive que, mais uma vez, fazer a seleção do mestrado, ingressando novamente em 2007. Eis-me finalmente em condições de finalizar meu mestrado e obter o título tão almejado. Foi um longo caminho, mas não menos glorioso.

Agradeço, enormemente, as pessoas que me apoiaram na trajetória. A todos os amigos que me compreenderam não sei expressar minha admiração.

Agradeço, especialmente, à Universidade de Brasília, que tanto conhecimento me permitiu compartilhar.

Agradeço também aos colegas de mestrado e os professores e funcionários do Instituto de Ciência Política. Ríamos na secretaria outro dia da minha longevidade por lá. Foram 10 anos, entre idas e vindas. Agradeço também aos demais funcionários e professores da Universidade de Brasília.

Agradeço aos colegas de mestrado das turmas de 2004 e 2007. Foi ótimo compartilhar e aprender com todos vocês.

À minha orientadora, Rebecca Abers, todo o carinho e admiração. Sem o apoio, os puxões de orelha, os aprendizados, eu não seria capaz de concretizar esta etapa.

Aos professores Carlos Batista e Marisa Von Bulow, presentes na banca de qualificação oral, pelos valiosos comentários e contribuições ao projeto. Ao professor Paulo Calmon, que tanto me ensinou nas primeiras etapas.

Ao Projeto Marca D'Água, pela oportunidade de participação desde o início. Ao escrever o capítulo sobre as bacias, me emocionei ao pegar os dados quantitativos e perceber que havia feito toda a manipulação desses dados, em 2001, quando ainda era estagiária do projeto. À equipe do projeto pelos comentários à primeira versão do artigo e pelo convite à participação no seminário nacional.

Aos diversos atores dos comitês por terem respondido aos questionários e me permitir o acesso aos dados.

Aos amigos que me apoiaram no novo início e me ajudaram no novo processo seletivo, especialmente Renata Resende e Luana Pinheiro.

Embora todas as pessoas que já passaram em minha vida tenham sido importantes, há algumas que sem o suporte tudo teria sido bem mais difícil, meus sempre amigos:

Renata Resende e Helder Rogério, Daniela Ramos e Marco Rodrigo, Luana Pinheiro e Adriano, Marina Lima e Roberto, Lidiane e Christopher, Carolina Barcellos e Bruno, Laura Isabel, Júlia Rodrigues, Davi Schmidt, Enid Rocha, Marília Oliveira, Ana Carolina Querino, Lucídio Bicalho, Raul Menezes, Jimmy, Kathya Kakinami, Karen Harada, Karen Cope, Frederico Gromwell, André Azevedo, Jorge Abraão (Profeta), Zé Aparecido, Luciana Mendes, Devon Michaud, Daniela Souza, Carolina Cunha, Renée Danielle, Cristiane Torres, Natália Lleras, Paola Ramos, Jacob Joseph, Mônica Felizola, Liliana Viotti, Deborah Veras, Rumiko Dormon, Nissim, Efi, Andrea Marin.

E a todos da escola de biodanza de Belo Horizonte e dos grupos de biodanza de Brasília, ex-colegas e eternos companheiros.

Queria agradecer às inúmeras pessoas que me ajudaram nos mínimos detalhes: Bruno Duarte, Tiago Sampaio, Piedade, Marcelo Dias da Costa, Marcelo Gadelha, Cadu, Chico Sadeck, Santiago Varela, Eliane Ignotti, Michelle Bastos, Zezé e Didi pela preciosa revisão.

Meus colegas de trabalho e supervisores nesse período, ainda no Brasil, novos amigos, pelo incentivo, compreensão e liberação nos dias necessários: Beto Cury, Helmut Schwarzer, Tatiana Britto, Cláudia Baddini, Jeni Vaitsman, Astral, Guilherme Delgado.

Na nova etapa, em Cabo Verde, aos novos amigos: Deolinda, Sandra, Antônio Duarte, Rene Charles Sylva, Isaac, Ana Cristina, Anilta, Leodemilo, Letícia, Fernando, Maite, Bárbara e Pablo, Veronique, Sandrine, Celeste, Dra. Vera Andrade, Joy Panagides, Roselma, Any. Aos colegas da DGP pelos bons momentos compartilhados e especialmente ao diretor Manuel Pinheiro pela compreensão. À equipe da Embaixada do Brasil, além de grandes amigos, me deram um inestimável suporte: Denise, que me ajudou a conseguir água nos momentos escassos; Ariane e Neto, prazerosas feijoadas; Gustavo, sessões de cinema maravilhosas; Sônia, que me permitiu receber os livros que precisava para estudar; e à Embaixadora Maria Dulce por todo o carinho desde minha chegada ao país. Agradeço especialmente a Stahis Panagides, mestre que me deu um grande incentivo à finalização, um dos poucos exemplares do seu livro e me fez contar meus objetivos e hipótese a quase todas as pessoas da Praia.

E, claro, gostaria de agradecer à minha família linda. Minha mãe, por ser tão linda, presente, paciente; minha madrinha, pelo eterno suporte; minha tia Ana, por estar sempre presente e carinhosa; minha irmã, pelas boas conversas, e a todas as primas que sempre me apoiaram - Mirella, Ticiane, Fabíola, Aline, Carla, Romina (entre muitas!); e a meus sobrinhos, que brilham a minha vida.

"Eu conheço os rios.  
Eu conheço rios tão antigos como o mundo, e  
mais velhos que o fluxo de sangue nas veias  
humanas.  
Minha alma é tão profunda como os rios.  
Eu me banhei no Eufrates, na aurora da  
civilização.  
Eu fiz minha cabana na margem do Congo, e  
suas águas me cantaram uma canção de ninar.  
Eu vi o Nilo, e construí as pirâmides.  
Eu escutei o canto do Mississippi quando  
Lincoln viajou até New Orleans, e vi suas  
águas tornarem-se douradas ao entardecer.  
Minha alma se tornou tão profunda como os  
rios".

Langston Hughes



## RESUMO

Baseado numa pesquisa censitária realizada com os membros de 14 comitês de bacias hidrográficas e 4 consórcios de bacia, a dissertação analisa o papel desempenhado pelos atores, em especial a categoria preliminarmente classificada como sociedade civil, atores definidos operacionalmente como os que não são usuários de água nem oficiais do estado em qualquer nível de governo. A hipótese que permeia o estudo é que este grupo resíduo que corresponde ao que muitos atores chamam de “sociedade civil” é heterogêneo, e que conflitos não ocorrem necessariamente entre sociedade civil e governo, mas entre projetos políticos, dinâmicas políticas, formas de participação e preparos distintos, que se confrontam nos comitês. O objetivo é tentar identificar similaridades ou diferenças nesses representantes, agrupando os indicadores nessas categorias de análise e comparando os grupos. Outro objetivo é tentar identificar uma teoria na literatura existente que explique os resultados. Os resultados mostram que: a) o segmento sociedade civil é heterogêneo em seus projetos políticos, em sua dinâmica política, em sua forma de participar no comitê e quanto ao preparo de seus representantes. No entanto, no que se refere à representatividade dos membros e à participação em outras organizações, não há diferenças substanciais entre os grupos; b) os representantes do poder público são bastante homogêneos, com exceção dos representantes do poder público federal, que se distanciaram dos demais grupos principalmente quanto ao preparo do representante e à participação em outras organizações; c) os usuários também são heterogêneos, mas menos do que a sociedade civil. É possível criar subgrupos entre os usuários, com características semelhantes, enquanto que na sociedade civil cada grupo se diferencia dos demais.

Palavras-chave: sociedade civil, bacia hidrográfica, água, políticas públicas.

## ABSTRACT

*Based on a survey of the members of 14 river basin committees and consortia, this thesis analyses the role of these actors, especially the category preliminarily classified as civil society. This operational definition includes the actors who are neither civil servants nor large scale water resources users. The hypothesis is that this group is not homogeneous, and that conflicts occur not so much between civil society and the government as between the different political projects, political dynamics, ways of participating and professional backgrounds that confront each other in these forums. The objective is to try to identify similarities or differences between these actors, selecting indicators for each of these dimensions and comparing groups. Another objective is to try to identify a theory in the existing literature which can explain the results. Those results show that: a) civil society is indeed heterogeneous with respect to political projects, dynamics, forms of committee participation and background qualifications. Nevertheless, there is little difference among groups with respect to the way they interact with the institutions they represent and participation in outside forums; b) members representing the State are homogeneous, with the important exception of Federal workers. These actors have very different characteristics from other groups with respect to professional qualifications and to participation in outside forums; c) Users are heterogeneous, but less so than civil society groups. It is possible to group different types of users into different sub-categories with similar characteristics, where as each type of civil society organization is very different from all the others.*

*Key words: participation, civil society, river basin, water, public policies*

## Glossário

**BACIAS HIDROGRÁFICAS** – unidade de referência e planejamento de recursos hídricos.

**COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA** – instância participativa para gerenciamento de uma bacia hidrográfica. Funciona como um colegiado.

**CONSÓRCIOS** – instâncias deliberativas intermunicipais. Têm como finalidade contribuir para a implantação da gestão dos recursos hídricos e não são instituídos por lei embora exista a possibilidade de que eles exerçam por um período determinado as funções de agência de bacia. Também é importante salientar que os consórcios só têm o compromisso de atender aos interesses dos seus associados, enquanto os comitês de bacia garantem a representação de todos os setores envolvidos e interessados pela gestão das águas.

**ESTADO** – três níveis de poder público.

**LEI DAS ÁGUAS** – Lei Federal n. 9.433/97, que cria a Política Nacional de Recursos Hídricos e institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

**OFICIAIS DO PODER PÚBLICO** – oficiais legalmente investidos em órgãos de governo em qualquer dos níveis.

**USUÁRIOS** – engloba o pequeno produtor rural, o grande fazendeiro irrigante, o grande empresário industrial e os órgãos públicos responsáveis pelo sistema de abastecimento de água.

## Lista de figuras

Figura 1	Grupos e segmentos analisados no <i>survey</i> Marca D'água	45
Figura 2	Projetos políticos por grupos da sociedade civil	80
Figura 3	Dinâmica política por grupos da sociedade civil	80
Figura 4	Participação por grupos da sociedade civil	81
Figura 5	Preparo do representante por grupos da sociedade civil	82
Figura 6	Representatividade por grupos da sociedade civil	83
Figura 7	Participação em outras organizações por grupos da sociedade civil	84
Figura 8	Projetos políticos por oficiais do Estado	86
Figura 9	Dinâmica política por oficiais do Estado	86
Figura 10	Participação no comitê por oficiais do Estado	87
Figura 11	Preparo do representante por oficiais do Estado	87
Figura 12	Representatividade por oficiais do Estado	88
Figura 13	Participação em outras organizações por oficiais do Estado	89
Figura 14	Projetos políticos por usuários	91
Figura 15	Dinâmica política por usuários	92
Figura 16	Participação no comitê por usuários	93
Figura 17	Preparo do representante por usuários	93
Figura 18	Representatividade por usuários	94
Figura 19	Participação em outras organizações por usuários	94

## Lista de tabelas

Tabela 1	Composição dos comitês e consórcios por seguimentos e categorias associadas, e gênero	46
Tabela 2	Escolaridade dos seguimentos, por categoria	48
Tabela 3	Renda familiar por categoria- referência 5 e 10 salários mínimos e composição familiar	49
Tabela 4	Renda familiar da sociedade civil- referência 5 e 10 salários mínimos e composição familiar	50
Tabela 5	Escolaridade dos grupos da sociedade civil, por categoria	51
Tabela 6	Definição das variáveis e matriz lógica	65
Tabela 7	Matriz de julgamento para a sociedade civil	78
Tabela 8	Matriz de julgamento para oficiais do poder público	84
Tabela 9	Matriz de julgamento para representantes dos usuários	90

## Lista de siglas

AAMA – Associação dos Amigos do Meio Ambiente, de Unai

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária

ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos

ACAPRENA – Associação Catarinense de Preservação da Natureza

ACIs – Associações Comerciais e industriais

ADHOC – Administradora do Porto de Itajaí

ANA – Agência Nacional de Água

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APREMAVI – Associação de Preservação do Ambiente do Alto Vale do Itajaí

ASPROM – Associação de Promoção Social e Meio Ambiente da Bacia do Rio da Prata, de João Pinheiro

AUA – Associação de Usuários de Águas

CASAN – Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

CE – Ceará

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CETEC – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais

CIDASC – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CIPOMA – Polícia de Meio Ambiente do estado de Pernambuco

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CODEMA- Conselho Municipal de Conservação, Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente

COGERH – Companhia de Gestão de Recursos Hídricos

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

COMUAS – Comissões Municipais de Usuários de Águas

COOPERVAP – Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu

COPAM – Conselho de Política Ambiental

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (PE)

CREA – Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia

DEOH – Departamento Estadual de Obras Hidráulicas

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

FAEMA – Fundação Municipal do Meio Ambiente (Blumenau)

FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina

FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

FEBE – Fundação Educacional de Brusque.

FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SP)

FONASC – Fórum Nacional da Sociedade Civil

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FURB – Universidade Regional de Blumenau

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IPA – Instituto de Pesquisas Ambientais, Universidade Regional de Blumenau

LATASA- Empresa Latas de Alumínio, S.A

MOVER – Movimento Verde de Paracatu



MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

NEPOL – Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais, Universidade Federal da Bahia

NP3 – Núcleo de Políticas Públicas, Universidade de Brasília

ONGs – Organizações Não Governamentais

PROSAM – Programa de Suporte a Administração Municipal

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PROCAM – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo

REBOB – Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SAMAES – Serviços Autônomos Municipais de Águas

SARITA – Sociedade Amigos do Rio Itajaí,

SEMAD – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEMADUR – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SNGRH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SRH – Secretaria de Recursos Hídricos

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UNIDAVI – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

## Sumário

1. Introdução .....	1
2. Referencial Teórico .....	12
3. Caracterização dos membros e dos Comitês.....	31
3.1 Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe (CE).....	32
3.2 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapama (PE).....	33
3.3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (MG) .....	33
3.4 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (MG).....	34
3.5 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará (MG) .....	35
3.6 Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Paracatu (MG) .....	35
3.7 Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul- CEIVAP (MG- RJ-SP).....	36
3.8. Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (SP).....	37
3.9 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí-Mirim/ Grande (SP) .....	38
3.10 Comitê da Bacia Hidrográfica Litoral Norte (SP) .....	38
3.11 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição (SC).....	39
3.12 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (SC) .....	39
3.13 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí (RS).....	40
3.14 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (RS) .....	41
3.15 Consórcio Intermunicipal de Usuários da Água da Bacia do Alto e Médio Itapicuru (BA).....	41
3.16 Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, Rio São João e Zona Costeira (RJ).....	42
3.17 Consórcio da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba (SP).....	43
3.18 Consórcio de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi- COPATI (PR).....	43
3.19. Visão comparativa dos comitês .....	44
3.20. Análise dos dados do survey Marca D'água .....	45
4. Metodologia:.....	53
4.1 Definição do problema: .....	53
4.2 As hipóteses da pesquisa: .....	54
4.3 Objetivo .....	54
4.4 Referencial metodológico.....	54
4.5 Procedimentos Metodológicos .....	56
4.5.1 Abrangência:.....	56
4.5.2 Plano amostral e Coleta dos Dados .....	58
4.6. Método investigativo:.....	60
4.7. Passos da pesquisa:.....	62
5. Detalhamento do Modelo .....	65
5.1 Perguntas e variáveis selecionadas:.....	65
6. Resultados e conclusão:.....	77

6.1 Resultados para a categoria da sociedade civil.....	77
6.2 Resultados para o seguimento dos oficiais do Estado .....	84
6.3 Resultados para a categoria dos usuários .....	89
6.4 Conclusão .....	95
Bibliografia: .....	98
Anexo 1- Perguntas selecionadas, por dimensão de análise .....	I
Anexo 2: Resultados encontrados para o Marco Teórico- sociedade civil.....	XIII
Anexo 3: Resultados encontrados para o Marco Teórico- oficiais do Estado .....	XIV
Anexo 4: Resultados encontrados para o Marco Teórico- representantes dos usuários.....	XV
Anexo 5: Atribuição de notas- sociedade civil .....	XVI
Anexo 6: Atribuição de notas - oficiais do Estado.....	XVII
Anexo 7: Atribuição de notas- representantes dos usuários .....	XVIII

# 1. Introdução

O conceito de sociedade civil permeia as análises políticas de diversos autores clássicos e contemporâneos. Isso porque o conceito de sociedade civil permeia a definição da estrutura social. Atualmente, a discussão sobre o tema envolve também a democracia como estrutura de governo consolidada em grande parte dos países e, principalmente, a democracia participativa.

Hoje diversas organizações da sociedade civil são chamadas a participar da tomada de decisões e também na implementação de políticas públicas e programas governamentais. Dentro dessa nova estrutura, quem é a sociedade civil? É ela uma única categoria ou podemos falar de várias sociedades civis?

Há poucos estudos que fazem distinções analíticas entre atores da sociedade civil, que exploram de maneira sistemática a preparação das diferentes organizações civis, representantes de movimentos sociais ou dos cidadãos comuns, assim como que analisem o comportamento político desses atores e os fatores que configuram as diferentes capacidades dos atores para a ação política. O termo sociedade civil acaba trazendo carga normativa e unificadora para os diversos atores empíricos (HOUTZAGER et al, 2004).

O objetivo principal desta dissertação é então analisar como se agrupam alguns atores dos comitês e consórcios de bacias hidrográficas, comumente classificados pelas políticas de água como representando a “sociedade civil”, em termos de comportamento e projetos políticos. A investigação se dá no conjunto de atores participantes dos Comitês de Bacias

Hidrográficas de 18 bacias no âmbito do Projeto Marca D'água<sup>1</sup>, seguindo os passos dos comitês de bacias hidrográficas.

A base de dados disponível a partir da aplicação do *Survey* Marca D'Água 2005 é a fonte de dados composta por uma enquête com 626 membros de 14 comitês de bacia e 4 consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas, a ser detalhada mais adiante no capítulo quatro. A partir de uma perspectiva indutiva, foi utilizada a base de dados para analisar e identificar os diferentes atores que participam desses comitês. Será que há diferença no comportamento e no preparo dos grupos que compõem e caracterizam os diversos grupos nessas instâncias participativas?

Meu objetivo é discutir conceitualmente o que é sociedade civil e utilizar os dados para contribuir à análise da questão. Como salienta Avritzer (1994:6), “sociedade civil” é um dos conceitos mais obscuros da teoria política contemporânea. Assim, estudar movimentos sociais e fóruns participativos, e analisar a sociedade civil, é perscrutar num rumo importantíssimo de pesquisa nas ciências sociais contemporâneas.

Minhas perguntas principais são: o que entendemos por sociedade civil? Seria útil definir um grupo como “sociedade civil”, ou trata-se de um conjunto tão heterogêneo que, para fins de análise, não poderíamos estudá-lo homogeneamente como uma categoria? E qual a utilidade em classificar o mercado e o Estado de forma tão antagônica a todo o resto, como se os conflitos se travassem somente nessas esferas?

A hipótese subjacente é a de que os conflitos não ocorrem necessariamente entre

---

<sup>1</sup> O Projeto Marca D'água foi criado em 2001 com o objetivo de acompanhar e analisar o desenvolvimento do novo sistema de gestão das águas, sobretudo os organismos de bacia. O Projeto envolve vários pesquisadores do Brasil e do exterior, num estudo multidisciplinar, comparativo entre bacias hidrográficas e longitudinal, incluindo várias perspectivas metodológicas.

sociedade civil e governo, mas entre comportamentos, concepções e projetos políticos distintos, que se confrontam no espaço público.

Para os fins desta pesquisa, defino operacionalmente uma categoria “sociedade civil”, que é aquela formada pelos representantes de organizações que não são nem oficiais do Estado (aqui caracterizado pelos três níveis de poder público, os representantes legais dos órgãos de governo em qualquer um dos níveis), nem representantes de usuários (aqueles que representam os usuários diretos dos recursos hídricos, que captam diretamente a água ou que despejam resíduos nela diretamente, ou seja, que usam a água para fins econômicos).

Essa divisão preliminar surge a partir do tripé Estado/Mercado/Sociedade Civil salientado por muitos autores modernos e contemporâneos (ver COHEN e ARATO, 1994). A analogia entre o mercado como categoria teórica e o grupo dos usuários, como preconizado pelas Leis Federal e Estadual, é apenas um recurso que possibilita a operacionalização dos conceitos e a justificativa metodológica da pesquisa.

Note-se que a interpretação é feita a partir da percepção dos próprios membros-atores e não do resultado das suas atuações, ou seja, a interpretação é feita por meio da resposta dos membros ao questionário e não sobre decretos, atas ou qualquer outro resultado gerado pelos fóruns.

A gestão da água no Brasil era tradicionalmente feita exclusivamente pelo poder público. A gestão integrada dos recursos hídricos foi tardia, mas trouxe consigo um marco legislativo moderno e um novo paradigma de gestão por bacia hidrográfica, de forma compartilhada, integrada, participativa e descentralizada. A participação de outros grupos e da sociedade civil ocorre por meio da percepção – uma tendência teórica e prática crescente – de

que a participação social incrementa a democracia e o desenvolvimento econômico, e traz mais transparência ao processo, garantindo o atendimento de interesses públicos diversos não necessariamente cobertos pelos poderes públicos e privados representados (DOMIKE, 2008). No caso específico dos recursos hídricos, percebeu-se que os problemas não estavam relacionados à escassez, mas sim à má gestão (MOLLE et al, 2008: 2).

Entretanto, a ausência de uma teorização clara gerou definições diferentes de “sociedade civil” entre os comitês de bacias hidrográficas espalhados pelo País. Em e-mail enviado à lista da ABRH-Gestão em 30.07.2007, João Clímaco Filho, representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, destaca que o conceito de sociedade civil nasceu com uma deficiência ao colocar no mesmo estatuto legal a sociedade civil organizada, o setor técnico (universidades e centros de pesquisa), os usuários e os próprios comitês de bacias, que são entes de Estado, e não organizações da sociedade civil<sup>2</sup>.

Relembramos o fato de que as definições de sociedade civil adotadas pelos comitês são distintas e permeáveis o suficiente, possibilitando a participação de entidades com interesses potencialmente inerentes a outros tipos de setores. Aos olhos de alguns grupos da sociedade civil, essa confusão tem produzido conseqüências negativas. No estado de São Paulo, a interpretação da legislação estadual sobre comitês e sobre o acesso aos recursos financeiros é um exemplo interessante dessa confusão.

Em 1999, o Tribunal de Contas de São Paulo deliberou que “a lei não estabelecia explicitamente a participação da sociedade civil” não podendo esta, assim, requerer recursos do FEHIDRO. Na realidade, a sociedade civil constitui um setor legalmente previsto, mas não

---

<sup>2</sup> O sítio web da referida lista é: <http://br.groups.yahoo.com/group/ABRH-Gestao/>



com a participação de diversos grupos que não se restringem às organizações não-governamentais.

Os comitês de bacia não têm autonomia financeira, não podendo assim contrair empréstimos ou fazer contratos. Conseqüentemente, a questão do financiamento das suas atividades é central na sua existência. No entanto, os comitês têm competências deliberativas.

A base de dados do *survey* Marca D'água é, portanto, uma excelente fonte de dados para a comparação entre os atores, a fim de aplicar a literatura sobre sociedade civil e identificar a base conceitual adequada que explique os dados. O interesse como objeto de estudo – os diferentes atores que participam dos comitês de bacias hidrográficas – é a inovação institucional representada, atuando como um poder legislativo referente aos recursos hídricos.

Os comitês de bacias hidrográficas federais foram normatizados a partir da Lei nº 9433/97 (conhecida como “Lei das Águas”). Constituem-se em órgãos colegiados com atribuições normativas, deliberativas e consultivas que têm como área de atuação a totalidade de uma bacia hidrográfica, uma sub-bacia ou grupos de bacias contíguas. Também há comitês estaduais que são normatizados por cada estado da federação, dentro de sua jurisdição.

A lei traz algumas outras inovações importantes, como o fato da Unidade Territorial Básica para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH) ser a bacia hidrográfica. Com isso, a gestão dos recursos hídricos passou a ser descentralizada e a contar com a participação do poder público, dos usuários e da sociedade civil. A outorga do direito de uso dos Recursos Hídricos está condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos

Hídricos.

A responsabilidade pelo gerenciamento dos recursos hídricos é do estado, a não ser quando o recurso hídrico em questão passe por mais de uma unidade da federação e se torna Federal. Por isso, o gerenciamento dos recursos hídricos no país é, na sua maior parte, função dos limites geográficos estabelecidos.

Além dos comitês de bacia, consórcios intermunicipais e associações de usuários de águas estão sendo criados para a gestão de bacias hidrográficas. Embora tenham objetivos similares, distinguem-se pelas seguintes características: não são instituídos por Lei; têm o compromisso de atender aos interesses exclusivos de seus associados; têm vocação executiva e são criados para resolver problemas ambientais em nível local.

Segundo Vaz (1997), os consórcios intermunicipais podem ser definidos como “*a ação conjunta de municípios para resolver problemas comuns [que] amplia a capacidade de atendimento aos cidadãos e o poder de diálogo das prefeituras junto aos governos estadual e federal.*” Os consórcios intermunicipais possuem personalidade jurídica, assumindo em geral a representação de sociedade civil, e estrutura própria de gestão – e, conseqüentemente, de orçamento. Os recursos de estabelecimento e de manutenção em geral são oriundos de contribuições municipais, sejam estas paritárias ou associadas à renda, área ou população dos municípios partícipes. Seguindo essa definição, alguns consórcios participam de alguns comitês como representando a sociedade civil.

A regulamentação dos CBH Federais veio com a Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A Resolução estabeleceu a forma de composição dos comitês federais. De acordo com ela, o número de votos dos representantes dos poderes executivos da União,

dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios não poderá exceder o limite de 40%, e o da sociedade civil, proporcional à população residente no território de cada estado e do Distrito Federal, deverá ser de no mínimo 20%; o dos usuários, cujos usos dependem de outorga, de 40%. A presente pesquisa apenas analisa um Comitê Federal, tal como está detalhado no capítulo três.

Os representantes do poder público podem ser secretários de estado, prefeitos ou funcionários de órgãos gestores de recursos hídricos na esfera federal, estadual ou municipal. Os representantes da sociedade civil podem ser de qualquer organização não-governamental cujas atividades estejam relacionadas de algum modo à água, sendo que a participação de cidadãos isolados não é permitida, conforme Lei transcrita abaixo:

*Lei Federal nº 9.433 de 1997*

*Art. 47- São consideradas, para efeitos desta Lei, organizações civis de recursos hídricos:*

- I- consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas;*
- II- associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;*
- III- organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;*
- IV- organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses coletivos da sociedade;*
- V- outras organizações reconhecidas pelo CNRH ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.*

A regulamentação dos CBH estaduais é feita pelos respectivos conselhos estaduais. As legislações estaduais e municipais especificam algumas exigências diferentes para a categoria da sociedade civil, e por isso há variações na classificação entre os comitês. Em função dessas

diferenças legislativas, os comitês de bacias hidrográficas acabam tendo composições distintas, o que se reflete na conceituação de cada segmento a ser representado. Isso ocorreu devido à demora de aprovação da Lei Federal, porque alguns estados já haviam aprovado suas próprias leis e já possuíam comitês de bacia em funcionamento.

As competências gerais dos comitês de bacia requerem certo nível de capacidade técnica para a sua execução. A Lei 9.433/97, no seu Art. 38º, elenca como principais funções dos comitês de bacia hidrográfica: a promoção de debates, a arbitragem de conflitos, o estabelecimento dos mecanismos de cobrança e o estabelecimento de critérios associados ao custo das obras de uso múltiplo. A concretização dessas competências pressupõe a existência de um suporte técnico, o qual pressupõe uma autonomia financeira para subsidiar a sua criação e manutenção.

Em Santa Catarina, por exemplo, os comitês de bacia hidrográfica possuem como divisão representativa entre os seguimentos: 40% dos usuários, 40% do segmento classificado como “população”, que é o equivalente à sociedade civil, e 20% de instituições governamentais. Além disso, nesse estado, o equivalente à sociedade civil engloba a categoria de vereadores, considerada distinta da categoria do Estado. A justificativa é que os vereadores são legalmente investidos de um mandato público, com o objetivo de representarem a população.

No estado de São Paulo, a divisão é feita entre o poder público estadual, municipal e a sociedade civil (a divisão entre esses segmentos é igualitária, sendo que cada um fica com 1/3 dos assentos). Nesse caso, o segmento dos usuários entra em cada uma das categorias: tanto a da sociedade civil quanto a do poder municipal e estadual. Embora as diferentes classificações

não sejam objeto de estudo neste trabalho, elas exemplificam a dificuldade de definir quem é sociedade civil – o objetivo do estudo.

Enquanto isso acontece, para a análise dos dados nesta dissertação, utilizo uma definição única e excludente, que foi estabelecida tendo por base a divisão tripartite da sociedade: *tudo o que não é Estado (incluindo representações políticas e administrativas) e nem mercado (no caso os usuários de água em escala industrial)*. Isso demonstra a importância deste estudo indutivo, uma vez que tal discussão também permeia os objetos estudados, ou seja, os comitês e consórcios de bacias hidrográficas, que também se questionam quanto à definição de sociedade civil.

Apesar de sua história relativamente curta, os comitês de bacia hidrográfica geram grande expectativa como novidade em termos de políticas públicas e participação, assim como outras esferas de participação públicas criadas nos vários níveis de governo e para diversas áreas de políticas públicas. Dados divulgados pelo IBGE (2001) indicam mais de 26 mil conselhos de diversos temas e entes federativos no país.

É um estudo de casos múltiplo avaliativo dos grupos classificados preliminarmente dentro da categoria da sociedade civil a partir de suas próprias respostas ao questionário aplicado. Pergunto, assim: esses grupos se aproximam ou se distanciam?

Não é objetivo deste estudo discutir a participação nos comitês de bacia e a motivação desses membros, tampouco avaliar a qualidade da participação ou sua importância. Também não se trata de uma pesquisa sobre o processo de institucionalização dos conselhos no Brasil, ou sobre quem são os atores que participam, mas sim como eles se agrupam em torno das caracterizações definidas e explicitadas na metodologia. As teorias democráticas não são

tratadas neste estudo, que lida somente com as teorias sobre a conceituação da sociedade civil e o papel exercido por este extrato na sociedade. Tais temas não são aqui objetos de estudo por não serem relevantes aos objetivos propostos.

Esta dissertação busca ser uma contribuição teórica para a teoria da sociedade civil, um diagnóstico científico na perspectiva empírica dos diferentes atores que compõem diferentes grupos usualmente classificados como sociedade civil. Este estudo de caso é uma forma de pesquisa que permite conclusões prévias e é um excelente tema para pesquisas futuras.

\* \* \*

A presente dissertação de mestrado é composta por seis capítulos. Além desta introdução, o segundo capítulo detalha o marco teórico utilizado tanto para a conceituação operacional de sociedade civil quanto para a análise dos resultados encontrados. O terceiro capítulo descreve os resultados da enquête Marca D'água de forma geral, descrevendo os diversos atores a serem analisados mais adiante. O capítulo três também destaca algumas características dos quatorze comitês de bacia e quatro consórcios onde foram aplicados os questionários, e que compõem as variáveis na base de dados. O objetivo é fazer uma pesquisa prévia do universo a ser pesquisado e detalhado nos resultados. O quarto capítulo descreve a metodologia utilizada no trabalho com uma descrição de teorias de *survey* e estudos de caso múltiplos. O quinto capítulo detalha o modelo, descrevendo as dimensões de análise utilizadas, sua definição e o marco teórico utilizado e as variáveis de análise selecionadas. O sexto capítulo mostra os resultados encontrados e precede a conclusão do trabalho, além da conclusão. Os quadros detalhados da aplicação do método, com os resultados encontrados,

encontram-se em anexo.

## 2. Referencial Teórico

Propõe-se aqui uma discussão conceitual do que seja sociedade civil e sua relação com o Estado e o mercado, aqui representado pelos usuários de recursos hídricos. Como destacaremos neste capítulo, embora os atores e a sociedade em geral tenham uma definição de sociedade civil, e a princípio possa parecer um debate sem muita importância, percebe-se que a definição é divergente entre muitas pessoas, grupos e teóricos de políticas públicas.

Há uma grande tradição nas ciências sociais de estudar a relação entre o Estado e a sociedade civil, buscando conceituação para ambas as esferas, assim como sobre o papel de cada uma para o desenvolvimento econômico e a democratização<sup>3</sup>. Os conceitos de Estado e sociedade civil foram estudados por diversos autores e mudaram ao longo do tempo, especialmente no que se refere à relação entre os dois, já que o pensamento social reflete a dinâmica da sociedade e suas idiossincrasias.

O conceito de sociedade civil tem significado diferente para os diversos atores, de acordo com as suas práticas sociais e políticas, ou seja, de acordo com a construção histórica e a cultura política.

---

<sup>3</sup> A discussão já se inicia ainda no século XVIII com autores como Tocqueville, Madison, Robert Dahl, passando também pelos autores marxistas, destacando-se as contribuições de Gramsci, até autores mais contemporâneos como Cohen e Arato (1994), Nancy Fraser (1992), Mark Warren (2001), Peter Evans (2004). Dentro da tradição política brasileira, podemos citar as contribuições de Bresser (2001), Evelina Dagnino (2002) e Leonardo Avritzer (2002).



Não é objetivo aqui descrever toda a evolução do conceito, ao longo do tempo, e os autores mais importantes, mas levantar os autores que são influentes para a conceituação operacional utilizada neste trabalho e como corrente teórica explicativa.

Em contraposição a autores jusnaturalistas que mal percebiam o Estado como distinto da sociedade civil, vários autores modernos identificam uma divisão da sociedade em grandes grupos ou categorias, com características próprias.

Para Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau, a dicotomia Estado/sociedade civil aparece representada na dicotomia estado de natureza/estado civil. Para esses autores, por diferentes motivos, o Estado foi criado a partir de um pacto (ou contrato) da sociedade civil, atribuindo a ele diferentes poderes, a depender do motivo pelo qual os autores entendiam que o Estado estava sendo constituído. Rousseau, por exemplo, justifica a importância do contrato social como essencial para a manifestação da vontade geral.

Segundo Bobbio, Hegel defendia que a sociedade civil (que incluía a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo) era regulada e dominada pelo Estado, distinguindo-se da sociedade natural dos autores anteriores a ele, especialmente os jusnaturalistas.

Hegel é um primeiro autor importante a se destacar porque quebrou a tradição de se ver a sociedade civil como um fenômeno natural. Ela seria decorrente do processo histórico, que cria estratificações, organizações e corporações diferentes. A sociedade civil aqui ameaça o Estado e este deve interferir para regular as atividades. Hegel defendia que a sociedade civil (que incluía a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo) era

regulada e dominada pelo Estado, distinguindo-se da sociedade natural dos autores anteriores a ele, especialmente os jusnaturalistas.

Marx defende que a sociedade civil precede e determina o momento político, e que compreende todo o conjunto das relações materiais entre os indivíduos. A forma de organização da sociedade ainda não diferencia o mundo do Estado e da sociedade civil como antagônicos, mas percebe o elemento como atuando dentro do Estado e tendo um papel preponderante. O conceito de sociedade civil em Marx é pré estatal e estruturado a partir das relações econômicas, sendo o elemento determinante para a transformação do Estado. Contudo, como salientado por Carnoy (1994), há na obra de Marx diferentes formas de interpretar as relações do Estado com a sociedade civil.

Mas é com Gramsci que há uma revolução conceitual verdadeiramente importante no tratamento da sociedade civil, a partir de uma divisão tripartite do mundo - a visão de uma arena que não é nem Estado nem setor privado. Gramsci vê a sociedade civil como um grupo de atores independentes e como atores em busca da hegemonia, que se dá tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. É então o primeiro autor a diferenciar a sociedade civil do mundo extra estatal, mesmo que esta ainda converja com o Estado.

Perry Anderson (1986) explica bem isso ao destacar que Gramsci contribuiu para o desenvolvimento dessa conceituação, ao propor a sociedade civil como terreno de luta política. Ele faz isso em sua obra *Cadernos do Cárcere*, em que destaca seus argumentos fazendo constantemente uma metáfora com as estratégias militares.

O conceito gramsciano de hegemonia tem dois significados principais: o primeiro é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, por

meio de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante, por meio da articulação de interesses, onde não necessariamente há imposição da própria ideologia ao grupo dominado. O segundo é a relação entre as classes dominantes e as dominadas, no sentido de que a classe dominante consegue usar sua liderança para impor sua visão de mundo (CARNOY,1994).

É importante para o objetivo desse estudo a discussão iniciada no século XX quanto à divisão tripartite do mundo entre Estado-Mercado e Sociedade Civil, que é a definição operacional utilizada nesta dissertação.

Habermas desenvolve uma importante conceituação sobre a importância da participação cidadã nas esferas públicas e como usar a comunicação nesses fóruns. Há um foco nessa literatura, na concepção de esfera pública de Habermas, de um espaço para a prática social, para o debate público, questionando-se assim o direito dos governantes monopolizarem as decisões, abrindo espaço para contestações. Trata-se da teoria da ação comunicativa, que estuda os efeitos do processo da racionalização sobre os atores sociais.

As sociedades modernas se estruturariam em torno de dois princípios societários distintos: a lógica do mercado e do Estado; e a lógica da ação comunicativa, que leva à organização da solidariedade e da identidade no interior do mundo da vida. A disputa do espaço social, nos pontos de encontro entre sistema e mundo da vida, constituiria, segundo Habermas, a disputa política fundamental das sociedades contemporâneas (AVRITZER, 1994:26).

Devemos notar que essa é uma visão substancialmente diferente daquela que antecede as duas guerras mundiais, onde a força propulsora das sociedades capitalistas residia na

produção da empresa privada e o Estado era um elemento importante, mas não central das análises sociais (CARNOY,1994:10).

Avritzer (2002) critica a visão antagônica entre sociedade civil e Estado, onde os espaços públicos fora do Estado são constituídos como necessários para bloquear a ação e a tendência autoritária do Estado. Este é visto como uma esfera distinta da sociedade civil e que precisa ter mecanismos de controle externos.

O autor também defende que a teoria da ação comunicativa falha na identificação de soluções ao conflito entre sistema e mundo da vida. O autor duvida da capacidade dos movimentos sociais desempenharem um papel tão amplo e definido como a defesa do mundo da vida e também critica a limitação da esfera pública à defesa do mundo da vida. Este debate nos permite compreender a ampliação dos limites da atuação política e de que cada grupo. Cada grupo tem um projeto político a defender.

Outra crítica foi estabelecida por Fraser (1992). Embora defenda o conceito de esfera pública de Habermas como essencial para a teoria social e a prática política democrática, a autora propõe uma expansão do conceito, para além de um modelo burguês. Tal expansão é necessária para evitar uma separação demasiadamente clara entre Estado e sociedade civil. São contestados quatro pressupostos da esfera pública de Habermas<sup>4</sup>:

- i) As pessoas que deliberam não são iguais e não podem agir como se fossem, ou seja, é utópica a idéia da criação de espaços públicos para a busca do consenso;

---

<sup>4</sup> Em relação ao livro de 1962 desse autor. Posteriormente o autor aceita essas críticas e também outros argumentos levantados por Cohen e Arato.

- ii) Necessidade de espaços subalternos de um mesmo grupo para definir estratégias em sociedade estratificadas. Melhor várias esferas públicas do que apenas uma, tanto para sociedades igualitárias quanto estratificadas;
- iii) O que é público e o que é privado? Só a participação dos diferentes grupos não garante bons resultados. O privado tem que ser incluído;
- iv) A separação rígida entre Estado e sociedade civil não é necessária para o bom funcionamento das esferas públicas, ao contrário, necessita-se certa miscigenação. A separação rígida acarreta um público fraco.

A concepção gramsciana do conceito de sociedade civil também influenciou Cohen e Arato (1994). Os autores propõem considerar a democracia como a possibilidade de os movimentos sociais virem a constituir uma terceira esfera, a esfera da sociedade civil. Para isso, os autores define uma dimensão chamada “mundo da vida” e distinguem duas frentes: uma primeira ligada às tradições lingüísticas e culturais; e uma segunda institucional, que é a por eles identificada como sociedade civil.

Os componentes estruturais são a cultura, a sociedade e a personalidade. “A diferenciação estrutural do mundo da vida se dá por intermédio da emergência de instituições especializadas na reprodução de tradições, solidariedades e identidades. É esta dimensão do mundo da vida a que melhor corresponde ao nosso conceito de sociedade civil (COHEN; ARATO em AVRITZER, 1994: 154).

A constituição dessa esfera se daria de forma associativa, contemplando a constituição de fóruns intermediários entre a sociedade civil, o Estado e o mercado (AVRITZER, 1994:7).

A sociedade civil tem uma lógica própria, radicalmente separada do Estado e do mercado. Contudo, o seu objetivo não é e não pode ser combater o Estado.

Os autores usam certos recursos da teoria da sociedade civil desenvolvida por Habermas, rejeitando a percepção de que a sociedade civil esteja em declínio: “a reconstrução do conceito de sociedade civil pode esclarecer as possibilidades e os limites dos projetos de ampliação da democracia nas sociedades formalmente democráticas” (1994, p.149). O papel da sociedade civil é crucial porque o estado por si só não tem condição de impor soluções.

É importante também salientar que os autores afirmam que nem toda organização não governamental deveria ser classificada como sociedade civil. Algumas organizações são muito influenciadas pelo mercado ou pelo poder público e acabam perdendo as características de sociedade civil.

Destaca-se aqui a importância da comunicação entre os indivíduos numa sociedade plural. Conforme mostram os autores, ao lado do crescimento incontrolado da grande mídia, e da penetração da cultura pelas lógicas do dinheiro e do poder, que dele decorre, verifica-se um processo de desprovincialização e modernização do mundo da vida, que culmina com a criação e expansão de novos públicos.

Os autores consideram a diferenciação social irreversível, entendendo a democracia enquanto a capacidade dos movimentos sociais interativos de constituir associativamente uma terceira esfera, a esfera da sociedade civil:

“Ninguém é capaz de fazer com que o Estado respeite a própria legalidade. Sempre que ele o faz, é porque seus próprios interesses o requerem. É preciso, no entanto, observar que o Estado, entendido enquanto agência de legalização de direitos, não pode constituir a sua base nem a

ser fonte da sua própria validade. Os direitos surgem enquanto reivindicações de grupos ou indivíduos nos espaços públicos de uma sociedade civil emergente. (...) Portanto, os direitos universais devem ser vistos enquanto princípio organizativo de uma sociedade civil moderna, cuja instituição dinâmica é a esfera pública”(1994: 155).

O argumento de Cohen e Arato tem proximidade com a crítica de Fraser ao modelo habermasiano e no apelo pelo reconhecimento da importância dos chamados “*subaltern counterpublics*” (FRASER, 1992). Para a autora, a idéia de uma esfera pública nacional única e abrangente não considera as relações assimétricas de poder que marcam, historicamente, os processos de constituição das esferas públicas contemporâneas, ou seja, em sua própria formação, a esfera pública apresenta mecanismos de seleção que implicam a definição prévia de quem serão os atores que efetivamente terão voz pública e quais serão os temas que efetivamente serão tratados como públicos. Nesse contexto, minorias étnicas, grupos discriminados e mulheres são excluídos *a priori* da esfera pública ou merecem nela um lugar subordinado.

A diferença da conceituação de sociedade civil de Cohen e Arato e Habermas é que este autor estabelece uma teoria social dualista, formada pelas lógicas do sistema e do mundo da vida. Cohen e Arato partem dessa princípio, mas propõem uma teoria social formada por três pilares básicos: dois conjuntos de subsistemas entre público e privado- uma no nível dos sistemas e outra no nível da sociedade civil - rompendo com uma correlação ideológica unívoca da sociedade civil como esfera privada, entendida enquanto economia, com o Estado, entendido enquanto esfera pública. É importante salientar que para estes autores cada esfera – mundo da vida e sistema- possuem uma lógica própria (AVRITZER, 1994).

Eles buscam, dessa forma, acabar com a dualidade entre Estado e Sociedade Civil, onde o foco seria a garantia dos direitos universais, a sociedade civil com uma dimensão jurídica atuante na esfera pública. Criticam, por fim, a visão tradicional da sociedade civil, que supõe que instituições diferenciadas e uma pluralidade de sociedades civis são integradas normativamente.

Como salientado por Nascimento (2007), Habermas acolhe as críticas de Cohen e Arato sobre a sociedade civil e também a versão tripartite da sociedade em mundo sistêmico, mundo da vida e sociedade civil, com as características de pluralidade, publicidade, privacidade e legalidade. Assim, como salienta a autora:

“A esfera pública é uma dimensão da sociedade civil, componente essencial para a democracia e locus no qual são ferados os consensos que penetram nas instâncias políticas e administrativas, e âmbito de seleção de expectativas coletivas a serem debatidas” (2007: 17).

Warren (2001) é um importante autor referente à base teórica a ser aqui discutida, pois destaca que não existe uma coisa homogênea, única, que podemos chamar de sociedade civil. O autor defende ser necessário um mix de organizações que, conjuntamente, satisfaçam essas características num sistema interno e um externo de *checks and balances*, generalização dos benefícios gerados, entre outros.

Assim, a corrente teórica aqui sugerida afirma que há um campo distinto de sociedade civil, mas que este campo não é homogêneo, ou seja, não há uma lógica única de coordenação, e também não é um pólo de virtudes, pois tem as mesmas fraquezas dos outros campos. Essa heterogeneidade também se reflete no acesso desigual a bens e recursos que implicam diferentes formas de participação.



É importante perceber que todos os autores aqui discutidos refletem o crescimento do Estado, do mercado e da sociedade civil e todos buscam analisar como essas relações se dão e como devem ser organizadas.

Challinor, Hydén (2006), Abers e Keck (2007) e Dagnino (2002, 2004) são autores que defendem a mudança na definição utilizada usualmente para sociedade civil. Abers e Keck (2007), numa abordagem pluralista, destacam que as organizações da sociedade civil podem e devem ser chamadas a representar aqueles que participam delas, não todos os atores da sociedade que buscam servir nem as populações não organizadas que poderiam se beneficiar das suas ações, mas não as autorizam a falar em seu nome. Não se pode presumir que tais organizações possam representar a sociedade como o todo e nem é desejável que isso aconteça.

Hydén (2006) destaca que a visão da sociedade civil como antagônica ao Estado é decorrente do projeto político neoliberal e que ela está longe de ser uma entidade monolítica. Há diversidade e competição, afinal trata-se de uma arena pluralista. As organizações não são esperadas e não devem atuar como única voz e única demanda.

Challinor (2007) discorre sobre as limitações de se adotar um modelo monolítico que opõe a sociedade civil ao Estado e proporciona uma análise crítica da vida social de discursos normativos sobre a autenticidade das bases. Em um estudo de caso sobre a relação das ONGs com o governo cabo-verdiano, a autora mostra a fragilidade das correntes teóricas que divide o Estado da sociedade civil.

A conclusão do seu estudo é a de que os atores estão continuamente negociando e modificando seus pontos de vista dentro e fora da divisão Estado-sociedade civil e que houve divergências grandes entre os membros das ONGs e das organizações da sociedade civil,

assim como dificuldades do governo em diferenciar as duas esferas e distribuir os assentos nos fóruns participativos que estão sendo implementados.

Telles (2004) defende a participação como um bem público, mas que não deve ser visto como um “bem inferior, mas um local onde a pluralidade de opiniões se expressa, nos quais os conflitos ganham visibilidade e as diferenças se representam nas razões que constroem os critérios de validade e legitimidade dos direitos” (p.101).

Há uma outra autora brasileira importante dentro dessa concepção teórica. Evelina Dagnino (2002, 2004, 2006) recupera o conceito de esfera pública e avança na análise do caso brasileiro. Ela parte da concepção básica do que seja Estado e do que seja sociedade civil e percebe a heterogeneidade dessas duas esferas. Nesse ponto, sua obra se distingue da do Habermas.

Ao perceberem os diversos grupos existentes em cada uma dessas esferas, a autora retoma em parte aos argumentos de Poulantzas e Gramsci, não sendo, entretanto, uma literatura marxista nem gramsciana.

Um argumento importante é a sua defesa de que os diversos membros que caracterizam o Estado e a sociedade civil atuam não com um projeto específico de sua categoria, mas que os projetos políticos entre esses grupos se confundem e a forma como atuam é similar, percorrendo trajetórias de vida similares:

“Trata-se de uma crítica do modelo teórico que separa radicalmente a sociedade civil da sociedade política, construindo uma dicotomia simbólica entre uma sociedade civil homogênea e virtuosa e um Estado igualmente homogêneo, que encarna todos os vícios da

política concebida como uma mera luta de poder” (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006: 15).

Telles também dá a sua contribuição:

“É preciso que se esclareça que não se está tomando a sociedade como pólo de virtude política. Ao contrário disso, é uma sociedade extremamente complexa, contraditória e atravessada por ambivalências de todos os tipos” (2004:93).

Já Araújo (2003) destaca a importância da cooperação entre cidadãos e governo como fator de desenvolvimento em certos países: “o governo não é um suspeito, o Estado não é um inimigo” (2003: 53). A confiança entre essas duas esferas dá solidez às democracias.

Carvalho (1998) é um bom exemplo da corrente teórica que vê o estado e a sociedade civil como duas esferas antagônicas. A autora destaca que a nova cultura participativa coloca novos temas na agenda pública, conquista novos direitos e o reconhecimento de novos sujeitos de direitos, mas mantém, ainda, posição exterior e antagônica ao Estado, pois as experiências de diálogo e as tentativas de negociação realizadas até o momento levam ou à cooptação ou à repressão. A visão da autora é a de uma sociedade civil frágil, em função da tradição autoritária, com pouca capacidade técnica e política para a proposição e negociação de políticas públicas.

Durston (Apud DOMIKE, 2008) também argumenta que as parcerias estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil têm como objetivo enfraquecer esta última, principalmente quando são oferecidos postos na administração pública. Ele argumenta que no início do mandato do presidente Lula (2003-2006) o MST, importante organização da sociedade civil,

fez parte do governo, mas, depois saiu pelos poucos avanços em suas áreas de interesse e passou a fazer oposição mais ativa ao governo.

Há que se destacar a mudança estrutural que ocorreu no processo histórico do movimento social que atuava politicamente contestando o período militar, em relação ao momento atual, em que muitas organizações nem atuam politicamente, se concentrando em práticas de caridade, como destacado por Coelho (2003). A autora também destaca que a heterogeneidade da sociedade civil e do Estado, que faz com que haja diferentes projetos políticos. Estamos em um momento de diferenciação dos movimentos de décadas anteriores, que tinham um objetivo em comum (por exemplo, a luta contra a ditadura militar no Brasil). Hoje os interesses e focos de luta são mais dispersos.

Há uma redefinição dos movimentos sociais, uma heterogeneidade que ainda tendemos a ignorar. Os diferentes governos locais têm um papel fundamental, em todos os seus níveis (municipal, estadual e federal), que, dependendo dos seus respectivos projetos, buscam parceiros confiáveis e temem a politização da interlocução com os movimentos sociais e com as organizações de trabalhadores, tendência alimentada pela mídia, com frequência, por motivos semelhantes.

Essa percepção nos ajuda a compreender que no interior da sociedade civil coexistem os mais diversos atores, tipos de práticas e projetos, além de formas variadas de relação com o Estado. Uma das trajetórias mais visíveis na esfera pública é a passagem de dirigentes e ativistas da sociedade civil para posições de responsabilidade política, como ministros de Estado, assessores e executores de políticas públicas, notando-se que isso não traz impacto democratizador como era de se esperar.

Além disso, os projetos políticos sofrem redefinições ou mudanças de sentido, havendo uma dinâmica nas trajetórias de vida. Para Dagnino (2000) e para a concepção aqui trabalhada, os conflitos não ocorrem necessariamente entre sociedade civil e governo, mas entre concepções e projetos políticos distintos, que se confrontam no espaço público. Os conflitos estão concentrados na partilha efetiva do poder. Usam-se, então, três instrumentos analíticos fundamentais: heterogeneidade da sociedade civil e do Estado, projetos políticos e trajetórias sociedade civil-sociedade política.

Essa concepção foi trabalhada por Dagnino a partir de estudos de caso com algumas experiências participativas (DAGNINO, 2002). Nos depoimentos coletados, ficou claro que os conflitos estão concentrados na partilha efetiva do poder. Esse ponto é importante, pois é a base da hipótese aqui proposta, de que os representantes dos diversos segmentos nos comitês e consórcios aqui estudados não são diferentes, embora se vejam como tal.

A heterogeneidade pode se manifestar de várias formas, a serem analisadas nesta dissertação. As categorias classificadas dentro de sociedade civil podem ter projetos políticos diferentes, objetivos diferentes, e, principalmente, capacidades diferentes de atingir esses objetivos. É importante destacar que essa heterogeneidade não é necessariamente ruim, ela só é aqui tratada como uma nova hipótese dentro da literatura analisada, a ser aqui testada.

Dagnino define projetos políticos como

“conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos. Essa definição simples, claramente vinculada ao pensamento gramsciano, contém, no entanto, várias implicações. A primeira é o esforço de enfatizar a intencionalidade como componente da ação política,

afirmando, portanto, o papel do sujeito e da agência humana como dimensões fundamentais da política. (...) Nossa hipótese central sobre a noção de projetos políticos é que eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006: 41)”.

Aqui expandimos o conceito de projetos políticos usado por Dagnino, que enfatiza três projetos políticos: o autoritário, o neoliberal e o da democracia participativa. Na verdade, a definição de projetos políticos aqui utilizada é a de subprojetos, definida por Dagnino, que aceita diferentes concepções de mundo, mas não as associa com um projeto político, uma definição ideológica mais ampla.

Isso porque não temos a concepção de que cada subprojeto esteja necessariamente sempre relacionado à uma concepção política mais ampla na busca de poder. A discussão teórico - conceitual recente já ultrapassou a defesa do Consenso de Washington como estratégia de desenvolvimento<sup>5</sup>, por isso, também, uma definição mais explícita do que seja um projeto neoliberal, já que na argumentação utilizada pela autora o projeto de um Estado mínimo se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos.

A autora cita exemplos ocorridos nos anos noventa do trânsito entre sociedade civil e Estado. Esse cenário é muito distinto do antagonismo que marcou a relação entre sociedade civil e Estado nas décadas anteriores. A aposta agora é na ação conjunta para aprofundamento democrático. Também é contestada a visão recorrente das relações estado- sociedade civil, em que esta é vista como “pólo de virtudes” e unitária, como se construiu a partir do

---

<sup>5</sup> Maiores informações no sítio Commission for Growth and development <http://www.growthcommission.org> e Domike (2008).

restabelecimento do Estado de Direito e as instituições democráticas e o Estado como “encarnação do mal” e obstáculo fundamental à participação e democratização (DAGNINO: 2004, 96).

Essas transformações nas relações entre o Estado e a sociedade civil se refletem na esfera pública na maior parte dos países latino-americanos no bojo daquilo que Dagnino (2002, vide tb. ALVAREZ; DAGNIMO e ESCOBAR 1999) chamou de convergência perversa, qual seja, a coincidência entre os ciclos de democratização e de reformas neoliberais, são múltiplas e ambivalentes.

Já a dinâmica política, donforme definição adota neste trabalho, para a aplicação do modelo, se refere aos mecanismos de ação nos comitês e consórcios, de como ocorre o processo decisório segundo a percepção dos próprios participantes. A dinâmica política também busca saber como os representantes vêem a institucionalidade do comitê e se ele atende aos objetivos propostos. Busca-se a prática da governança democrática, no contexto de produção de políticas públicas responsivas em relação aos cidadãos. Assim, a teoria subjacente a essa dimensão é que o ideal da dinâmica seja:

- a) o de bloquear e minimizar práticas clientelistas vigentes e captura de esferas públicas por interesses corporativos ou particularistas;
- b) gerar práticas e estruturas horizontais;
- c) empoderar grupos sociais em situação de vulnerabilidade e exclusão;
- d) reforçar vínculos associativos dos grupos locais, suas mobilizações e suas organizações representativas, de forma a incentivar e fortalecer as relações de interação entre os diferentes atores com rpesença na esfera pública (Ribeiro, Santos Júnior, 2003, p.5).

A definição de participação no comitê e nos consórcios tem como base o projeto participativo como partilha efetiva de poder entre Estado e sociedade civil, por meio do exercício de deliberação (Dagnino, 2002). O objetivo é ver se os diferentes comportamentos têm relação com os diferentes seguimentos representados. Presume-se que uma participação efetiva, dentro dos fóruns onde estão participando como membros, na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas é uma ferramenta importante de aprofundamento democrático (DURSTON, 2008).

Presume-se que o processo de construção de bons cidadãos passa por um engajamento mais eficiente e permanente na arena política. Três componentes são essenciais para alcançar esse objetivo: a) confiança, b) desenvolvimento de redes sociais, c) fomento ao engajamento cívico e d) evitar práticas clientelistas.

O preparo do representante toma como base a idéia do uso do conhecimento técnico nos fóruns participativos como importante para a tomada de decisão e a participação, mas a definição não mede as diversas formas de educação formal, mas as formas como a informação é utilizada para a participação e repassada entre os membros.

Trata-se do modelo racional de políticas públicas, que adota um tipo de tomada de decisão em que cada uma das etapas é baseada em critérios racionais de escolha que privilegiam o conhecimento sobre a política como base para solução de problemas. Presume-se um tipo de tomada de decisão em etapas baseadas em critérios racionais de escolha que privilegiam o conhecimento sobre a política como base para solução de problemas (Lemos, Nelson, Johnsson, 2007). Teoricamente, este modelo evita, portanto, a intervenção de critérios



particularistas e tendenciosos que buscam beneficiar certos atores e elites dentro do estado e na sociedade, ao invés de promover o bem público de maneira geral.

Segundo Neef (2008), ainda há uma tendência nos ambientes participativos ligados aos recursos hídricos de confiar na opinião de especialistas. Contudo, o desejável seria um bom relacionamento entre os próprios grupos do comitê. Assim, a teoria procura medir: a) o preparo do representante, não quanto à sua educação formal, mas como utiliza o conhecimento para a participação nos comitês e consórcios.

A representatividade é a relação dos representantes-atores do comitê com as organizações que representam. Trata-se de uma visão mais estreita, no sentido clássico. Não tratamos aqui do conceito restrito de representatividade à visibilidade social, entendida como o espaço ocupado nos vários tipos de mídia para qualquer tipo de protesto. (DAGNINO:2004, p.102). Hydén (2006) também destaca: “As organizações da sociedade civil representam diferentes constituintes e interesses e não podem ignorar as relações de prestação de contas com seus representados num nível mais amplo (tradução livre da autora)”.

Presume-se que haja prestação de contas e controle no processo decisório dos representantes para os representados. A interação e comunicação entre membros dos comitês e os grupos que representam são mecanismos importantes pelos quais os membros podem: a) incorporar as preferências de sua base ao processo decisório; b) mantê-la informada sobre as decisões tomadas no comitê.

Participação em outras organizações é o núcleo central da teoria da democracia participativa e do capital social. Para isso, presume-se que as políticas públicas são construídas na arena política, ou seja, que as preferências políticas são construídas no sentido de gerar

melhor bem-estar para a sociedade e não somente escolhas ideológicas. Há ênfase no progresso e na continuidade, pois a agenda pública é definida ao longo do processo deliberativo e não seria definida por nenhum grupo arbitrariamente (DOMIKE, 2008: 9, tradução livre da autora).

### 3. Caracterização dos membros e dos Comitês

Este capítulo é dividido em duas partes principais. Na primeira seção faz-se uso de uma caracterização qualitativa dos comitês pesquisados no *survey* Marca D'água e utilizados nessa tese. Na segunda seção temos a descrição dos dados do *survey* Marca D'água. Essa descrição dos dados quantitativos é feita de forma a mostrar alguns resultados da pesquisa. A caracterização aqui é geral e não diferencia os diversos grupos que compõem os seguimentos de forma geral (usuários, sociedade civil, etc.).

Os dados apresentados na primeira seção são provenientes da primeira fase do Projeto Marca D'água, realizada em 2001. O Projeto realizou pesquisas preliminares em 23 bacias brasileiras, seguindo um roteiro desenvolvido por Abers e Keck (2001). Esse projeto integrou o Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NP3/ Universidade de Brasília) e foi implementado juntamente com o Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (NEPOL/ Universidade Federal da Bahia), com o Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA/ Universidade Regional de Blumenau) e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/ Universidade de São Paulo). Quando necessário, recorreremos a informações disponíveis na internet para complementar os dados apresentados.

É importante destacar que as informações sobre os comitês não são uniformes porque os dados disponíveis são variados.

### **3.1 Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe (CE)**

A Bacia Hidrográfica do Jaguaribe está localizada inteiramente no estado do Ceará, que possui 90% de seu território numa região semi-árida. A bacia tem sua importância, portanto, como importante fonte de recursos hídricos. Foi criada em 1997 e está subdividida em cinco sub-bacias, envolvendo 73 municípios. Tem a seguinte composição: 30% da sociedade civil, 30% dos usuários, 20% dos poderes estaduais e federais e 20% dos poderes municipais. Os conflitos existentes refletem a pouca disponibilidade hídrica na região, envolvendo geralmente usuários.

Na sub-bacia do médio Jaguaribe, por exemplo, no açude Canafistula, localizado no município de Iracema, há um conflito entre os usuários do açude, pescadores de outras cidades e com o estado do Rio Grande do Norte, que faz divisa com o município. A situação se agrava quando empresas de pesca do estado vizinho chegam equipadas com suas grandes estruturas de pesca (caminhões frigoríficos, redes e arpões) levando grande quantidade de peixes, até mesmo no período de defeso (GARJULLI, 2001).

Nesta bacia, reunir usuários dando-lhes as informações necessárias para uma tomada de decisão baseada em dados técnicos, vem sendo uma das formas de intermediar e resolver alguns impasses entre os diferentes usuários dos principais reservatórios de água no estado. Este procedimento é chamado de alocação de água negociada entre usuários.

### **3.2 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapama (PE)**

Essa bacia hidrográfica, criada em 1998, está totalmente localizada no estado de Pernambuco (total de sete municípios que compõem esta bacia). Metade dos trinta e dois membros pertence à sociedade civil organizada, que neste caso inclui o setor privado e representantes da Câmara de Vereadores.

O principal conflito mais uma vez envolve um embate da sociedade com os usuários. A utilização dos recursos hídricos para fins agro-industriais é feita por indústrias existentes na bacia, que consomem água diretamente do rio Pirapama, da rede pública ou de poços próprios. Todas as indústrias têm suas instalações próximas ao rio. A água também é utilizada para fins agrícolas e é destinada a irrigação dos canaviais pertencentes às usinas de açúcar e destilarias e para cultivos diversificados pelos pequenos agricultores instalados em assentamentos do INCRA.

Em pesquisa avaliativa realizada pelo próprio comitê (GAMA, 2002), a maioria dos membros diz concordar que a composição estabelecida é a mais apropriada, tendo em vista ser a mesma paritária e que os diversos segmentos participam igualmente com direito a voz e voto e que as discussões que precederam a sua formação possibilitou a todos que fazem parte, interferir na forma e definição da representação dentro de um consenso.

### **3.3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (MG)**

O rio Araçuaí é o principal afluente do rio Jequitinhonha. Situa-se a nordeste do estado de Minas Gerais, cortando também o sul da Bahia. Fazem parte da bacia, criada em 2000, 22 municípios.

O comitê é composto por 36 membros, divididos entre poder público estadual, municipal, usuários e sociedade civil. Entre os membros da sociedade civil estão duas grandes ONGs: a Cáritas e Campovale. A Cáritas trabalha junto às comunidades rurais e lidera a criação do Fórum de Convivência com o Semi-Árido no Vale do Jequitinhonha.

Na bacia do rio Araçuaí existem três áreas de preservação ambiental, mas o principal conflito é com grandes produtores, que retiram a água do rio com ou sem outorga, prejudicando os agricultores que ficam à jusante dos pontos de captação.

Segundo Cardoso (2001), o único instrumento de gestão que dispõe a bacia é o Planvale – o Plano Diretor de Recursos Hídricos para os Vales do Jequitinhonha e Pardo – o primeiro plano diretor elaborado em Minas.

### **3.4 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (MG)**

A bacia do Rio das Velhas, um dos principais afluentes do Alto Rio São Francisco, localiza-se inteiramente no estado de Minas Gerais e foi criada em 1998, por demanda do Banco Mundial para financiamento de um projeto de saneamento ambiental chamado PROSAM. A bacia inclui 51 municípios, sendo que 15 são da região metropolitana de Belo Horizonte.

Abers (2001) identificou potenciais conflitos quanto a diferentes opiniões sobre a gestão dos recursos hídricos na bacia, envolvendo também conflitos sobre prioridades para investimento. Contudo, os conflitos mais evidentes são os que resultam da intensa poluição do rio produzida pela área metropolitana.

Essa poluição tem impactos na bacia inteira: “os agricultores da região são impossibilitados de usar a água do rio para a irrigação; os municípios a jusante da área

metropolitana não podem captar a água do rio para abastecimento e os pescadores reclamam da falta de peixes”. Outro conflito se refere à proximidade entre as atividades de mineração e mananciais a montante de Belo Horizonte.

### **3.5 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará (MG)**

A bacia engloba 38 municípios e o comitê foi criado oficialmente em 1999, embora já tivesse atividades informais anteriores.

Há dez representantes da sociedade civil que estão divididos em oito categorias. Há duas associações profissionais, assim como duas instituições de ensino, o que ressalta a importância do conhecimento e abordagem técnica que se deseja imprimir à atuação do comitê. As ONGs representadas restringem a atuação localmente, com foco em educação ambiental, não gerando grandes movimentos contestatórios.

Conforme pesquisa qualitativa conduzida pelo Projeto Marca D’água (CARDOSO, 2001), as instituições mais atuantes no comitê são o CODEMA, IGAM, RuralMinas, COPASA, SAAE, ou seja, representantes do poder público. Um dos maiores problemas enfrentados é a poluição, causada por esgotos domésticos.

### **3.6 Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Paracatu (MG)**

Esse comitê foi formado em 1998 e abrange 19 municípios do estado de Minas Gerais. O rio Paracatu também é um afluente do Rio São Francisco, sendo o maior. É importante ressaltar que esse organismo de bacia diz respeito apenas à porção mineira da bacia hidrográfica do rio Paracatu.

As instituições envolvidas na gestão da bacia que participaram da primeira gestão do comitê eram quinze (incluindo Poder Público Estadual, Municipal e entidades da sociedade

civil, campanhas de educação ambiental ou orientação aos produtores rurais). Segundo Dino (2001), a grande maioria das entidades da sociedade civil e dos pequenos usuários não participa do comitê e o número de cadeiras destinadas à sociedade civil é proporcionalmente muito menor do que o número destinado ao setor de usuários e ao poder público, o que compromete a representatividade desse comitê.

As principais entidades da sociedade civil são a Associação de Promoção Social e Meio Ambiente da Bacia do Rio da Prata, de João Pinheiro – ASPROM e o Movimento Verde de Paracatu – MOVER, mas todas fundadas por membros ou ex membros do poder público municipal.

### **3.7 Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul- CEIVAP (MG-RJ-SP)**

O CEIVAP é um comitê federal (por englobar mais de um estado da federação) que foi instituído em 1997 com o intuito de atingir a totalidade da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, incluindo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por isso, engloba 180 municípios dos três estados.

No momento da criação do comitê, o seguimento da sociedade civil foi afetado por definições vagas, o que permitiu que grupos ligados aos usuários e ao poder municipal atuassem dentro da sociedade civil. Isso ocasionou uma sub-representação de ONGs ambientais e atuantes na área de águas. Outra questão identificada pela pesquisa avaliativa (GRUBEN ET AL, 2001), refere-se à disparidade técnica e financeira entre os elementos da sociedade civil o que ocasiona diferentes formas de participação.



A água da bacia é usada principalmente para as atividades de irrigação, seguidas de: abastecimento urbano, uso industrial, irrigação, uso pecuário e transposições e os conflitos se encontram nessas esferas.

### **3.8. Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (SP)**

O comitê foi instituído em 1998 e engloba 34 municípios do estado de São Paulo. É constituído por representantes do estado dos 34 municípios da bacia e das entidades da sociedade civil com participação paritária.

A representação da sociedade civil tem sido bastante questionada, como também ocorre em vários outros comitês descritos acima. Dentre os representantes da sociedade civil, Keck et al (2001) destacam, entre os agentes que exercem papel relevante, a Faculdade de Saúde Pública da USP, mostrando o papel relevante das universidades e centros de pesquisa nesse caso. As ONGs de maior porte também exercem um papel muito ativo- SOS Mata Atlântica e ISA, principalmente. As ONGs menores, com atuação mais local, também contestam essa liderança e representação.

Os conflitos existentes são diversos e isto decorre principalmente pelo fato da bacia estar localizada na região metropolitana de São Paulo, uma das áreas de maior adensamento urbano-metropolitano do mundo, com uma população de quase 18 milhões de habitantes.

Uma parte importante do conflito em torno da poluição do Tietê envolve a represa Billings e seu entorno. A contaminação da represa no município de Diadema foi denunciada por profissionais da região ainda nos anos 70, e mobiliza organizações da sociedade civil.

### **3.9 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí-Mirim/ Grande (SP)**

Foi instalado em 1996 e engloba 23 municípios do estado de São Paulo. É definida pela Bacia do Rio Sapucaí e seus tributários. Localiza-se no extremo norte do estado de São Paulo e estende-se além dos limites do Estado, recebendo também afluentes do rio Grande, que nasce em Minas Gerais.

O comitê é composto por representantes municipais, do estado e da sociedade civil. Nessa última categoria são incluídos sindicatos, associações, FIESP, ABES, faculdades, entre outras organizações.

Os conflitos envolvem a instalação de usinas hidrelétricas na região. Em Junho de 2005 o presidente e o secretário executivo assinam uma deliberação com o seguinte assunto: “Manifestação do CBH/SMG referente à instalação de três PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) no Rio Sapucaí-Mirim”. Segundo as resoluções do comitê, a prioridade de investimentos da FEHIDRO é para a instalação de sistemas de tratamento sanitários.

### **3.10 Comitê da Bacia Hidrográfica Litoral Norte (SP)**

Este comitê foi criado em agosto de 1997. A bacia do litoral norte é uma faixa estreita de terra entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, composta por quatro municípios. O CBH foi instalado em 1997, com 12 membros de cada segmento, sendo que esse número foi definido em função de demandas da sociedade civil, que, desde o início, pleiteava um número maior de vagas.

Aproximadamente 80% da área estão em proteção ecológica. A área protegida é administrada por cinco núcleos do Instituto Florestal, ligado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Segundo Keck (2001), o CBH do Litoral Norte tem caráter próprio em relação aos outros comitês de bacias hidrográficas do Estado de São Paulo, pois não se trata nem de bacia nem de um trecho de uma bacia. Toda sua área de abrangência é drenada por muitos rios e córregos, cujas nascentes encontram-se na Serra do Mar e desaguando todos no Oceano Atlântico.

### **3.11 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição (SC)**

A bacia da Lagoa da Conceição localiza-se na Ilha de Santa Catarina, englobando somente o município de Florianópolis, e foi criada em 2001. O maior afluente é o rio Vermelho.

Neste caso, e mostrando as diferentes definições de sociedade civil entre os comitês, a universidade aparece como órgão público que atua na bacia, ao invés de estar incluída entre os órgãos da sociedade civil. Já a Associação Comercial e Industrial é definida como usuário de água. A sociedade civil tem histórico no comitê com atividades de educação ambiental, conscientização política ou atividade esportiva.

Os usos da Lagoa e seus conflitos envolvem a pesca, o transporte, os esportes náuticos, a diluição de esgoto e a apreciação da paisagem. Não há controle sobre a pesca nem conhecimento sobre o estoque de pescado na lagoa, mesmo que extensas áreas da bacia tenham sido transformadas em unidades de conservação.

### **3.12 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (SC)**

A bacia foi criada em 1998 e engloba 47 municípios. Uller-Gómez ET AL (2007) destacam, em um interessante estudo, o papel dos agricultores familiares na bacia. Os autores

mostram a dificuldade de participação desse grupo no comitê em função da pouca representatividade do seu consumo de água para a categoria usuários. Destaca-se o fato de que a agricultura na bacia do Itajaí é responsável por uma gama variada de produtos, predominando a pequena propriedade familiar.

Os autores também afirmam que há um destaque na participação das universidades e centros de pesquisa como compondo a sociedade civil nesse comitê. Há uma interessante Comissão Consultiva composta por doze membros, com exceção dos membros natos, são obrigatoriamente escolhidos observando-se a distribuição regional: três representantes do Alto Vale, três do Médio Vale e três da região da Foz do Rio Itajaí.

Os principais usos, além da agricultura familiar, seriam a hidroeletricidade, irrigação, abastecimento urbano e indústria.

### **3.13 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí (RS)**

A bacia do rio Gravataí, criada em 1989, está localizada no estado do Rio Grande do Sul e abrange parte de nove municípios. A totalidade do seu território está na Região Metropolitana de Porto Alegre.

A composição do comitê envolve os representantes dos órgãos sanitaristas estaduais e municipais, como usuários; há 14 vagas para representantes da população (quatro para câmaras municipais, três para ONGs, três para organizações técnico-científicas, quatro para representantes de associações de moradores); e sete vagas para representantes dos órgãos de administração direta federal e estadual.

Abastecimento e saneamento são os principais usos da água da bacia, seguido de irrigação. Portanto, os dois principais problemas são a falta de um sistema de saneamento

adequado e a lavoura de arroz, que acarreta a redução territorial dos banhados e a poluição da sua água, provocada pelo uso dos agrotóxicos. Outros conflitos subjacentes se referem à drenagem (GUTIERREZ, 2001).

### **3.14 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (RS)**

A bacia foi criada em 1993 e é composta por seis municípios. O setor público, as associações de engenheiros e aquelas representativas do setor produtivo são os mais atuantes no comitê (SCHULT, 2001).

Os conflitos pelo uso da água aumentaram à medida que a orizicultura se intensificou. Esta situação é agravada pelo fato do maior consumo de água na produção de arroz irrigado coincidir exatamente com o período natural de escassez hídrica. Contudo, segundo Schult, a negociação avançou com a instalação do comitê. A presença dos representantes dos setores produtivos, de abastecimento e de fiscalização favoreceu o diálogo em momentos de escassez, garantindo o abastecimento público das cidades mais afetadas. Produtores a jusante da área de captação de água suspenderam a utilização das bombas, garantindo a vazão mínima do rio.

### **3.15 Consórcio Intermunicipal de Usuários da Água da Bacia do Alto e Médio Itapicuru (BA)**

A iniciativa de estruturação de um Consórcio Intermunicipal de Usuários das Águas na Bacia do rio Itapicuru se insere no âmbito do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia – PGRH - implementado pelo Governo do Estado e financiado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. O Consórcio do Itapicuru foi instituído em março de 2000 e é formado por 11 municípios.

A bacia do rio Itapicuru fica em uma região caracterizada pelas tradicionais políticas de combate à seca, por expressivos índices de pobreza e precárias condições de vida, caracterizando os principais conflitos do comitê. Eles são decorrentes da ocupação desordenada de margens dos rios; da retirada de areia e outras atividades de extração mineral; dos processos erosivos nos solos das bacias contribuintes; do lançamento de efluentes e resíduos de atividades agropecuárias; do lançamento elevado de cargas de esgotos domésticos; do lançamento de outros efluentes sólidos e a presença de barragens e represas.

### **3.16 Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, Rio São João e Zona Costeira (RJ)**

Segundo instrumento normativo de 2005, o consórcio é composto por doze municípios e foi instituído em Dezembro de 1999.

Foi criado por iniciativa do Estado. A representação é paritária, já que há 18 representantes de usuários de água, 18 representantes da sociedade civil organizada e 18 representantes do poder público do Estado e dos municípios, sem estabelecer distinção entre os dois níveis de poderes.

Algumas questões importantes foram encaminhadas pelo consórcio. Uma primeira foi a dragagem do Canal Itajuru para favorecer a pesca, a entrada de água do mar e a navegação, mediante uso de draga cedida pela Álcalis. Outro conflito era a extração de conchas na laguna de Araruama, mas o comitê fixou um prazo para o encerramento dessas atividades, tendo-se cumprido a determinação. Quanto ao esgotamento sanitário, importantíssimo devido à característica turística e piscatória dos municípios envolvidos, o comitê articulou a implantação de um aterro sanitário regional operado por iniciativa privada.

### **3.17 Consórcio da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba (SP)**

O consórcio foi criado em 1989 e o comitê em 1993, com funções estatutárias distintas.

O presidente do consórcio é prefeito de um dos municípios. O consórcio possui um Conselho Fiscal e uma Secretaria Executiva. A sociedade civil é incentivada a participar por meio de um Conselho organizado pelas próprias entidades, principalmente as ambientalistas.

Em junho de 1996, o Consórcio recebeu adesão de novos membros (empresas públicas e privadas). O Consórcio hoje é uma associação de usuários públicos e privados das águas que reúne hoje 40 municípios e 23 empresas (públicas e privadas), que estão alocando recursos num caixa regional, para programas de proteção e recuperação dos rios de nossas bacias hidrográficas<sup>6</sup>.

Uma das principais demandas do Consórcio é a criação de uma agência local de bacia, o que, segundo informações disponibilizadas pelo Consórcio, resolveria problemas para a finalização da montagem desse sistema descentralizado e participativo de gestão dos recursos hídricos onde se prevê o Comitê, a Agência de Bacia e a cobrança pelo uso da água.

### **3.18 Consórcio de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi- COPATI (PR)**

O rio Tibagi forma a segunda mais importante bacia hidrográfica do Paraná. O consórcio foi criado em 1989 e engloba 52 municípios do estado.

O COPATI diverge por envolver de forma muito participativa, grandes empresas que operam na região.

---

<sup>6</sup> Informações disponíveis em: [http://www.inbo-news.org/relob/relob\\_bpiracicaba.htm](http://www.inbo-news.org/relob/relob_bpiracicaba.htm)

Apesar de não apresentar problemas de escassez de água, existem tensões entre os principais usos dos recursos hídricos na bacia, como abastecimento público, processos industriais, sustentação da biodiversidade, diluição de agrotóxicos e geração de energia elétrica.

O conflito mais polêmico atualmente é o que envolve o plano de construção de uma usina hidroelétrica no trecho médio do rio Tibagi. Outro foco de tensão identificado é a exploração de areia na região de Ponta Grossa, a qual resultou na ampliação da várzea do rio e na destruição da mata ciliar em alguns locais.

### **3.19. Visão comparativa dos comitês**

Uma primeira aproximação a partir dos dados mostra que grande parte dos comitês e consórcios foram instituídos por iniciativa do Estado, a partir da pressão de doadores internacionais.

Os dados também mostram de forma geral que há definições diferentes para os três seguimentos dos comitês de bacia hidrográfica, quais sejam: os usuários, sociedade civil e poder público, como salientado na introdução. Muitos comitês e/ou consórcios adotam uma definição diferente e grupos com as mesmas características compõem seguimentos diferentes nos comitês. Por exemplo, o grupo “universidades e centros de pesquisa” é caracterizado como Estado no comitê da bacia da Lagoa da Conceição (SC).

Há também exemplos de comitês que não seguem a representação paritária entre usuários, sociedade civil e poder público. A análise é que há múltiplas formas de participação nesses fóruns, com diferentes definições para cada um dos seguimentos.

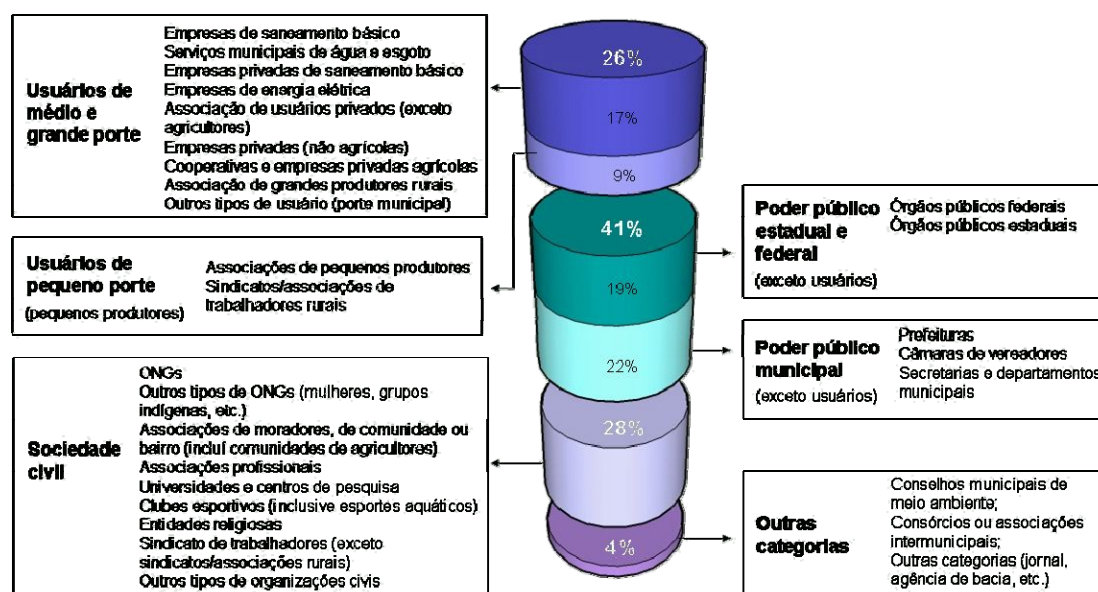


Os conflitos exemplificados giram em torno dos diferentes segmentos, sejam eles envolvendo o Estado em diferentes níveis com a sociedade civil, seja entre a sociedade civil e os usuários, por motivos que vão desde a poluição, o desmatamento, que afeta os rios, a disputa de recursos.

### 3.20. Análise dos dados do *survey* Marca D'água

Os dados apresentados nas seções anteriores mostram as especificidades de cada comitê e consórcio. Os dados apresentados agora mostram a realidade geral do conjunto de comitês e consórcios estudados. O objetivo é fazer uma análise da base de dados e dos segmentos de forma a ter uma idéia do universo que estaremos detalhando no capítulo cinco e seis. Mostra-se a composição de cada seguimento, qual a sua representação no universo dos comitês e consórcios de bacia estudados, a relação por gênero, e alguns indicadores sócio-econômicos.

Figura 1: Grupos e segmentos analisados no *survey* Marca D'água



Fonte: Frank (org), 2008.

Na análise dos dados especificada nos capítulos quatro e cinco, os usuários compõem apenas um segmento a ser analisado, assim como o poder público. Outras categorias não foram incluídas. A tabela a seguir detalha a composição por gênero e segmento dos diversos grupos.

Tabela 1: Composição dos comitês e consórcios por segmento e categorias associadas, e gênero

Segmentos		Categorias incluídas no segmento	
Usuários	109 (18%)		
91% de homens		Empresas de Saneamento Básico	24 (4%)
		Serviços municipais de água e esgoto	13 (2%)
		Empresas privadas de saneamento básico	1 (0%)
		Empresas de energia elétrica	8 (1%)
		Associações de usuários privados (exceto agricultores)	26 (4%)
		Empresas privadas (não agrícolas)	21 (3%)
		Cooperativas e empresas privadas agrícolas	4 (1%)
		Associação de Grandes Produtores Rurais	9 (1%)
	Outros tipos de usuários (porte municipal)	1 (0%)	
Poder Público Estadual e Federal (exceto usuários)	109 (18%)		
68% de homens		Poder Público - Órgãos Públicos Federais	13 (2%)
		Poder Público - Órgãos Públicos Estaduais	96 (16%)
Poder Público Municipal (exceto usuários)	156 (25%)		
83% de homens		Poder Público - Prefeituras,	117 (19%)
		Secretarias e Departamentos Municipais	26 (4%)
		Poder Público – Câmaras de Vereadores	13 (2%)
Sociedade Civil (exceto entidades de usuários)	165 (27%)		
<b>70% de homens- Geral</b> 77% de homens- ONGs ambientais		ONGs Ambientais	30 (5%)
50% de homens		Outros tipos de ONGs (mulheres, grupos indígenas, etc.)	8 (1%)
85% de homens		Associação de Moradores, de Comunidade ou Bairro (inclui comunidades de agricultores)	39 (6%)
70% de homens		Associações Profissionais	30 (5%)
54% de homens		Universidades e Centros de Pesquisa	35 (6%)
100% de homens		Clubes esportivos (inclusive esportes aquáticos)	3 (0%)
75% de homens		Entidades Religiosas	4 (1%)
100% de homens		Sindicatos de Trabalhadores (exceto Sindicatos/Associações Rurais)	5 (1%)
68% de homens		Outros tipos de organizações civis	11 (2%)
Pequenos Produtores	60 (10%)		

88% de homens		Associações de Pequenos Produtores	50 (8%)
		Sindicatos/Associações de Trabalhadores Rurais	10 (2%)
<b>Outras categorias</b>	<b>17 (3%)</b>		
81% de homens		Conselho municipal de Meio Ambiente	1 (0%)
		Consórcios ou associações intermunicipais	13 (2%)
		Outras Categorias (jornal, agência de bacia, comitê de bacia, etc.)	3 (0%)
<b>Total (79% de homens)</b>	<b>616 (100%)</b>		<b>616 (100%)</b>

Fonte: Abers et al (2005), com adaptações.

Há muitos dados interessantes nessa tabela. Um primeiro fato interessante é que a representação da sociedade civil é distinta da estabelecida pela Lei Federal. A Lei nº 9.433/97 estabelece o mínimo de 20% para a sociedade civil e 40% para os usuários, já que dependem da outorga. No entanto, a sociedade civil tem 27% dos representantes, acima do estabelecido. Já os grandes usuários nesses 14 comitês e quatro consórcios estudados, são apenas 18% dos representantes. Incluindo-se os pequenos produtores, temos 28%, o que ainda está abaixo do estabelecido pela Lei Federal. O poder público é o único que se aproxima da norma estabelecida, ao ter 43% dos membros, incluindo os diversos entes federativos.

Considerando-se o total dos membros, o grupo com maior representação proporcional é “poder público- prefeituras”, com 19% de representantes no universo estudado, seguido de “poder público estadual”, com 16%. Os dados mostram a importância e a força do poder público como grupo, destacando-se fragmentação maior dos grupos nos demais seguimentos. Isso ocorre mesmo que o grupo “poder público federal” tenha apenas 2% de representantes. É interessante lembrar que dentre os comitês e consórcios estudados, há apenas um comitê federal, o do CEIVAP, onde a presença do poder público federal torna-se obrigatória.

Dentro do segmento da sociedade civil, os grupos com maior representação são: “associação de Moradores, de Comunidade ou Bairro”; e “universidades e centros de

pesquisa”, ambos com 6%. O grupo com menor representação é o formado por “clubes esportivos”, com apenas três membros nos 14 comitês e quatro consórcios estudados.

Outro dado interessante apresentado é a composição por gênero. Há predominância dos homens em todos os segmentos representados, com exceção de “outros tipos de ONGs”, onde a representação é paritária entre homens e mulheres. Note-se que nesse grupo estão incluídas ONGs de interesses difusos, incluindo a perspectiva de igualdade de gênero, o que talvez explique a paridade. Outro grupo que se aproxima da equidade de gênero é “universidades e centros de pesquisa”, com 54% de homens representantes.

Tabela 2: Escolaridade dos segmentos, por categoria

Segmentos	Primeiro Grau Completo	Segundo Grau Completo	Curso Superior Completo	Pós Graduação	Total
Grandes usuários	4%	11%	35%	50%	17%
Poder Público Estadual/Federal- não usuários	0%	4%	24%	73%	17%
Poder Público Municipal- não usuários	3%	15%	47%	35%	25%
Sociedade Civil	8%	13%	29%	50%	27%
Pequenos Produtores	37%	29%	20%	14%	9%
Outras Categorias	0%	6%	44%	50%	4%
Total	7%	13%	33%	46%	100%

Fonte: Pesquisa Marca D'água, elaboração da autora

Em relação ao nível educacional dos membros, a maioria, 46%, tem pós graduação, indicando uma alta escolaridade. Justamente pela dificuldade de acesso a níveis educacionais mais elevados no meio rural e pela especificidade do trabalho que conduzem, o grupo com menor nível de escolaridade é “pequenos produtores”. Os demais grupos têm a escolaridade similar, ou seja, possuem pós graduação ou graduação completa, não sendo uma variável diferenciadora entre eles. A sociedade civil têm metade de seus representantes com pós graduação, assim como os grandes usuários e outras categorias não classificadas

Há, entretanto, uma diferença no nível educacional dos dois grupos classificados como poder público. Enquanto 73% dos representantes do poder público federal têm pós-graduação, a percentagem cai para 35% dos representantes também do poder público, mas em nível municipal. O segmento dos pequenos produtores agrícolas continua tendo a menor escolaridade.

Tabela 3: Renda familiar por categoria- referência cinco e 10 salários mínimos e composição familiar

Segmentos Representados nos comitês	Renda Familiar e composição familiar			
	Renda Familiar até 5 SM	Renda Familiar até 10 SM	Renda Familiar acima de 10 Salários Mínimos	Tem filhos
Usuários	5%	14%	86%	87%
Poder público estadual e federal	7%	24%	76%	83%
Poder público municipal	12%	36%	64%	78%
Sociedade civil	20%	37%	63%	76%
Pequenos produtores	48%	75%	25%	88%
Outras categorias	6%	26%	74%	69%
Total	15%	33%	66%	80%

Fonte: Pesquisa Marca D'água, elaboração da autora

Os dados mostram que é o grupo dos pequenos produtores o que tem o perfil econômico menor, pois 75,4% recebem até 10 salários mínimos, enquanto os demais recebem mais do que 10 salários mínimos. Este tem 48% dos representantes com renda de até cinco salários mínimos, em contraposição a 5% dos representantes dos grandes usuários; 7% do poder público federal; 12% do poder público municipal; e 20% da sociedade civil.

Não há uma diferença significativa quanto à composição familiar, já que a maioria de todos os segmentos analisados possui filhos.

Os dados sócio-econômicos analisados – escolaridade, renda e composição familiar - não mostram grandes diferenças entre os seguimentos representados nesses comitês e

consórcios, com exceção do grupo de pequenos produtores, representantes do meio rural. Passaremos agora à análise do seguimento que é o principal objeto de estudo desta dissertação, o seguimento da sociedade civil.

Tabela 4: Renda familiar da sociedade civil- referência cinco e 10 salários mínimos e composição familiar

Segmentos Representados nos comitês	Renda Familiar			
	Renda Familiar até 5 SM	Renda Familiar até 10 Salários Mínimos	Renda Familiar acima de 10 Salários Mínimos	Tem filhos
ONG ambientalista	100%	27%	73%	77%
Outros tipos de ONG	37%	62%	37%	88%
Associação de Moradores, de Comunidade ou Bairro	41%	56%	44%	90%
Associações Profissionais	3%	7%	93%	63%
Universidades e Centros de Pesquisa	11%	29%	71%	74%
Entidades Religiosas	20%	75%	25%	50%
Sindicatos e Associações Rurais	80%	100%	0%	90%
Sindicatos de Trabalhadores (Exceto Sindicatos e Associações Rurais)	0%	0%	100%	100%
Clubes Esportivos (inclusive esportes aquáticos)	33%	67%	33%	100,0%
Outras categorias de sociedade civil	21%	39%	61%	63%
Total*	6%	33%	67%	80%

Fonte: Projeto Marca D'água, elaboração da autora

\*Os totais têm como referência os 616 casos analisados da base e não somente o segmento da sociedade civil.

A primeira tabela a ser analisada aqui traz os mesmos dados da tabela anterior, mas para o seguimento específico da sociedade civil. A composição familiar é similar para as diversas categorias da sociedade civil e também não se distingue dos diversos segmentos analisados na sessão anterior. Contudo, diferentemente da tabela anterior, há diferenças significativas de renda entre os grupos que compõem a sociedade civil.

A renda familiar é muito distinta entre os grupos, e podemos dividir em dois grupos, daqueles com renda até 10 salários mínimos: outros tipos de ONGs, associação de moradores, entidades religiosas, sindicatos rurais e clubes esportivos; e daqueles com renda acima de 10

salários mínimos: ONGs ambientalistas, associações profissionais, universidades e centros de pesquisa, sindicatos de trabalhadores e outras categorias de sociedade civil.

Tabela 5: Escolaridade dos grupos da sociedade civil, por categoria

Segmentos	Primeiro Grau Completo	Segundo Grau Completo	Curso Superior Completo	Pós Graduação	Total
ONG ambientalista	0%	10%	43%	47%	5%
Outros tipos de ONG	25%	0%	50%	25%	1%
Associação de Moradores, de Comunidade ou Bairro	26%	36%	20%	18%	6%
Associações Profissionais	0%	3%	17%	80%	5%
Universidades e Centros de Pesquisa	0%	3%	14%	83%	6%
Entidades Religiosas	0%	0%	75%	25%	1%
Sindicatos e Associações Rurais	80%	10%	10%	0%	2%
Sindicatos de Trabalhadores (Exceto Sindicatos e Associações Rurais)	0%	0%	40%	60%	1%
Clubes Esportivos (inclusive esportes aquáticos)	0%	33%	67%	0%	0,5%
Outras categorias de sociedade civil	4%	11%	46%	39%	5%
Total*	7%	13%	33%	47%	100%*

Fonte: Projeto Marca D'água, elaboração da autora

\*Os totais aqui têm como referência os 616 casos da base e não somente o segmento da sociedade civil.

Os dados da Tabela 5 mostram que, ao contrário da contraposição entre os segmentos da sessão anterior, entre os diversos grupos que compõem o segmento da sociedade civil há uma grande diferença no nível educacional. Apenas quatro grupos têm a maioria dos seus membros com pós graduação, são eles: ONGs Ambientais (46%), Associação de Profissionais (80%), Universidades e Centros de Pesquisa (82,9%) e Sindicatos de Trabalhadores (60%).

Metade dos membros representantes da categoria Outros tipos de ONGs (50%) têm até o nível universitário, assim como as entidades religiosas (75%), Clubes Esportivos (66,7%) e outras categorias de sociedade civil (46,4%). As Associações de Moradores têm a maior parte

de seus membros com segundo grau completo (35,9%). Os sindicatos de trabalhadores têm a maior parte de seus membros com apenas o Primeiro Grau Completo (80%).

Como esperado, o grupo formado por membros com mais de 10 salários mínimos é o mesmo formado por aqueles com a escolaridade maior do que pós graduação.

A análise do perfil sócio-econômico das diversas categorias da sociedade civil mostra que nesse quesito elas são distintas, com formação, renda e, portanto, interesses distintos.

É interessante notar, no entanto, que 44% dos representantes da sociedade civil que atual nos comitês de bacia declararam, ao responder o questionário, que atuam no setor público. Talvez isso se explique porque a sociedade civil inclui instituições de pesquisa e ensino de natureza pública e, também, porque os representantes da sociedade civil muitas vezes atuam profissionalmente no setor público (FRANK, 2008:19).

O próximo capítulo descreve a metodologia para a análise dos dados do survey Marca D'água, principal fonte de dados desta dissertação. Os dados foram trabalhados de forma quanti-qualitativa, devido à dificuldade de operacionalizar uma análise exclusivamente quantitativa para um tópico comumente trabalhado de forma histórica e qualitativa.



## 4. Metodologia:

### 4.1 Definição do problema:

Grande parte da literatura atual sobre sociedade civil presume que haja um campo da sociedade civil identificado por características em comum.

A pergunta central da pesquisa proposta é:

**Podemos identificar algumas dessas características no campo de atores não usuários/ não estatais nos comitês de bacias hidrográficas? Como esses grupos se aproximam ou se distanciam em relação a essas características?**

A partir dessa pergunta central, apresentam-se os seguintes questionamentos complementares:

- Há algo em comum entre os atores não-Estado/não-usuários (sociedade civil) nos comitês de bacias hidrográficas analisados?
- Qual a melhor definição de sociedade civil que podemos encontrar na literatura que responda aos resultados encontrados?
- É útil definir um grupo “sociedade civil” ou é um grupo tão heterogêneo que para fins de análise não podemos estudá-lo homogeneamente como categoria?
- Qual a utilidade de classificar o mercado e o estado de forma tão antagônica a todo o resto como se os conflitos se travassem somente nessas esferas?

## **4.2 As hipóteses da pesquisa:**

A hipótese principal é a de que os membros que compõem os atores não-Estado/não-usuários (sociedade civil) nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas, recenseados pelo *survey* Marca D'água, são demais heterogêneos para que possamos falar em um segmento único classificado como sociedade civil e por isso falamos de várias sociedades civis.

Podemos pensar ainda em duas hipóteses dependentes:

- Essa heterogeneidade é decorrente de diferentes comportamentos, projetos políticos e concepções de mundo dentro do segmento sociedade civil;
- Isso ocorre porque há diferenças naturais entre os segmentos.

## **4.3 Objetivo**

Objetivo geral:

O objetivo geral da pesquisa é analisar e entender qual é o grupo que participa dos comitês de bacias hidrográficas que não é classificado nem como Estado nem como usuários, de forma a tentar identificar ou não características em comum.

Objetivos específicos:

Analisar, a partir dos dados, se podemos pensar numa categoria única de sociedade civil nesses espaços.

## **4.4 Referencial metodológico**

#### **4.4.1 A pesquisa de *survey***

A pesquisa de *survey* é apenas uma das muitas ferramentas colocadas para pesquisadores sociais, uma de suas grandes vantagens é colocar a disposição uma gama de variáveis construídas a partir do questionário, geralmente elaborado pelo próprio pesquisador, ou seja, neste caso o pesquisador está criando os dados que necessita para seu objeto de pesquisa. O objetivo é obter o máximo de compreensão com o menor número de variáveis (BABBIE:1999, 84). A pesquisa de *survey*, por outro lado, não permite a medida direta do comportamento, embora freqüentemente o comportamento social seja a referência última da pesquisa social.

A partir das variáveis do *survey*, podemos construir índices e escalas, pois raramente é possível chegar a uma única pergunta que represente adequadamente uma variável complexa. Índices e escalas, portanto, combinam vários itens de questionário, evitando os vieses inerentes aos itens únicos. Além disso, são dispositivos de redução de dados, as várias respostas de um respondente podem ser resumidas num único *score*, e mesmo assim os detalhes específicos daquelas respostas são mantidos quase na totalidade.

#### **4.4.2 Estudo de caso:**

O método de estudos de casos múltiplos permite a observação de evidências qualitativas, aprofundando a observação do fenômeno dentro do seu próprio contexto, além de ser um método de pesquisa para a investigação de inferências válidas. Possibilita um nível de detalhamento das relações entre os indivíduos e as organizações, bem como dos intercâmbios que se processam com o meio ambiente nos quais estão inseridos (YIN:2005). É recomendável quando se deseja obter generalizações analíticas que possam contribuir para um referencial teórico. A essência desse método científico é a expressão de hipóteses concorrentes plausíveis.

Yin considera-o como um método de investigação que preserva as características holísticas e significativas dos eventos na vida real.

É um método reconhecido até mesmo para pesquisas de avaliação, pois se reconhece hoje que o estudo de caso é utilizado cada vez mais com ferramentas quantitativas. A essência do método, suas características são: definição do problema, delineamento da pesquisa, coleta de dados, análise de dados e composição e apresentação dos resultados.

Segundo YIN (2001), um estudo de caso exemplar deve ter as seguintes propriedades, adequadas a uma boa investigação: o caso deve ser completo: o conceito de completude é alcançado por três fatores: a) delimitação das fronteiras do caso, isto é, distinção entre o fenômeno que está sendo estudado e seu contexto é objeto de atenção; b) exploração máxima de esforços, demonstrado na narrativa de modo convincente de que houve um empenho exaustivo para coletar as evidências relevantes; e c) o planejamento do estudo está estruturado de tal maneira que sua finalização não é determinada por limites de recursos de qualquer ordem bem como de elementos espaço-temporais.

## **4.5 Procedimentos Metodológicos**

### **4.5.1 Abrangência:**

A abrangência dessa pesquisa é limitada tanto geográfica quanto temporalmente. Ela se refere aos comitês e consórcios de bacias hidrográficas em que foram aplicados questionários com vários indicadores relevantes aos propósitos desta pesquisa. A inclusão dos consórcios permite a inclusão de modelos organizacionais distintos voltados ao mesmo objetivo, de ser uma esfera pública envolvendo a discussão de recursos hídricos.

Apesar de diferenças entre os dezoito comitês e consórcios selecionados, os dados

podem ser harmonizados e utilizados globalmente para os fins da pesquisa de acordo com a hipótese e com os objetivos definidos. Essas diferenças variadas, incluindo coalizões formadas entre os diversos membros dos comitês não compromete os achados da pesquisa; ao contrário, enriquece as hipóteses e valida os resultados encontrados.

O estudo é limitado à medida que o universo dos comitês de bacias hidrográficas não representa a totalidade da sociedade civil. Mas é importante destacar que essa avaliação de múltiplos casos permite conclusões prévias e dá sua contribuição acerca da categorização e da discussão conceitual da sociedade civil – um excelente tema para pesquisas futuras. Ademais, trata-se de uma questão importante dentro do universo dos comitês de bacias hidrográficas, uma vez que esse questionamento existe em muitos deles.

**As 14 bacias hidrográficas selecionadas são:**

- Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe (CE);
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapama (PE);
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (MG);
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (MG);
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará (MG);
- Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Paracatu (MG);
- Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP (MG-RJ-SP);
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (SP);

- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí Mirim-Grande (SP);
- Comitê da Bacia Hidrográfica Litoral Norte (SP);
- Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição (SC);
- Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (SC);
- Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí (RS);
- Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (RS).

**Os quatro consórcios intermunicipais selecionados são:**

- Consórcio Intermunicipal de Usuários da Água da Bacia do Alto e Médio Itapicuru (BA);
- Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, Rio São João e Zona Costeira (RJ);
- Consórcio da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba (SP);
- Consórcio de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi – COPATI (PR).

O período a ser analisado é aquele em que foram aplicados os questionários, sendo, portanto, o estudo do tipo transversal, realizado em um único momento no tempo. Os dados foram coletados no ano de 2004, tabulados em 2005 e analisados para os fins dessa pesquisa em 2007 e 2008.

#### **4.5.2 Plano amostral e Coleta dos Dados**

A população-alvo é constituída dos membros titulares dos 18 organismos especificados anteriormente (em casos em que os membros titulares não foram encontrados substituiu-se

pelos suplentes). Os dados não são representativos de todo o Brasil, mas refletem a realidade das bacias hidrográficas estudadas.

O banco de dados foi criado a partir da aplicação do *survey* em 626 membros de 18 conselhos de gestão de recursos hídricos (14 comitês de bacia e quatro consórcios intermunicipais) em várias partes do Brasil<sup>7</sup>. O questionário foi construído no sentido de testar hipóteses levantadas pelos estudos básicos de 23 bacias hidrográficas, efetuados em 2001-2002 pelos participantes do projeto Marca D'água e, também, reunir informações sobre os membros desses conselhos, sua relação com os setores que representam e com outros membros. O questionário é composto por seis módulos com perguntas abertas e fechadas.

A seleção dos 14 comitês (2003) foi amostral a partir de uma lista de todos os comitês de bacia que se encontravam em funcionamento no Brasil, durante pelo menos 2 anos (total de 64 comitês)<sup>8</sup>. Na ausência de uma lista similar para os consórcios intermunicipais, foram selecionados quatro deles de modo a compreender modelos organizacionais bastante distintos e situados em diferentes regiões do País.

Em cada colegiado de estudo, todos os membros titulares foram selecionados para serem entrevistados, substituídos pelos seus suplentes, quando não disponíveis. Dessa forma, para cada amostra, foi efetivamente realizado um censo do total de membros (86% dos membros ou seus suplentes foram entrevistados, no total). Em dois comitês — Itajaí e

---

<sup>7</sup> O *survey* foi concebido e aplicado com o apoio do Centro de Pesquisas Quantitativas – CEPEQ da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

<sup>8</sup> A pesquisa amostral é resultado de uma pesquisa quantitativa rápida sobre a população dos municípios onde os consórcios e comitês se localizavam, conduzida pelo Projeto Marca D'Água, em 2003, sobre todos os comitês de bacia em funcionamento no Brasil. Os 64 comitês foram estratificados de acordo com quatro características: *região do país* (Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul); *principal problema relacionado a recursos hídricos* (escassez, qualidade de água, inundação), *tipo de bacia hidrográfica* (rural, urbana, costeira ou combinação de rural/urbana); tamanho da bacia (em km<sup>2</sup>). Em seguida, os comitês foram selecionados de modo intencional, em cada estratificação, de modo a selecionar aqueles comitês que já foram estudados anteriormente pelo Projeto Marca D'Água.

CEIVAP — foram igualmente entrevistados todos os membros das câmaras técnicas e dos grupos de trabalho.

Como mecanismo de substituição, no caso de um membro titular se recusar a dar entrevista e recomendar espontaneamente que outra pessoa seja entrevistada em seu lugar (normalmente tal pessoa participa no seu lugar), a pessoa recomendada foi entrevistada. No caso do titular não oferecer alternativa ou no caso do pesquisador nem conseguir contatar o titular após três tentativas, o suplente foi entrevistado<sup>9</sup>.

Cada consórcio tem sua estrutura própria, o que levou, em alguns casos, como nos exemplos de Itapicuru, Pará, Consórcio PCJ e outros, a uma abordagem diferente. Por exemplo, no caso do Consórcio de Itapicuru, não se distingue, na prática, entre titular e suplente, e ao invés de selecionar todos os 80 membros, os quais não era possível saber quem era titular ou suplente, foi feita uma amostra aleatória de 40 membros, entre todos, devido à sua dinâmica diferenciada. Nesses organismos, sempre que apropriado, observou-se a ponderação por segmento e por distribuição geográfica. Dessa forma, se procurou garantir a representação dos membros titulares daquele comitê ou consórcio, mantendo a característica de censo.

Os casos de Itapecuru e Piracicaba apresentaram alta taxa de não-resposta, no entanto, não afetando os estudos, para o total, ou os desagregados, por grupos ou segmentos.

#### **4.6. Método investigativo:**

Decidiu-se por um estudo avaliativo. Como estratégia metodológica, utilizou-se o método rápido de investigação- REM, numa tipologia elaborada por Spinelli e Ignotti (2007)

---

<sup>9</sup> Há, entretanto, algumas exceções, especialmente nos consórcios estudados e nos comitês de Litoral Norte e Alto Tietê, Itajaí, CEIVAP e Pará. Estatisticamente, os resultados não foram comprometidos pelas exceções.



como ferramenta de análise de *survey* e comparação entre grupos. Trata-se de uma mescla de abordagens quanti-qualitativas.

Os dados quantitativos serão extraídos de fontes primárias, do banco de dados já existente acerca dos comitês de bacias hidrográficas elaborado pela pesquisa Marca D'água. Para viabilizar o objetivo de comparação entre os grupos que compõem os 14 comitês e quatro consórcios estudados, fez-se uma distinção entre as diversas categorias a partir do nome das entidades que os membros representam, conforme consta na primeira página do questionário, mas não na base de dados.

Isso foi feito pela professora Dra. Rebecca Abers para o Projeto Marca D'água porque a auto-resposta foi uma variável perdida no questionário. Aparentemente, a pergunta foi mal interpretada porque mais de 60% dos membros responderam pertencer ao seguimento dos usuários.

O questionário utilizado na pesquisa foi dividido em seis módulos, em grande parte está em escala *likert*. O módulo um tem 26 perguntas. O módulo dois é um filtro do módulo um, então tem um grande número de casos *missing*. Isso quer dizer que se o membro respondesse, no módulo um, que não se dedicava ao comitê, ele não respondia ao módulo dois, indo direto ao três. O módulo dois tem 25 perguntas. No módulo três, as perguntas eram, em sua maioria, feitas por meio de cartões e tem 12 perguntas.

O módulo quatro tem 11 perguntas, mas muitas foram perdidas, ou seja, os resultados não podem ser aproveitados na tabulação dos dados. O módulo cinco também é, em grande parte, aplicado por meio de cartões, tem sete perguntas, que se referem em grande parte aos

conhecimentos técnicos e ao preparo dos membros. O último módulo, seis, tem 18 perguntas, em grande parte referindo-se a indicadores sócio-econômicos dos membros.

Acompanhou o questionário um manual para o pesquisador, e o entrevistado pôde escolher entre ler as questões ou pedir que o entrevistado lesse para ele.

#### **4.7. Passos da pesquisa:**

A metodologia de análise dos dados utilizada é uma análise descritiva complexa, a partir do Rapid Evaluation Method-REM.

O primeiro passo foi a definição dos grupos que compõem o segmento classificado preliminarmente, para os fins da pesquisa, como sociedade civil: ONGs ambientais; Outros tipos de ONGs; Associação de Moradores, de comunidade ou bairro; Associações Profissionais; Universidades e Centros de Pesquisa; Entidades Religiosas; Sindicatos e Associações Rurais; Sindicatos de Trabalhadores; Clubes Esportivos; Outras Categorias de Sociedade Civil (classificado na base como setor 5).

Uma forma de viabilizar codificar os dados<sup>10</sup> é a partir da comparação entre os atores sobre temas específicos definidos pelo pesquisador. Como não é possível medir o agrupamento dos atores diretamente, usam-se categorizações criadas pela autora para viabilizar a análise. Assim, classifiquei algumas variáveis importantes por temas. A comparação pode ser feita a partir de temas específicos tratados no questionário.

Passou-se então a definir os temas, dimensões importantes para essa análise. As seis dimensões selecionadas foram: projetos políticos, percepção da dinâmica política, participação

---

<sup>10</sup> A tarefa de codificação consiste no tratamento e ordenação dos dados brutos com vistas a transcrevê-los em formatos mais apropriados que favoreçam sua clareza e permitam a análise.

no comitê, preparo do representante, representatividade, e participação em outras organizações. Para a aplicação do modelo, os dados sócio-econômicos não são usados porque não ajudam a esclarecer a hipótese de pesquisa.

A seguir, selecionaram-se perguntas do questionário que respondiam às seis dimensões acima definidas.

A partir dessa seleção das variáveis, montou-se uma matriz avaliativa. Essa é a etapa mais difícil, pois se atribui um valor a cada variável, com base num modelo teórico consistente, ou seja, a resposta considerada ideal com base na teoria. A teoria usada permite um marco de comparação entre os grupos, mas não busca dizer conceitualmente como deveria ser, apenas como são em relação ao marco estabelecido.

Atribui-se a nota ideal para o grupo e uma pontuação para a porcentagem das respostas. A resposta que mais se aproxima da teoria ganha uma pontuação mais alta. O conjunto de atores com a maior pontuação é o que mais se aproxima do meu modelo lógico.

No final compara-se a nota alcançada pelos diversos grupos para verificar a aproximação ou não entre eles. Essa nota atribuída não é uma forma de julgamento de como os grupos deveriam se comportar segundo uma visão política definida por mim, mas apenas uma forma de viabilizar a comparação entre os grupos.

Mesmo que os grupos não tenham projetos políticos, dinâmica, formas de participação parecidas com o marco estabelecido pela teoria, o modelo permite que vejamos as diferenças ou não pelos grupos. Por exemplo, se todos os grupos se distanciarem da teoria, eles receberão uma nota baixa na matriz avaliativa, mas continuam sendo homogêneos entre si e a minha hipótese será refutada.

Já se alguns se aproximarem da teoria e outros não, minha hipótese é confirmada porque os grupos não são parecidos entre si. O objetivo não é dizer que eles se comportam de determinada forma e deveriam se comportar de outra, não é isso que será feito. Não digo como os grupos devem se comportar. Eu uso as notas somente como ferramenta metodológica para a comparação entre os diversos grupos que compõem a sociedade civil como aqui definida.

No próximo capítulo, defino as dimensões selecionadas para a análise, detalho o marco teórico e as perguntas que geraram as variáveis. Explicito também a nota atribuída arbitrariamente pela autora para cada resposta atribuída pelos grupos que compõem a análise, a partir da teoria. Para isso, ou seja, para justificar a atribuição das notas, descreve-se a teoria subjacente a cada dimensão de análise.

## 5. Detalhamento do Modelo

O objetivo desse capítulo é detalhar as variáveis escolhidas, a teoria atribuída às variáveis que permite a atribuição das notas. Neste momento, há uma tabela-resumo com os dados indicados, e em anexo se encontra as perguntas completas conforme constam no questionário aplicado.

Conforme detalhado no capítulo anterior, as variáveis foram agregadas em seis grupos distintos (projetos políticos, percepção da dinâmica política, participação no comitê, preparo do representante, representatividade e participação em outras organizações) conceituados no capítulo dois.

### 5.1 Perguntas e variáveis selecionadas:

Na tabela a ser detalhada nessa seção, mostram-se todas as variáveis escolhidas, por categoria de análise, e, mais importante, o marco teórico utilizado para a atribuição da pontuação, especificada na coluna três.

**Tabela 6: Definição das variáveis e matriz lógica**

Descrição da Variável	Teoria	Pontuação
<b>1. Projetos Políticos</b> (36 variáveis)	“Designa os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. (DAGNINO, 2004:98).	
q3vm3- “Os proprietários têm o direito de explorar os	Espera-se que os atores do comitê não acreditem que	Se nenhum dos atores respondeu afirmativamente

recursos naturais das suas propriedades como acharem melhor”.	os recursos naturais possam ser explorados de forma indiscriminada.	à questão, atribui-se nota 10.
q4vm4- “Em que níveis de governo o Sr. Confia mais?” Governo Federal Governo Estadual Governo municipal Todos Nenhum	Acredita-se que um nível bom de confiança entre os diversos atores é essencial para o andamento dos trabalhos democráticos. Como salientado por Barquero (2003:103) “Deve-se ter confiança social entre os membros e diversos grupos para o bom trabalho nos fóruns participativos. A literatura destaca que há um relativo consenso de que sem confiança não há democracia”.	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros têm confiança em cada um dos níveis de governo citados (e também para a categoria todos) foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros têm confiança em cada um dos níveis, foi atribuída nota cinco. Se menos de 30% dos membros têm confiança em cada um dos níveis, nota zero.
q5vm5a- Gostaria de saber sobre a confiança que o sr.(a) tem nas instituições ou grupos desta lista. Em qual delas o Sr.(a) <b>mais confia?</b> No Congresso Nacional Na Igreja No Governo Federal No Poder Judiciário Na mídia Nas grandes empresas Nas universidades	A teoria é idêntica à da pergunta anterior	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros têm confiança em cada uma das organizações foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros têm confiança em cada grupo, foi atribuída nota cinco. Se menos de 30% dos membros têm confiança em cada um dos grupos, nota zero.
q8vm8- As leis das águas propõem um modelo de gestão que, entre outros aspectos, inclui a descentralização do processo decisório, a participação da sociedade e a cobrança pelo uso da água. Na sua opinião, esse modelo é adequado para a resolução dos problemas da sua bacia?	A pergunta aborda o conceito de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (IWRM), que propõe objetivos conciliadores de eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental, todos os aspectos considerados na pergunta. Como é um conceito importante para a	A pergunta pede que os respondentes atribuam uma nota de zero a dez. Para os grupos em que mais de 70% dos membros responderam oito, nove e dez, atribuiu-se a nota dez.

	gestão de recursos hídricos, espera-se que os grupos se aproximem desse conceito.	
q9vm9- as atividades do comitê devem incorporar outras questões relacionadas às águas (por exemplo, uso do solo, planejamento regional integrado, gerenciamento costeiro, etc.)	Ainda de acordo com a definição de gestão integrada de recursos hídricos descrita na variável anterior, espera-se que os membros considerem que as atividades do comitê deva incorporar outras questões relacionadas às águas.	Se mais de 80% dos grupos responderam afirmativamente, atribui-se nota dez.
q11vm11- “Na sua opinião, quem deve pagar pelo uso da água?” a. Todos os que captarem e consumirem águas superficiais e subterrâneas. b. todos os que poluírem as águas da bacia. c. a agricultura de grande e médio porte. d. a agricultura familiar. e. a indústria. f. O saneamento.	A Lei Federal nº 9433/97 estabelece a cobrança pelo uso da água e se baseia no conceito de usuário-pagador, em que todos os que utilizam recursos naturais para a produção industrial, sua comercialização e consumo devem pagar pelo seu uso.	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros acreditam que tal grupo deva pagar pelo uso da água, foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros defendem a cobrança para cada item, foi atribuída nota cinco. Se menos de 30% dos membros defendem a cobrança, para cada item, a nota atribuída é zero.
q15vm15- “importância das decisões serem tomadas de maneira democrática”.	É o projeto político da democracia participativa, essencial para o bom andamento dos trabalhos na esfera pública.	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros acreditam que as decisões devem ser tomadas de forma democrática, foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros defendem, foi atribuída nota cinco. Se menos de 30% dos membros defendem, a nota atribuída é zero.
q25inf4a- Em quais (pessoas/grupos/entidades) desta lista o sr.(a) <b>mais confia</b> para a produção e a disseminação de informações técnicas em	Mesma concepção teórica das variáveis q4vm4 e q5vm5a. Acredita-se que um nível bom de confiança entre os diversos atores é essencial para o andamento	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros têm confiança na produção e disseminação de informações técnicas, foi atribuída nota dez. Se entre

<p>seu comitê? câmaras técnicas/grupos de trabalho do comitê; órgãos do governo; entidades empresariais; consultores contratados pelo comitê; consultores contratados por usuários; consultores contratados por órgãos públicos; ONGs; universidades; secretaria executiva ou agência de bacia.</p>	<p>dos trabalhos democráticos. Como salientado por Barquero (2003:103) “Deve-se ter confiança social entre os membros e diversos grupos para o bom trabalho nos fóruns participativos. A literatura destaca que há um relativo consenso de que sem confiança não há democracia”.</p>	<p>30% e 70% dos membros têm confiança, foi atribuída nota cinco. Se menos de 30% dos membros têm confiança, nota zero.</p>
<p>q6o16a- qual a qualidade individual mais importante a. conhecimento técnico; b. capacidade de articulação política; c. experiência na gestão de recursos hídricos; d. inserção na comunidade e conhecimento local.</p>	<p>Todos as qualidades são consideradas importantes para a qualidade dos trabalhos nos fóruns participativos, segundo a teoria de projetos políticos.</p>	<p>Para cada grupo em que mais de 70% dos membros potencializaram a característica, foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros defendem, foi atribuída nota cinco. Se menos de 30% dos membros defendem, a nota atribuída é zero.</p>
<p><b>2. Percepção da Dinâmica Política (12 variáveis)</b></p>	<p>O ideal é que a dinâmica política se aproxime daquela estabelecida pela teoria política democrática, conforme detalhado no marco teórico.</p>	
<p>q17or1a “Qual a principal dificuldade que afeta o funcionamento do comitê?” falta de recursos financeiros; falta de motivação; falta de conhecimento; falta de apoio; conflitos.</p>	<p>O ideal de uma dinâmica política é que não haja, ou que haja o mínimo possível, dificuldades no funcionamento do comitê.</p>	<p>Se os grupos responderam menos do que 30% em cada um dos itens, a nota atribuída foi dez.</p>
<p>q18or2 “No âmbito do seu comitê, existem <b>pessoas ou grupos</b> que dificultam o avanço ou a dinâmica do</p>	<p>O ideal é que não haja pessoas obstruindo o funcionamento do comitê.</p>	<p>Se mais do que 50% dos membros do grupo responderam negativamente, a nota</p>



organismo?”		atribuída foi dez.
Q3r3a “Se existe desigualdade, qual tem afetado o funcionamento do seu comitê?” a)desigualdade no nível de conhecimento técnico entre os membros?	O ideal da dinâmica política é que não haja desigualdades entre os membros.	Se mais do que 50% dos membros do grupo responderam negativamente, a nota atribuída foi dez.
Q3r3b b) desigualdade de poder econômico entre os membros?	O ideal da dinâmica política é que não haja desigualdades entre os membros.	Se mais do que 50% dos membros do grupo responderam negativamente, a nota atribuída foi dez.
Q3r3c c) desigualdade de poder político entre os membros?	O ideal da dinâmica política é que não haja desigualdades entre os membros.	Se mais do que 50% dos membros do grupo responderam negativamente, a nota atribuída foi dez.
Q9o3 “A maioria das decisões são negociadas durante as reuniões plenárias”.	Conforme estabelecido na teoria política democrática.	Se mais do que 50% dos membros do grupo responderam afirmativamente, a nota atribuída foi dez.
Q10o4a Qual é o momento <b>mais comum</b> em que as decisões do comitê normalmente são negociadas? a) reuniões das câmaras técnicas, ou grupos, ou comissões de trabalho; c) reuniões preparatórias para reunião plenária.	As negociações que fazem parte da dinâmica política para serem em conformidade com a teoria democrática e participativa, devem acontecer em espaços interativos entre os membros, como as câmaras técnicas e as reuniões preparatórias.	Se mais do que 50% dos membros do grupo responderam afirmativamente, para cada um dos itens, a nota atribuída foi dez.
<b>3. Participação no comitê</b> (15 variáveis)	Presume-se que uma participação efetiva, dentro dos fóruns onde estão participando como membros, na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas é uma ferramenta importante de aprofundamento democrático.	
Q27o1a “Gostaria que o	A variável mede o nível de	Se mais do que 70% dos

<p>sr.(a) avaliasse sua participação nesse comitê, respondendo com que frequência participa de algumas atividades”.</p> <p>a)maioria das reuniões; plenárias;</p>	<p>participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.</p>	<p>membros do grupo responderam afirmativamente, para cada um dos itens, a nota atribuída foi dez.</p>
<p>q28o2 “Quantos dias por mês, em média, são dedicados às atividades desse comitê, excluindo as reuniões plenárias?” Até um dia por mês</p>	<p>A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.</p>	<p>Se mais do que 50% dos membros do grupo responderam afirmativamente, a nota atribuída foi dez.</p>
<p>q28o2- de 2 a 5 dias</p>	<p>A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.</p>	<p>Se mais do que 50% dos membros do grupo responderam afirmativamente, a nota atribuída foi dez.</p>
<p>q28o2- de 6 a 10 dias</p>	<p>A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.</p>	<p>Se mais do que 70% dos membros do grupo responderam afirmativamente, a nota atribuída foi dez.</p>
<p>q28o2- mais de 10 dias</p>	<p>A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.</p>	<p>Se mais do que 70% dos membros do grupo responderam afirmativamente, a nota atribuída foi dez.</p>
<p>q11o5- “O Sr. participa de negociações?”</p>	<p>A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.</p>	<p>Se mais do que 70% dos membros do grupo responderam afirmativamente, a nota atribuída foi dez.</p>
<p>q15o7a “Com que frequência participa de grupos e comissões de trabalho”</p>	<p>A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.</p>	<p>Para cada grupo em que mais de 70% dos membros participam, foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros participam, foi atribuída nota cinco.</p>

q15o7b “Com que frequência organiza eventos e seminários”	A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros participam, foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros participam, foi atribuída nota cinco.
q15o7c “Com que frequência colabora com outros membros em projetos específicos”	A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros participam, foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros participam, foi atribuída nota cinco.
q15o7d “Com que frequência facilita negociação entre os membros”	A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros participam, foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros participam, foi atribuída nota cinco.
q15o7e “Com que frequência escreve documentos ou dá pareceres técnicos”	A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros participam, foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros participam, foi atribuída nota cinco.
q15o7f “Com que frequência representa o comitê em outros fóruns”	A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros participam, foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros participam, foi atribuída nota cinco.
q15o7g “Com que frequência levanta recursos financeiros e materiais para as atividades do comitê”	A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta, ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros participam, foi atribuída nota dez. Se entre 30% e 70% dos membros participam, foi atribuída nota cinco.
q25o10 “Sobre os assuntos que são discutidos no comitê, o sr.(a) já mudou de	A variável mede o nível de participação dos membros. Conforme a teoria proposta,	Para cada grupo em que mais de 70% dos membros participam, foi atribuída

opinião a partir das discussões realizadas no comitê?”	ela deve ser intensa como forma de aprofundar a democracia.	nota dez.
<b>4. Preparo do representante</b> (4 variáveis)	Segundo Neef (2008), ainda há uma tendência nos ambientes participativos ligados aos recursos hídricos de confiar na opinião de especialistas. Contudo, o desejável seria um bom relacionamento entre os próprios grupos do comitê. Assim, a teoria procura medir: a) o preparo do representante, não quanto à sua educação formal, mas como utiliza o conhecimento para a participação nos comitês e consórcios.	
q26or6 Não tem dificuldade em participar do comitê	Essa variável mostra o preparo do representante, que gera mais capacidade de participar ativamente nas atividades.	Se mais de 30% dos membros não têm dificuldade, foi atribuída nota dez.
q12ao22a O sr.(a) já escreveu artigo para jornal ou revista sobre água ou sua gestão?	Essa variável mostra o preparo do representante, que gera mais capacidade de participar ativamente nas atividades.	Se mais de 70% dos membros já escreveram, foi atribuída nota dez.
q12bo22b O sr.(a) já deu entrevista em rádio, TV, jornal ou revista sobre água ou sua gestão?	Essa variável mostra o preparo do representante, que gera mais capacidade de participar ativamente nas atividades.	Se mais de 30% dos membros já deu entrevista, foi atribuída nota dez.
q2r10 Há quantos anos é membro do comitê?	Essa variável mostra o preparo do representante, no sentido de que quanto mais tempo participa, mais conhecimento e capacidade adquire para participar ativamente nas atividades.	Se mais de 50% são membros por pelo menos 3 anos ou mais, a nota atribuída foi dez.
<b>5. Representatividade</b> (8 variáveis)	A teoria adotada é que quadeve-se ter prestação de	

	contas e controle no processo decisório dos representantes para os representados.	
q16r4 "No processo decisório das reuniões plenárias do comitê, o sr.(a), na maioria das vezes, toma sua decisão ou vota de acordo com: b) a orientação do órgão ou entidade que representa; c) a orientação do seu segmento ou categoria; ou d) a orientação da câmara técnica ou do grupo/comissão de trabalho".	A interação e comunicação entre membros dos comitês e os grupos que representam são mecanismos importantes pelos quais os membros podem: a) incorporar as preferências de sua base ao processo decisório; b) mantê-la informada sobre as decisões tomadas no comitê.	A definição de representatividade expressa acima pressupõe uma aproximação, por ordem decrescente, dá a orientação do órgão ou entidade que representa = 10; a orientação do seu segmento ou categoria = 10; a orientação da câmara técnica ou do grupo/comissão de trabalho = cinco.
q17r5 "Com que frequência outras pessoas sugerem assuntos ou soluções de problemas ao comitê?" a) sempre.	A interação e comunicação entre membros dos comitês e os grupos que representam são mecanismos importantes pelos quais os membros podem: a) incorporar as preferências de sua base ao processo decisório; b) mantê-la informada sobre as decisões tomadas no comitê.	Se mais de 50% sugerem sempre outros assuntos, a nota atribuída foi dez.
q18r6a, q18r6b "De que maneiras o sr.(a) informa a instituição sobre as atividades do comitê? Isso se dá através de" a. relatórios; b. relatos em reuniões	A interação e comunicação entre membros dos comitês e os grupos que representam são mecanismos importantes pelos quais os membros podem: a) incorporar as preferências de sua base ao processo decisório; b) mantê-la informada sobre as decisões tomadas no comitê.	Se mais de 50% informam a instituição que representam por meio de relatórios e/ou relatos em reuniões, a nota atribuída foi dez (para cada).
q20r8 "Com que frequência	A interação e comunicação	Se mais de 50% trazem

<p>o sr.(a) traz outras pessoas para assistirem as reuniões ou participar de atividades do comitê? a) sempre.”</p>	<p>entre membros dos comitês e os grupos que representam são mecanismos importantes pelos quais os membros podem: a) incorporar as preferências de sua base ao processo decisório; b) mantê-la informada sobre as decisões tomadas no comitê.</p>	<p>outras pessoas para a discussão, a nota atribuída foi dez.</p>
<p>q24or12 “Em relação aos custos de sua presença nas reuniões do comitê, especialmente os custos de viagem e refeições, em geral, quem paga essas despesas é... a sua instituição (ou empregador”.</p>	<p>A interação e comunicação entre membros dos comitês e os grupos que representam são mecanismos importantes pelos quais os membros podem: a) incorporar as preferências de sua base ao processo decisório; b) mantê-la informada sobre as decisões tomadas no comitê.</p>	<p>Se mais de 50% trazem outras pessoas para a discussão, a nota atribuída foi dez.</p>
<p><b>6. Participação em outras organizações</b> (11 variáveis)</p>	<p>Uma das justificativas usadas na literatura (ver, por exemplo, KLEYMEYER, 2008) é de que a participação gera empoderamento por parte da sociedade civil que gera mais democracia e crescimento econômico. Ou seja, a participação gera conhecimento e com o tempo gera capacidade, então quanto maior a participação em diferentes fóruns, melhor para o empoderamento dos membros.</p>	
<p>q7ao17a1, q7ao17a2, q7ao17a3, q7ao17a4,</p>	<p>q7bo17b1, q7bo17b1, q7bo17b3, q7bo17b4,</p>	<p>Essa série de variáveis objetiva medir a participação em diferentes arenas, com organizações</p> <p>Se 70% dos membros ou mais já tiverem participado de cada uma das organizações listadas,</p>

<p>q7ao17a5, q7bo17b5, q7ao17a6, q7bo17b6  “O sr.(a) já participou de encontros?  Fórum Nacional de Comitês;  Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas – REBOB;  Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH;  Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES;  Fórum Nacional da Sociedade Civil – FONASC;  Fórum Estadual de Comitês de Bacia”.</p>	<p>representantes de recursos hídricos em diversos níveis e segue a teoria estabelecida para o tema.</p>	<p>atribui-se nota dez (para cada uma)</p>
<p>q8o18 “O sr.(a) lê a lista de discussão da Associação Brasileira de Recursos Hídricos?”</p>	<p>A variável mede a participação também em fóruns virtuais.</p>	<p>Se 70% ou mais dos membros responderam afirmativamente, atribui-se nota dez.</p>
<p>q10o20 “O sr.(a) já participou de alguma atividade relacionada às águas na sua comunidade, fora do âmbito das atividades do comitê?”</p>	<p>A variável mede a participação em atividades externas ao comitê, mas ligadas ao tema.</p>	<p>Se 70% ou mais dos membros responderam afirmativamente, atribui-se nota dez</p>
<p>q11o21 “O sr.(a) participou de alguma atividade do tema “água” por causa da Campanha da Fraternidade “Água, fonte de vida?””</p>	<p>A variável mede a participação em atividades externas ao comitê, mas ligadas ao tema.</p>	<p>Se 70% ou mais dos membros responderam afirmativamente, atribui-se nota dez</p>
<p>q4p4 ”No último mês o sr.(a) participou de algum evento relacionado a recursos hídricos, além das atividades patrocinadas pelo comitê?”</p>	<p>A variável mede a participação em atividades externas ao comitê, mas ligadas ao tema.</p>	<p>Se 70% ou mais dos membros responderam afirmativamente, atribui-se nota dez</p>

q5p5 “O sr.(a) é ou já foi membro de algum conselho, comissão ou consórcio de políticas públicas?”	A variável mede a construção de capital social pelos membros do comitê.	Se 70% ou mais dos membros responderam afirmativamente, atribui-se nota dez
--	---	---

Fonte: elaboração da autora

Este capítulo prestou-se ao detalhamento do modelo utilizado, listando as variáveis selecionadas para cada categoria de análise, o marco teórico referente a ela que possibilitou a atribuição das notas, principal atributo do modelo utilizado. O próximo capítulo, a partir da matriz de julgamento elaborada por meio desse modelo, apresenta os resultados encontrados e, por fim, a conclusão da pesquisa.



## 6. Resultados e conclusão:

Os dados apresentados a seguir são os resultados encontrados segundo o modelo elaborado por Spinelli ET AL (2007), detalhado no capítulo anterior. As tabelas completas, com os resultados do inquérito Marca D'água para as variáveis selecionadas, e a atribuição das notas encontram-se em anexo.

Aqui se encontram tabelas síntese com a pontuação total obtida para cada dimensão de análise, para cada seguimento. Nessas tabelas, os resultados do seguimento são apresentados a partir da divisão de grupos, para permitir a comparação entre os grupos e perceber semelhanças ou diferenças nos projetos políticos, dinâmica política, participação no comitê, preparo do representante, representatividade e participação em outros fóruns. As tabelas também apresentam o total de pontos obtidos por cada grupo, como ferramenta comparativa.

A pontuação é aqui utilizada como referência numérica para a comparação entre os grupos. Não podemos, em hipótese nenhuma, com base nesses dados, por exemplo, dizer que as associações profissionais são melhores e mais atuantes do que os outros grupos porque atingiram uma maior pontuação. Podemos dizer, com base nesses dados e com base na metodologia, que há diferenças significativas entre os grupos porque a pontuação atribuída segundo o marco de referência foi muito distinta.

### **6.1 Resultados para a categoria da sociedade civil**

Tabela 7: Matriz de julgamento para a sociedade civil

Dimensões	Pontuação Obtida segundo o Marco Teórico									
	ONG amb.	Outros tipos ONG	Ass. moradores	Ass. profissionais	Universidades	Ent. Religiosas	Sind. Ass. rurais	Sind. de trabalhadores	Clubes esportivos	Outras cat.
<b>1. Projetos Políticos</b>	95	90	70	85	90	85	95	60	95	55
<b>2. Percepção da dinâmica política</b>	50	80	70	80	60	70	70	90	40	60
<b>3. Participação no comitê</b>	60	65	55	55	50	60	30	75	10	60
<b>4. Preparo do representante</b>	30	10	10	40	30	20	20	0	0	20
<b>5. Representatividade</b>	10	20	10	10	20	20	20	25	10	10
<b>6. Participação em outras organizações</b>	35	35	35	45	40	45	25	40	30	40
<b>TOTAL</b>	<b>280</b>	<b>300</b>	<b>250</b>	<b>315</b>	<b>290</b>	<b>300</b>	<b>260</b>	<b>290</b>	<b>185</b>	<b>245</b>

Fonte: Elaboração da autora

Os dados analisados mostram alguns grupos se aproximam consideravelmente enquanto outros têm mais de 100 pontos de diferença. Nota-se também que algumas dimensões não têm diferença significativa entre os grupos, enquanto em outras a diferença se torna significativa.

Podemos dizer, assim, que há heterogeneidade entre os grupos e que há várias sociedades civis dentro dos comitês de bacias hidrográficas. Podemos ainda dizer que essa

heterogeneidade é decorrente de diferentes comportamentos, projetos políticos, preparo, formas de participação e dinâmica nesses fóruns.

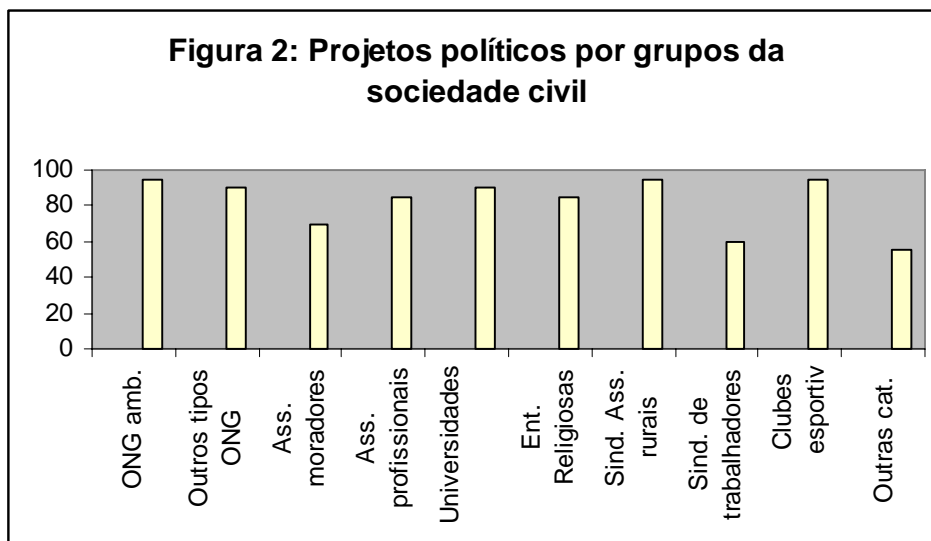
A pontuação geral dos grupos ficou da seguinte forma:

- Associações profissionais obtiveram a maior pontuação no total, 315.
- Entidades Religiosas e outros tipos de ONGs vêm na seqüência, com 300 pontos.
- Universidades e centros de pesquisa; e sindicatos de trabalhadores, 290 pontos.
- ONGs ambientalistas, 280 pontos.
- Sindicatos e associações rurais, 260;
- Associações de moradores, 250;
- Outras categorias, 245;
- Clubes esportivos, 185.

O mais interessante para esta análise, contudo, é explorar o que significam essas diferenças nos resultados gerais. A riqueza do modelo está em ver as diferenças e notas atribuídas em cada dimensão, não é dizer hipoteticamente que eles se distanciam por 20 pontos, mas o que significam esses 20 pontos em termos de cada uma das dimensões.

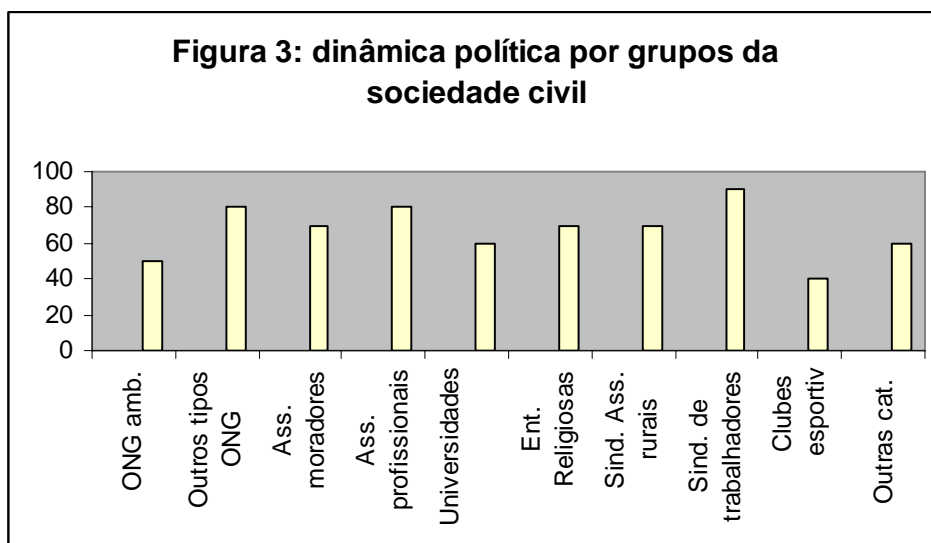
Por exemplo, há uma diferença, mesmo que pouca, entre as ONGs ambientais e outros tipos de ONGs. Essa diferença se concentra na percepção da dinâmica política e no preparo do representante. Analisando as dimensões separadamente, os dados são muito interessantes.

No que se refere a projetos políticos, temos a seguinte configuração:



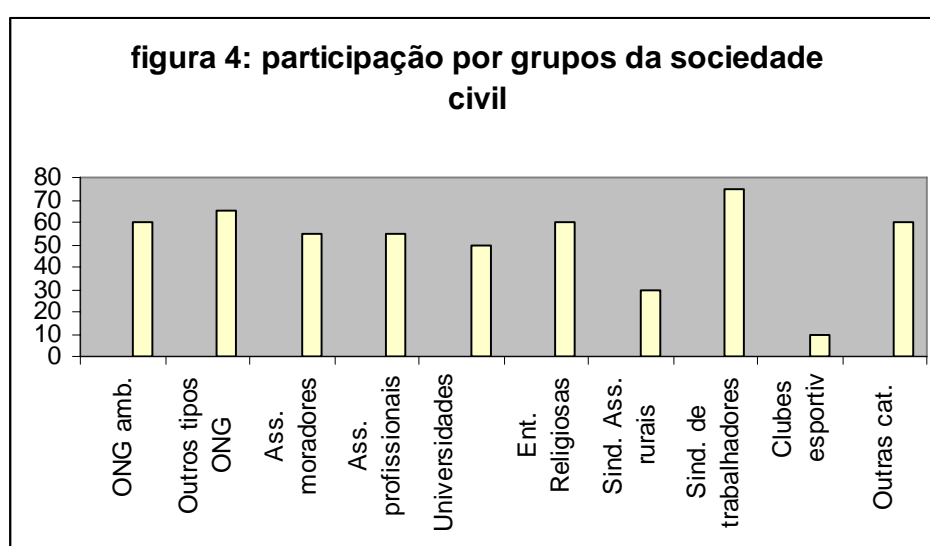
Os dados indicam que os grupos “outras categorias” e “sindicatos de trabalhadores” se distanciaram significativamente dos demais, mas há muita diferença entre os grupos, mesmo que sejam de pontuações pequenas. Somente dois grupos se agrupam em duas categorias, quais sejam, ONGs ambientais e sindicatos rurais com 95 e associações profissionais e entidades religiosas com 85 pontos.

Em relação à dinâmica política, temos a segunda configuração:



Também há muita heterogeneidade dentro da dimensão dinâmica política. Praticamente todos os grupos têm pontuações diferentes. Surpreendentemente, as ONGs ambientalistas e os clubes esportivos se distanciam dos outros grupos, com a menor pontuação, 50 e 40, respectivamente. O grupo com a maior pontuação é o do sindicato dos trabalhadores, com 90 pontos.

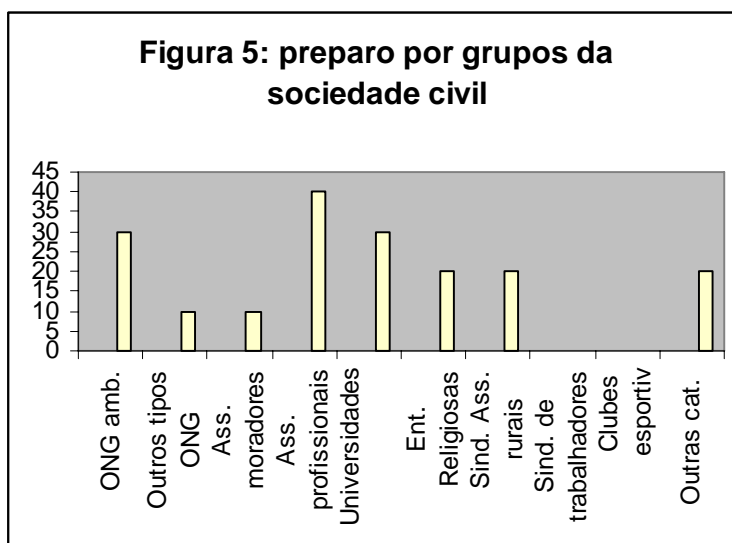
Quanto à participação no comitê, a escala de pontuação ficou da seguinte forma:



Esta dimensão traz dados diferentes das anteriores e interessantes para a reflexão. Não podemos dizer que há diferença significativa entre a maior parte dos grupos, com a importante exceção dos grupos de menor pontuação, que se distanciam consideravelmente dos outros grupos. Eles são os clubes esportivos, com 10, e os sindicatos rurais, com 30.

Essa categoria de dados é interessante para mostrar que os grupos de mesma natureza, como os sindicatos rurais e de trabalhadores urbanos, participam de formas muito distintas nessas instâncias participativas.

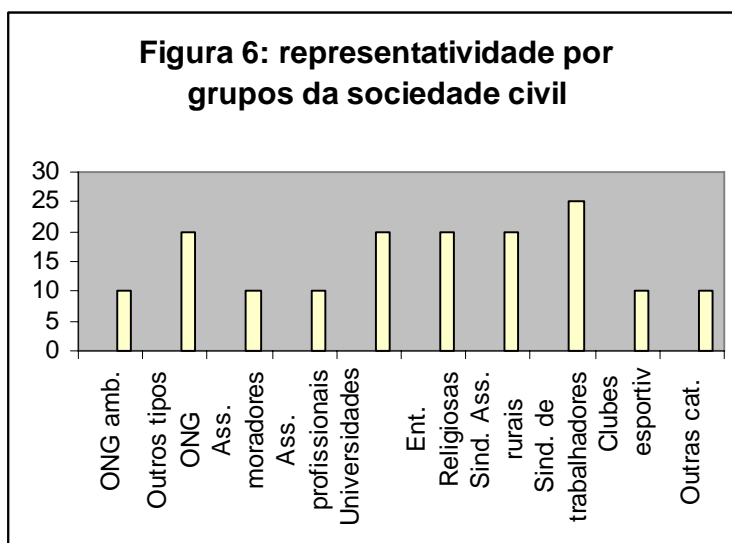
Quanto ao preparo do representante, temos a seguinte escala:



É importante destacar que essa dimensão é a que tinha menos variáveis definidas e por isso a pontuação é menor do que a das demais, não quer dizer que em geral todos os grupos têm representantes menos preparados. Como a pontuação máxima possível de ser obtida é 40, há muita heterogeneidade entre os grupos, alguns com a pontuação total, e outros obtendo zero para todas as variáveis.

Os representantes mais bem preparados, segundo resultados dessa dimensão, são os das associações profissionais, com 40 pontos, o total. São seguidos das universidades e centros de pesquisa e as ONGs ambientalistas, com 30 pontos. Em último lugar, com zero pontos, estão os sindicatos de trabalhadores e os clubes esportivos. Note-se que nessa categoria, o conceito de “preparo do representante” são suas atuações, como detalhado no capítulo anterior, e não o nível de escolaridade ou características sócio-econômicas.

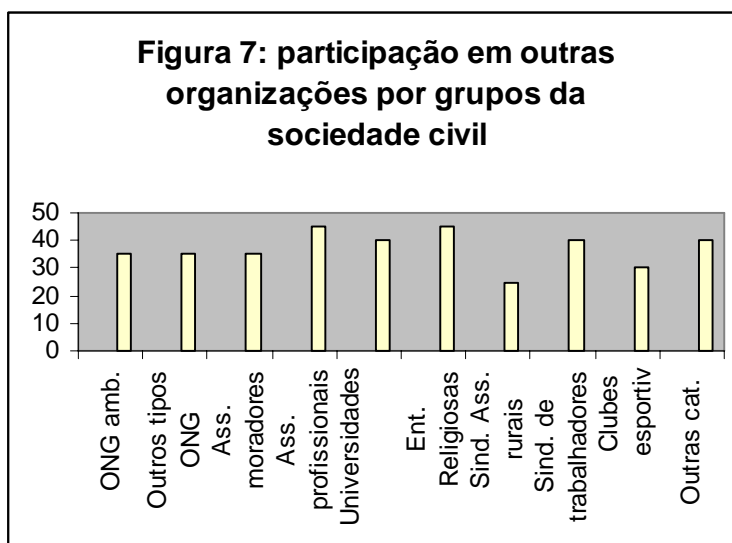
Na dimensão representatividade, temos a seguinte configuração:



Nessa dimensão podemos falar contundentemente que não há diferença significativa entre os grupos. A única pontuação diferente, a maior, é do grupo dos sindicatos de trabalhadores, com 25. A partir daí, podemos dividir os demais grupos em duas categorias. Uma primeira dos que receberam 20 pontos: outros tipos de ONGs, universidades e centros de pesquisa, entidades religiosas, e sindicatos rurais. O último grupo, dos que receberam dez pontos: ONGs ambientais, associação de moradores, associações profissionais, clubes esportivos, e outras categorias de sociedade civil.

Também é interessante que todos os grupos obtiveram uma pontuação muito baixa, o que quer dizer, segundo o marco teórico, que em geral todos têm baixa representatividade, ou seja, pouco diálogo e prestação de conta com os grupos aos quais representam.

Quanto à participação em outras organizações, o gráfico apresenta a seguinte configuração:



Nesta dimensão também não há muita diferença entre os grupos, o que mostra homogeneidade entre o capital social, a participação em outras organizações dos diversos grupos que compõem aqui a sociedade civil, no geral. Os sindicatos de trabalhadores rurais receberam a menor pontuação, 25, enquanto as associações profissionais e as entidades religiosas obtiveram a maior pontuação, 45, mas há pouca dispersão entre os grupos.

A análise da matriz de julgamento para os diversos grupos da sociedade civil mostra grande heterogeneidade entre os grupos, para quase todas as dimensões de análise, em menor grau para as dimensões “representatividade” e “participação em outras organizações”.

## 6.2 Resultados para o seguimento dos oficiais do Estado

Tabela 8: Matriz de julgamento para oficiais do poder público

Dimensões	Pontuação obtida segundo o Marco Teórico					
	Órgãos públicos não definidos	Órgãos públicos federais	Órgãos estaduais	Prefeituras	Secretarias municipais	Câmaras de vereadores
1. Projetos Políticos	90	85	75	75	80	70
2. Percepção da dinâmica política	60	60	90	70	70	80
3. Participação no comitê	55	45	55	35	50	50



<b>4. Preparo do representante</b>	40	0	30	30	20	30
<b>5. Representatividade</b>	20	20	10	20	20	25
<b>6. Participação em outras organizações</b>	30	0	20	20	10	20
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>210</b>	<b>280</b>	<b>250</b>	<b>250</b>	<b>275</b>

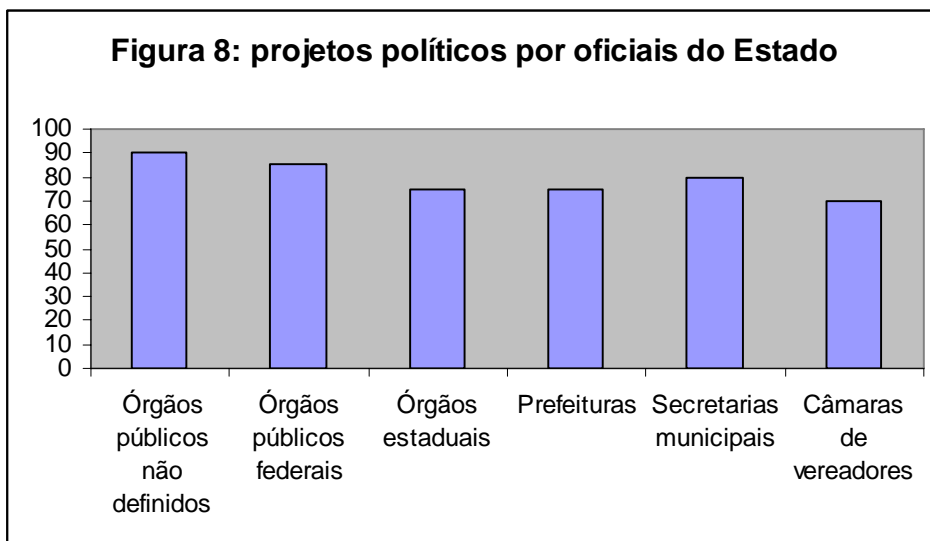
Fonte: Elaboração da autora

A pontuação geral dos grupos ficou da seguinte forma:

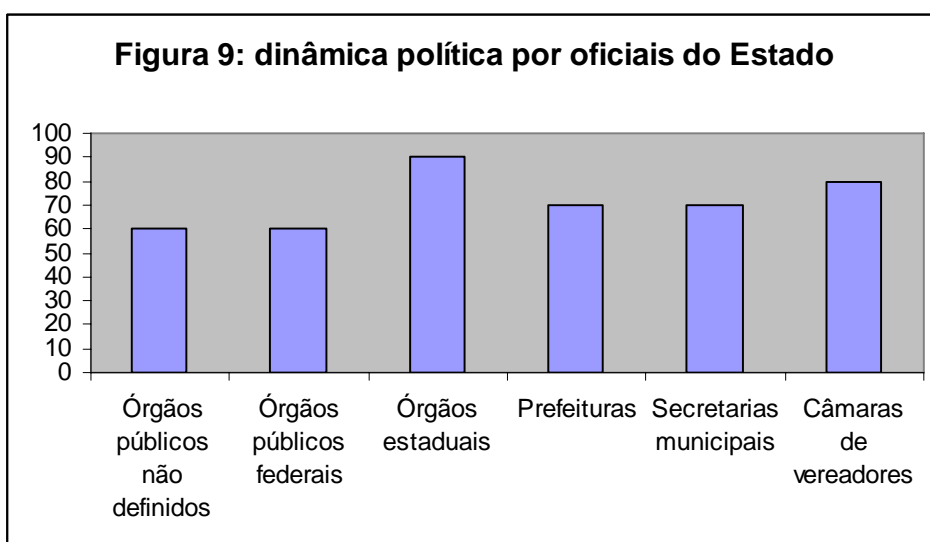
- Órgãos públicos não definidos obtiveram a maior pontuação no total, 295.
- Órgãos estaduais vêm na seqüência, com 280 pontos.
- Câmaras de vereadores, 275 pontos.
- Prefeituras e secretarias municipais, 250 pontos.
- Órgãos públicos federais, 210.

Não há uma diferença muito grande entre os grupos que compõem o poder público, mostrando grande homogeneidade, com exceção dos órgãos públicos federais. Surpreendentemente, eles se distanciaram nas dimensões “preparo do representante” e “participação em outras organizações”, onde obtiveram zero. Como há somente três representantes na base de dados para o poder público federal, percebe-se que essa participação não é prioritária para esse nível de governo e que os representantes não são tão qualificados como para os outros níveis.

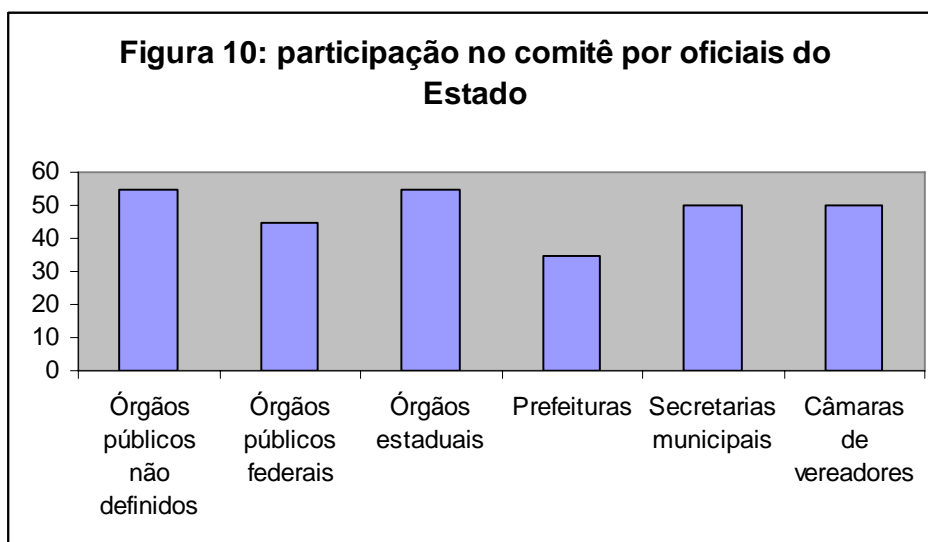
No que se refere a projetos políticos, temos a seguinte configuração:



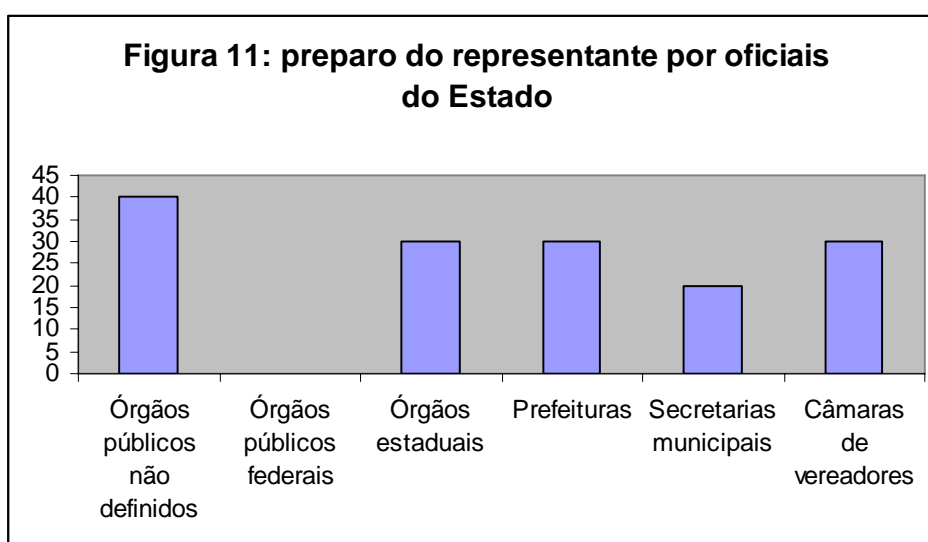
Os resultados da matriz de julgamento para projetos políticos mostram que não há diferenças significativas entre os grupos que compõem o poder público. As diferenças são de apenas cinco pontos para cada grupo, o que não é relevante para este modelo. O mesmo se repete para outras dimensões de análise, as diferenças entre os grupos não são significativas.



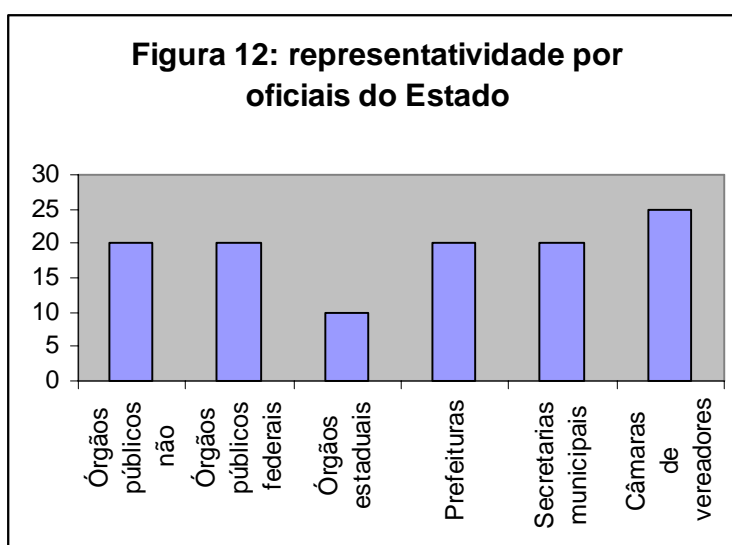
Quanto à dinâmica política, os resultados mostram que há diferenças de apenas dez pontos entre os grupos o que para esta dimensão, com muitas variáveis, não é significativo. Significa que para somente uma variável, de todo o modelo, eles não responderem de forma similar, no geral.



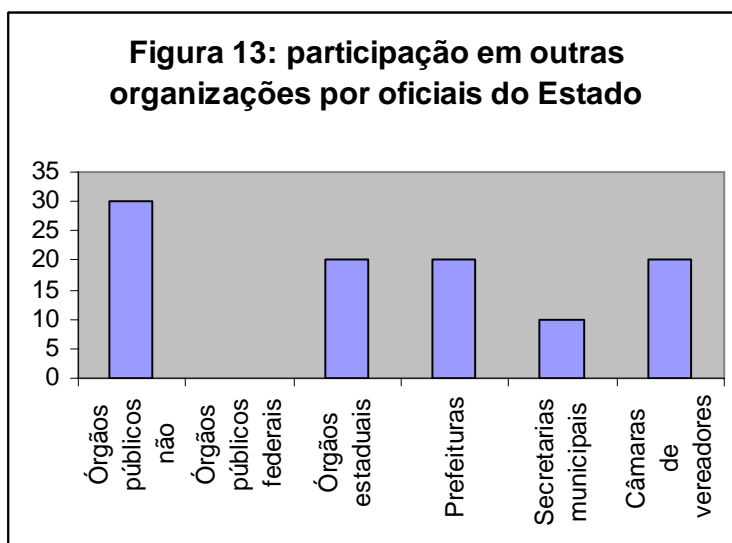
Quanto à participação no próprio fórum, os membros representantes dos oficiais do Estado também não são diferentes. Somente as prefeituras apresentam uma pontuação ligeiramente inferior aos demais grupos.



Os órgãos públicos federais receberam pontuação zero nesse critério, distanciando enormemente dos outros grupos. Os órgãos públicos não definidos, por exemplo, receberam pontuação máxima. Os demais grupos obtiveram 30 pontos e as secretarias municipais, 20 pontos.



Quanto à representatividade, os representantes do Estado são bem homogêneos. Quase todos os grupos obtiveram 10 pontos. Há uma ligeira diferença para o grupo dos órgãos estaduais.



Diferentemente das dimensões anteriores, no que se refere ao preparo do representante e participação em outras organizações, há diferenças significativas entre os demais grupos e o Poder Público Federal porque ao poder público federal foi atribuída nota zero nas duas dimensões. No entanto, não há diferença entre os outros grupos entre si.

Os dados apresentados por meio dos três gráficos dessa seção mostram resultados bem diferentes daqueles encontrados para a sociedade civil. Percebe-se uma maior homogeneidade entre os diversos grupos, com diferenças pouco significativas à exceção do Poder Público Federal.

### **6.3 Resultados para a categoria dos usuários**

Tabela 9: Matriz de julgamento para representantes dos usuários

Dimensões	Pontuação obtida segundo o Marco Teórico											
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
<b>1. Projetos Políticos</b>	70	75	85	45	55	105	60	85	120	110	90	65
<b>2. Percepção da dinâmica política</b>	90	90	80	80	60	100	60	80	80	70	80	80
<b>3. Participação no Comitê</b>	55	45	60	45	45	45	55	25	35	45	40	55
<b>4. Preparo do Representante</b>	30	30	30	30	20	30	30	10	10	20	20	10
<b>5. Representatividade</b>	20	20	20	10	20	30	25	10	20	10	20	10
<b>6. Participação em outras organizações</b>	20	20	10	10	10	10	60	10	10	0	10	10
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>280</b>	<b>285</b>	<b>220</b>	<b>210</b>	<b>320</b>	<b>290</b>	<b>220</b>	<b>275</b>	<b>255</b>	<b>260</b>	<b>230</b>

Fonte: Elaboração da autora

Legenda da tabela:

A- Empresa estadual de saneamento; B- Serviço autônomo ou municipal; C- Empresa de energia elétrica; D- Associações de empresas privadas; E- Empresas privadas; F- Empresa agrícola privada; G- Empresa privada de saneamento; H- Associação de pequenos produtores não agricultores; I- Associação de usuários de água; J- Outro usuário municipal; K- Associação de grandes produtores rurais; L- Associação de pequenos produtores.

A pontuação geral dos grupos ficou da seguinte forma:

- Empresa agrícola privada obteve a maior pontuação no total, 320.
- Empresa privada de saneamento, com 290 pontos.
- Empresa estadual de saneamento, Empresa de energia elétrica, 285 pontos.
- Serviço autônomo ou municipal, 280 pontos.
- Associação de usuários de água, 275 pontos.
- Associação de grandes produtores rurais, 260 pontos.
- Outro usuário municipal, 255 pontos.

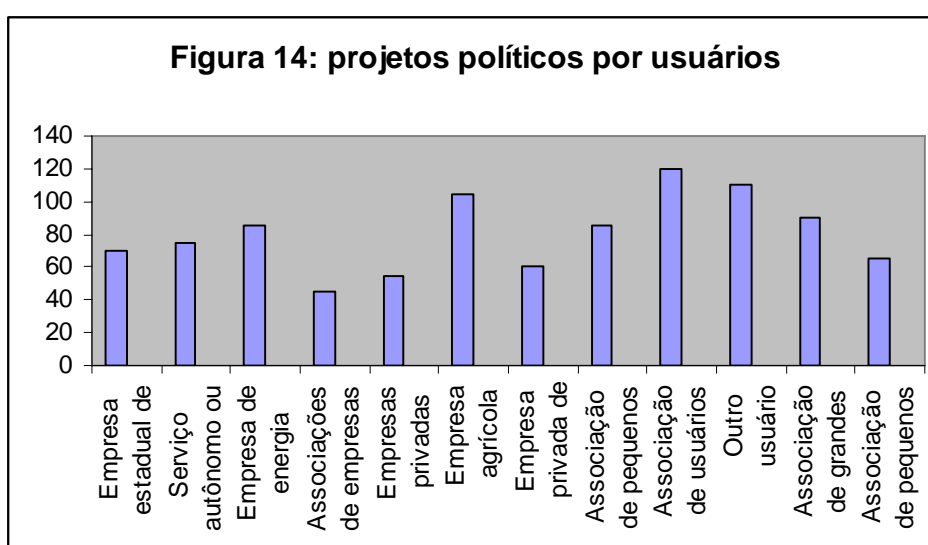
- Associação de pequenos produtores, 230 pontos.
- Associações de empresas privadas, Associação de pequenos produtores não agricultores, 220 pontos.
- Empresas privadas, 210 pontos.

Os resultados da matriz de julgamento para o seguimento dos usuários são interessantes. Os dados mostram que há muita homogeneidade entre os seguintes grupos: empresa estadual de saneamento; serviço autônomo ou municipal; empresa de energia elétrica; empresa privada de saneamento; associação de usuários de água; outro usuário municipal; associação de grandes produtores rurais. Esses grupos têm interesse no comitê por terem atuações muito similares no mercado e isso é comprovado pelos dados.

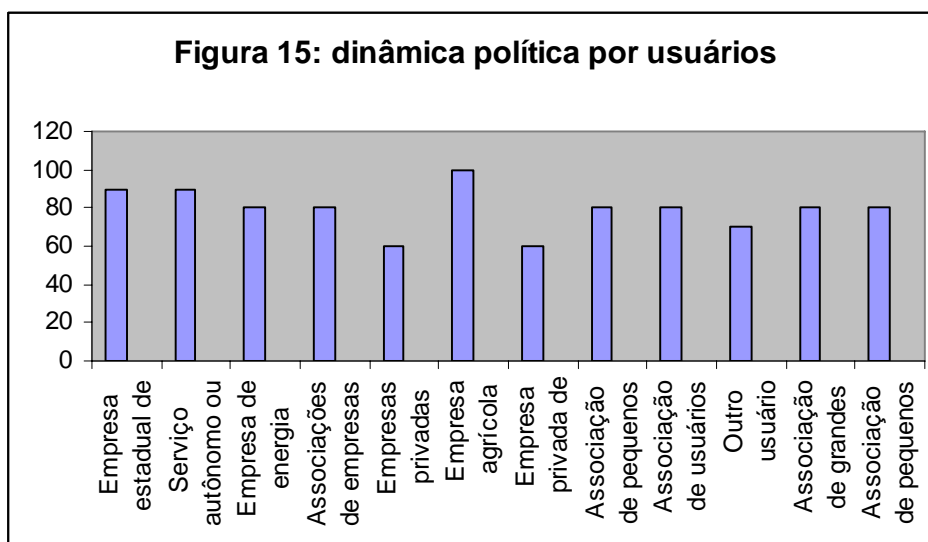
É interessante notar que associações de empresas privadas e empresas privadas tiveram praticamente a mesma pontuação, as mais baixas do seguimento, 220 e 210, respectivamente.

Já o grupo das empresas agrícolas privadas também se distancia dos outros grupos por terem obtido uma pontuação relativamente maior, 320.

No que se refere a projetos políticos, temos a seguinte configuração:

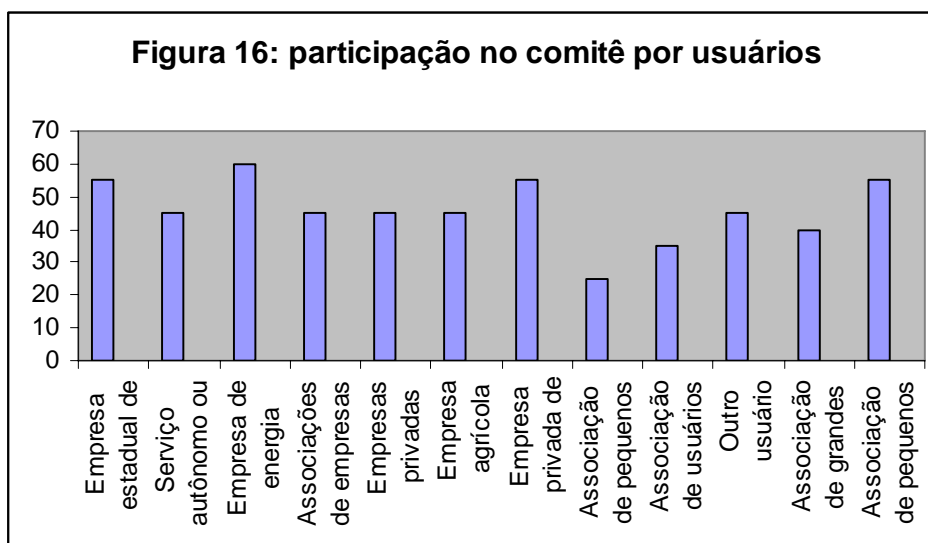


Há muita diferença entre os grupos no que se refere aos projetos políticos. As associações de empresas privadas têm uma pontuação quase três vezes menor do que a associação de usuários de água. Embora os grupos não se distanciem por uma pontuação muito elevada entre si, há muita diferença entre os extremos.

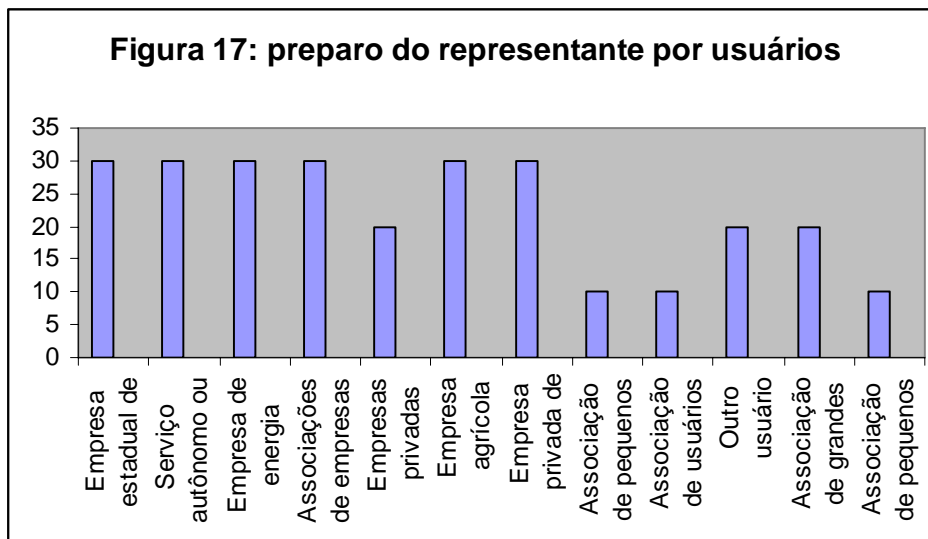


Para a percepção da dinâmica política, os grupos são mais homogêneos. A maior pontuação foi obtida pelo grupo “empresa agrícola privada”, 100, mas logo em seguida, com 90, estão os grupos: “empresa estadual de saneamento” e “serviço autônomo ou municipal”, e, com 80, os grupos “empresa de energia elétrica”, “associações de empresas privadas”, “associação de pequenos produtores não agricultores”, “associação de usuários de água”, “associação de grandes produtores rurais”, “associação de pequenos produtores”.



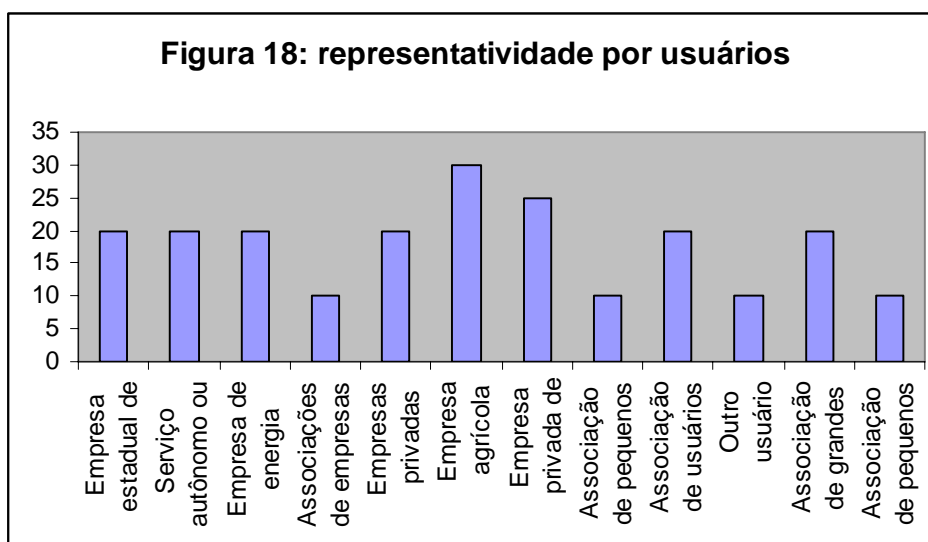


A participação no comitê também foi relativamente homogênea, com pontuações variando entre 60, 55 e 45. O grupo mais distante, com 25, foi “associação de pequenos agricultores não produtores”.

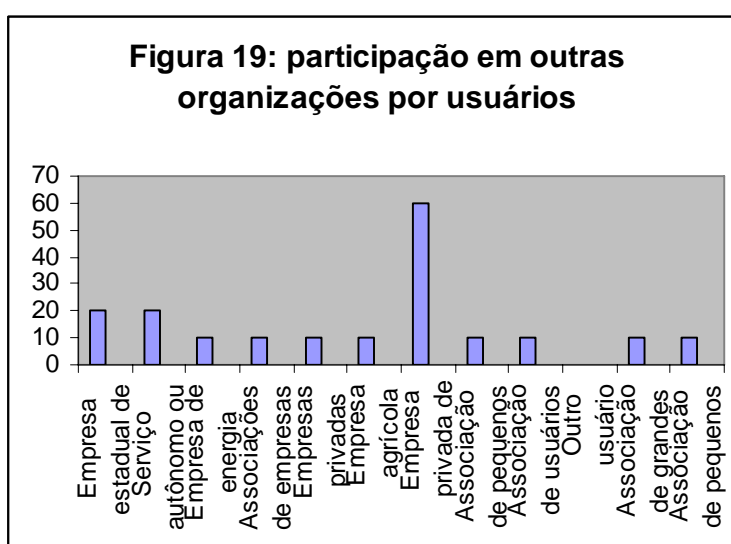


Ao observar a figura 17 a divisão dos grupos de representantes dos usuários em dois grupos fica muito nítida. O primeiro grupo, composto pelas empresas estaduais de saneamento, o serviço autônomo de saneamento, as empresas de energia elétrica, as associações de

empresas, as empresas agrícolas e as empresas privadas, obtiveram, inclusive, a mesma pontuação. O segundo grupo também é bastante homogêneo.



Como observado nas figuras 17 e 18, o preparo do representante e representatividade são as duas dimensões mais homogêneas para este seguimento. Contudo, formam-se facilmente dois grupos distintos nessas categorias, muito similares entre si.



Quanto à participação em outras organizações, há somente um grupo que se distanciou muito, pela pontuação, dos demais. Este grupo é “empresas privadas de saneamento”, que tem

uma participação ativa na área de recursos hídricos em vários fóruns participativos, ao contrário dos outros grupos.

Os dados mostram que há heterogeneidade entre alguns grupos do seguimento dos usuários, mas essa heterogeneidade não é tão profunda como a apresentada no segmento da sociedade civil. Isso porque há subgrupos homogêneos para os usuários. Já para a sociedade civil, cada grupo se comportou como um ente distinto, o que confirma a hipótese de pesquisa.

A heterogeneidade está mais refletida nos projetos políticos e na participação em outras organizações para as empresas privadas de saneamento.

#### **6.4 Conclusão**

Essa dissertação de mestrado teve como objetivo analisar quem é a sociedade civil nos comitês de bacia hidrográfica e consórcios analisados. Para atingir esse objetivo, utilizou-se como perspectiva metodológica uma pesquisa avaliativa e um modelo elaborado por Spinelli e Ignotti (2007), detalhado no capítulo quatro. Para a aplicação do modelo, defini seis categorias de análise e indicadores para cada uma das dimensões. Para viabilizar a comparação, atribuí notas embasadas num marco teórico como um marco de comparação e não de julgamento.

A partir dos dados gerados, percebe-se que há heterogeneidade entre os grupos que compõem a sociedade civil para a maior parte das dimensões definidas para análise, com exceção da participação em outras organizações e da representatividade, que no geral se mostra baixa para todos os grupos dentro da sociedade civil, deste grupo formado por representantes que não são oficiais do estado nem representam as empresas usuárias de recursos hídricos.

Ao contrário da “sociedade civil”, os membros representantes do poder público são bastante homogêneos, com a importante exceção dos três representantes do poder público federal, principalmente nas dimensões de preparo do representante e participação em outras organizações.

Já no segmento dos usuários, há heterogeneidade, mas alguns grupos se aproximam muito de outros, fazendo com que possamos falar de subgrupos dentro dos usuários, o que não se aplica para a sociedade civil.

Os dados apresentados confirmam o marco teórico e a hipótese da pesquisa, que afirma que a sociedade civil e as relações desta com o Estado não seguem um padrão definido, tendo múltiplas formas e comportamentos.

O grande desafio foi tentar quantificar e estabelecer medidas comparativas para avaliar grupos que não são tratados geralmente com dados quantitativos e não possuem indicadores definidos e consolidados pela literatura, que geralmente está focada em análises qualitativas e históricas.

Esta limitação metodológica acaba por determinar a análise dos segmentos da sociedade civil, dos oficiais do Estado e dos usuários de recursos hídricos por meio de grupos ou categorias de análise. A análise da sociedade civil, por exemplo, é feita por meio da comparação de diversas organizações da sociedade civil com finalidades e estruturas distintas.

Ultrapassando os detalhes da construção de medidas e indicadores para a conceituação teórica e central deste trabalho, a indicação é a de que os dados parecem dialogar bem com Cohen e Arato como os autores importantes ao identificar a sociedade civil como arena de um comportamento especial, com atuação distinta do mercado e do poder público.

Os dados também destacam Evelina Dagnino como autora fundamental, ao definir a sociedade civil como separada do Estado e do mercado, com interesses distintos e que heterogeneidade pode se manifestar de várias formas. Das seis dimensões de análise, só não podemos falar em diferenças significativas entre os grupos da sociedade civil para representatividade e participação em outras organizações.

Isso pode significar uma grande participação dos diversos grupos em vários fóruns, embora essa participação e os projetos políticos sejam diferentes. Também pode significar que a representatividade, ou seja, a forma como que se relacionam com as bases, é semelhante.

## Bibliografia:

ABERS, R.; KECK, M. **Roteiro de Pesquisa e Mini-Manual de Técnicas**. Brasília: Projeto Marca D'Água, 2001.

ABERS, R. **Projeto Marca d'água**: relatórios preliminares 2001. A Bacia do rio das Velhas, Minas Gerais. Brasília: Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas, 2002.

ABERS, R.; KECK, M. Comitês de Bacia no Brasil – Uma Abordagem Política no Estudo da Participação Social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, 2004.

ABERS, R.; KECK, M. **Mobilizing the State**: the erratic partner in Brazil's participatory water policy. Philadelphia: APSA, 2006.

ABERS, R.; KECK, M. **Representando a diversidade? Estado e associações civis nos conselhos gestores**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO NÚCLEO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, Movimentos sociais, participação e democracia. Florianópolis: Universidade Federal de São Carlos, 25 - 27 de Abril de 2007.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

ANDERSON, P. **As antinomias de Gramsci**: a estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo: Ed. Joruês, 1986.

ARATO, A.; COHEN, J. Sociedade civil e Teoria Social. In: AVRITZER, L. (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

ARAUJO, M.C.S.D'. **Capital social**. Coleção Passo a Passo, V.25. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR; CINTRA, O. **Sistema político brasileiro – uma introdução**. São Paulo: Ed. Konrad Adenauer, 2004.

AVRITZER, L. (Coord.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994.

AVRITZER, L. **Democracy and the Public Space in Latin America**. Princeton: Princeton, 2002.

AVRITZER, L.; COSTA, S. **Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina**. In: ENCONTRO ANPOCS 18. Caxambu: 26-30 Outubro de 2004.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.

BECKER, D. Organizações da Sociedade Civil e Políticas em Saúdes. In: GARCIA, J.; LANDIM, L.; DAHMER, H. **Sociedade e políticas – novos debates entre ONGs e universidades**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BERMAN, S. Civil Society and Political Institutionalization. In: EDWARDS, B.; FOLEY, M. W.; DIANI, M. **Beyond Tocqueville: Civil Society and the Social Capital Debate in Comparative Perspective**. Hanover, NH: Tufts / University Press of New England, 2001.

BRESSER PEREIRA, L. C. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

BOBBIO, N. **Conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CARDOSO, M. L. de M. **Projeto Marca d'água**: relatórios preliminares 2001. A Bacia do rio Araçuaí. Minas Gerais, 2002.

CARDOSO, M. L. de M. **Projeto Marca d'água**: relatórios preliminares 2001. A Bacia do rio Pará. Rio de Janeiro, 2001.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1994.

CARVALHO, M. do C. A. A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Polis, 1998.

CHALLINOR, E. P. **Civil society and the State: bargaining in the development "market-place"**. Revista de Estudos cabo-verdeanos, n. 1, Dezembro de 2007, pp. 21-40.

COELHO, V.S.P. **A reforma da previdência social na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CORRAR, L. J.; EDÍLSON, P.; DIAS FILHO, J. M. (Coord.). **Análise multivariada**. São Paulo: Atlas, 2007.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.



DAGNINO, E (Org). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 13-92.

DINO, K. J. **Projeto Marca d'água**: relatórios preliminares 2001. A Bacia do rio Paracatu. Minas Gerais, 2001.

DOMIKE, A. (Org.). Civil society and social movements: building sustainable democracies in Latin America. **Special Publications on Development n. 5**. Inter American Development Bank, 2008.

EVANS, P. (Org.). **State-Society Synergy: Government and Social Capital in Development**. Berkeley, International and Area Studies, n. 94. Berkeley: University of California, 1997.

EVANS, P. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FIDELMAN, P. **Organismos de gestão de recursos hídricos no Brasil**: uma análise institucional. Projeto Marca D'água, 2008

FLORIT, L. F.; NOARA, C. T. **Desenvolvimento, meio ambiente e democracia: a visão de mundo no contexto dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 25 a 29 de novembro de 2007.

FRANK, B. **Projeto Marca d'água**: relatórios preliminares 2001. A Bacia da Lagoa da Conceição. Santa Catarina, 2001.

FRANK, B.; SCHULT, S. I. M. **A complexidade da gestão de recursos hídricos e a experiência profissional dos membros de organismos de bacia: uma análise com base na pesquisa Marca D'água.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 25 - 29 de Novembro de 2007.

FRANK, B (org.). Projeto Marca D'água: seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas do Brasil: Caderno 2. **Comitês de bacia sob o olhar dos seus membros.** Blumenau: FURB, 2008.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, C. (Org.). **Habermas and the Public Sphere.** Cambridge: MIT Press, 1992.

GAMA, A. M. C. de F. **Projeto Marca d'água: relatórios preliminares 2001.** A Bacia do rio Pirapama. Pernambuco, 2001.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa.** 134 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Brasília, 2006.

GARJULLI, R.; OLIVEIRA, J. L. F. de; CUNHA, M. A. L. da; SOUZA, E. R. de; FOLHES, M. T. **Projeto Marca d'água, relatórios preliminares 2001.** A Bacia do rio Jaguaribe, Ceará – 2001.

GOHN, M. da G. Conselhos populares e participação popular. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 34, 1990.

GRUBEN, A.; LOPES, P.; FORMIGA-JOHNSON, R. **Projeto Marca d'água, relatórios preliminares 2001**: a Bacia do rio Paraíba do Sul. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, 2001. Brasília: Finatec – Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, 2002.

GUTIERREZ, R. **Projeto Marca d'água, relatórios preliminares 2001**: a Bacia do rio Gravataí. Rio Grande do Sul, 2001.

GUTIERREZ, R. **Gobierno municipal y manejo de cuenca en brasil: datos de una encuesta nacional**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 25 a 29 de Novembro de 2007.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L.; BLACK, W. O. (Org.). **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. (Tradução: Adonai Schlup Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto).

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

HOUTZAGER, P.; LAVALLE, A. G.; ACHARYA, A. Atores da Sociedade Civil e Atores Políticos: Participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: AVRIZER, L. **A participação em São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2004.

HYDÉN, G. Civil society: what's next? In: What next. v. I, setting the context. **Development Dialogue**, n. 47, June 2006.

JACOBI, P. R.; BARBI, F. Governança dos recursos hídricos e participação da sociedade civil. In: SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; 2007. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 abr. 2007. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

JOHNSSON, R. M. F.; LOPES, P. D. (Org.). **Projeto Marca D'água**: seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas do Brasil: caderno 1: retrato 3x4 das bacias pesquisadas. Brasília: Finatec, 2003. 212 p.

KECK, M.; JACOBI, P. **Projeto Marca d'água**: relatórios preliminares 2001. A Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. São Paulo, 2001.

KETTELHURT, J. T. S.; BARROS, F. G. **Os avanços da lei das águas**. Disponível em: <[www.aguabolivia.org](http://www.aguabolivia.org)>

LAHORGUE, M. A. **Política de C&T e participação**: o caso dos conselhos regionais de desenvolvimento no sul do Brasil. Porto Alegre, 2008.

LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, 2006.

LEMOS, M. C.; OLIVEIRA, J. L. F. de. Can Water Reform Survive Politics? Institutional Change and River Basin Management in Ceara, Northeast Brazil. **World Development**, v. 32, n. 12, p. 2121-2137, 2004.

LEMOS, M. C.; NELSON, D. R.; JOHNSSON, R. M. F. **Uso do conhecimento técnico-científico e democratização da gestão das águas no Brasil: análise preliminar do survey Marca D'água**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 17., 25 a 29 nov. 2007.

LUBAMBTO, C.; COELHO, D.; MELO, M. A. (Org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

MAIS, I. L. **Projeto Marca d'água**: relatórios preliminares 2001. A Bacia do rio Itajaí. Santa Catarina, 2001.

MOLLE, F.; MOLLINGA, P. P.; MEINZEN-DICK. Water politics and development: introducing water alternatives. **Water Alternatives**, v. 1, n. 1, p. 1-6, 2008. Disponível em: <www.water-alternatives.org>

MOLLE, F. Nirvana concepts, narratives and policy models: insights from the water sector. **Water Alternatives**, v. 1, n. 1, p. 131-156, 2008. Disponível em: <www.water-alternatives.org>

NASCIMENTO, R.M.F. A problemática da esfera pública no pensamento de Jurgen Habermas. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

NEEF, A. Lost in translation: the participatory imperative and local water governance in North Thailand and Southwest Germany. **Water Alternatives**, v. 1, n. 1, p. 89-110, 2008. Disponível em: <www.water-alternatives.org>

NOGUEIRA, D. **Participação e reconhecimento na organização social em torno da gestão de recursos hídricos**: uma análise comparada da Bacia do Rio das Velhas/MG e da Bacia do Rio dos Sinos/RS. Brasília, 2004. 164 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política.

OLIVEIRA, I. P. de. **Inter-Redes**: um estudo de caso sobre a democracia participativa no Brasil. 109 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Brasília, 2005.

PAGNOCCHESCHI, B. A política nacional de recursos hídricos no cenário da integração das políticas públicas. In: MUÑOZ, H. R. (Org.). **Interfaces da gestão de recursos hídricos**: desafios da lei das águas de 1997. 2 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2000.

PINTO, C. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. In: **DADOS, Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, 2006.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. **Democracia e segregação urbana: reflexões entre cidade e cidadania na sociedade brasileira**. EURE (Santiago) v.29, n.88 Santiago, dezembro 2003.

SANTOS, M. E. P. dos S. Dilemas entre o público e o privado na gestão das águas no Estado da Bahia: a experiência da bacia do Rio Itapicuru. In: **XXXVII Assembléia do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração – CLADEA**. Porto Alegre, 2002.

SANTOS, N. R. Implantação e funcionamento dos conselhos de saúde no Brasil. In: CARVALHO, M. do C.A.A.; TEIXEIRA, A.C.C. (Org.). **Conselhos gestores de políticas públicas**. São Paulo: Polis, 2000. 37 p.

SASSON, A. S. **Gramsci's Politics**. Mineapolis: University of Minnesota Press, 1980.

SCHULT, S. I. M. **Projeto Marca d'água**: relatórios preliminares 2001. A Bacia do rio Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2001.

SOUSA JÚNIOR, W. C. de. **Gestão das águas e políticas locais no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unizar.es/fnca/america/docu/1729.pdf>>

SPINELLI, M. A.; IGNOTTI, E. Avaliação do programa de eliminação da hanseníase em Mato Grosso (201-2003). **Revista espaço para a saúde**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 25-35, dez 2007. Disponível em: <[www.ccs.uel.br/espacoparasaude](http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude)>

STOLLE, D. The Sources of Social Capital. In: HOOGHE, M.; STOLLE, D. **Generating Social Capital: Civil Society and Institutions in Comparative Perspective**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

TARQUINIO, O. **Democracia participativa na gestão dos recursos hídricos - caso da região dos lagos, Rio de Janeiro**. 41 p. Dissertação (Monografia apresentada para o MBA em Planejamento e Gestão Ambiental) – Universidade Veiga de Almeida. Cabo Frio, 2006.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TELLES, V. S. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In: Dagnino (org) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TOCQUEVILLE, A. de. **Democracia na America**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

ULLER-GÓMEZ, C.; SCHEIBE, L. F.; REIS, M. J. Relações de poder e participação dos agricultores familiares na gestão das águas na Bacia do Itajaí (SC, Brasil). In: GRUPO DE TRABALHO 2. **Participação social e democratização do Estado**. II Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, abr. 2007.

VASCONCELOS, R. **As incertezas da vivência democrática no espaço institucional dos Conselhos de Gestão Participativa**.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WARREN, M. E. **Democracy and Association**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

## **Anexo 1- Perguntas selecionadas, por dimensão de análise**



## Projetos políticos:

### Módulo 1:

#### Questão 3 (q3vm3)

Qual frase **mais se aproxima** do seu ponto de vista?

1- Para proteger os interesses comuns da sociedade é preciso que o governo coloque limites no uso de recursos naturais em propriedades privadas.

2- Os proprietários têm o direito de explorar os recursos naturais das suas propriedades como acharem melhor.

#### Questão 4 (q4vm4)

Qual dos seguintes níveis de governo o Sr. (a) **confia mais**?

Governo Federal/ Governo Estadual/ Governo municipal/ todos/ nenhum/ não sabe/ não respondeu.

#### Questão 5 (q5vm5a), (q5vm5b)

Gostaria de saber sobre a confiança que o sr.(a) tem nas instituições ou grupos desta lista. Em qual delas o Sr.(a) **mais confia**?

No Congresso Nacional/ na Igreja/ no Governo Federal/ no Poder Judiciário/ na mídia/ nas grandes empresas/ nas universidades/ não sabe/ não respondeu.

#### Questão 8 (q8vm8)

As leis das águas propõem um modelo de gestão que, entre outros aspectos, inclui a descentralização do processo decisório, a participação da sociedade e a cobrança pelo uso da água. Na sua opinião, esse modelo é adequado para a resolução dos problemas da sua bacia? Nesta escala, **0** quer dizer **não adequado** e **10 adequado**, ou o sr.(a) não tem opinião formada sobre o assunto?

**Questão 9** (q9vm9)

Com qual destas afirmativas o Sr.(a) concorda **mais**:

1. as atividades do comitê devem se limitar aos problemas dos recursos hídricos;
2. as atividades do comitê devem incorporar outras questões relacionadas às águas (por exemplo, uso do solo, planejamento regional integrado, gerenciamento costeiro, etc.)

**Questão 11**

Na sua opinião, quem deve pagar pelo uso da água?

- a. todos os que captarem e consumirem águas superficiais e subterrâneas (q11vm11a);
- b. todos os que poluírem as águas da bacia (q11vm11b);
- c. a agricultura de grande e médio porte (q11vm11c);
- d. a agricultura familiar (q11vm11d);
- e. a indústria (q11vm11e);
- f. o saneamento (q11vm11f);
- g. ninguém deveria pagar (q11vm11g).

**Questão 15** (q15vm15)

Para a nossa pesquisa é também importante entender o comportamento das pessoas em situações de difícil escolha. Por exemplo, em um processo de tomada de decisões, se o sr.(a) tivesse que escolher entre as seguintes opções, qual o sr.(a) considera mais importante, em princípio?

1. Que as decisões sejam tomadas de **maneira democrática**;
2. Que as decisões sejam **tecnicamente corretas**.

**Questão 25** (q25inf4a), (q25infao), (q25inf4b), (q25infbo)

Em quais (pessoas/grupos/entidades) desta lista o sr.(a) **mais confia** para a produção e a disseminação de informações técnicas em seu comitê? E em quem **menos** confia?

câmaras técnicas/grupos de trabalho do comitê; órgãos do governo; entidades empresariais; consultores contratados pelo comitê; consultores contratados por usuários; consultores contratados por órgãos públicos; ONGs; universidades; secretaria executiva ou agência de bacia.

### **Módulo 3:**

#### **Questão 6**

Para que o comitê faça um bom trabalho, qual é a qualidade individual que o Sr.(a) considera como sendo a **mais importante** para seus membros? (q6O16a)

- a) conhecimento técnico;
- b) capacidade de articulação política;
- c) experiência na gestão de recursos hídricos;

d) inserção na comunidade e conhecimento local?

## Percepção da dinâmica política

### Módulo 1:

#### Questão 17 (q17or1a), (q17or1b)

Qual a **principal dificuldade** que afeta o funcionamento do comitê?

- a) falta de recursos financeiros para aplicar em projetos ou ações na bacia;
- b) falta de motivação dos membros;
- c) falta de conhecimento dos membros sobre gerenciamento da água;
- d) falta de apoio técnico/administrativo;
- e) conflitos difíceis de serem resolvidos.

#### Questão 18 (q18or2)

No âmbito do seu comitê, existem **pessoas ou grupos** que dificultam o avanço ou a dinâmica do organismo?

### Módulo 2 (é um filtro do módulo 1 e por isso tem alto número de *missing*):

#### Questão 3 (q3r3a), (q3r3b), (q3r3c)

Em alguns comitês, existem desigualdades entre membros, as quais podem dificultar a democratização do processo decisório (tomada de decisões). Em sua opinião, quais desses tipos de desigualdade têm dificultado a democracia no seu comitê?

- a) desigualdade no nível de conhecimento técnico entre os membros?

b) desigualdade de poder econômico entre os membros?

c) desigualdade de poder político entre os membros?

**Questão 9** (q9o3)

Na sua opinião:

1. A maioria das decisões são negociadas antes das reuniões plenárias.

2. A maioria das decisões são negociadas durante as reuniões plenárias.

**Questão 10** (q10o4a), (q10o4b)

Qual é o momento **mais comum** em que as decisões do comitê normalmente são negociadas?

a) reuniões das câmaras técnicas, ou grupos, ou comissões de trabalho;

b) reuniões da diretoria do comitê;

c) reuniões preparatórias para reunião plenária;

d) encontros ou conversas informais entre os membros.

## Participação no comitê

### Módulo 1:

**Questão 27** (q27o1a), (q27o1b), (q27o1c)

Gostaria que o sr.(a) avaliasse sua participação nesse comitê, respondendo com que frequência participa de algumas atividades.

a) maioria das reuniões; plenárias;

- b) em poucas reuniões; ou
- c) em nenhuma reunião.

**Questão 28** (q28o2)

Quantos dias por mês, em média, são dedicados **às atividades desse comitê, excluindo as reuniões plenárias?**

- a) nenhuma dedicação;
- b) até 1 dia por mês;
- c) de 2 a 5 dias por mês;
- d) de 6 a 10 dias por mês; ou
- e) mais de 10 dias por mês.

**Módulo 2:**

**Questão 11** (q11o5)

Qual é o momento **mais comum** em que as decisões do comitê normalmente são negociadas?

O sr.(a) participa dessas negociações?

**Questão 15** (q15o7a), (q15o7b), (q15o7c), (q15o7d), (q15o7e), (q15o7f), (q15o7g)

Gostaria que o sr.(a) avaliasse sua participação nas atividades do comitê, **além das reuniões plenárias**, nos dizendo com que frequência o sr.(a).....

- a. participa de grupos/comissões de trabalho ou câmaras técnicas;
- b. organiza eventos e seminários;

- c. colabora com outros membros em projetos específicos;
- d. facilita negociação entre os membros;
- e. escreve documentos ou dá pareceres técnicos;
- f. representa o comitê em outros fóruns;
- g. levanta recursos financeiros e materiais para as atividades do comitê.

**Questão 21** (q21o8)

O sr.(a) se relaciona regularmente com órgãos públicos em suas atividades no comitê?

**Questão 25** (q25o10)

Sobre os assuntos que são discutidos no comitê, o sr.(a) já mudou de opinião a partir das discussões realizadas no comitê?

## Preparo do representante

### Módulo 1:

**Questão 26** (q26or6)

Em alguns casos os membros do comitê encontram **dificuldades para participar das reuniões**. Caso isso ocorra com o sr.(a), qual desta lista tem sido a **principal** dificuldade enfrenta? Ou o sr.(a) não tem encontrado dificuldades para participar das reuniões?

- a) distância e tempo de viagem;
- b) custo de transporte;
- c) dificuldade de acesso (estrada ruim, perigosa, etc.);

d) falta de tempo; ou

e) dificuldade de liberação do trabalho por parte do empregador;

f) não tem dificuldade.

### **Módulo 3:**

#### **Questão 12a** (q12ao22a)

O sr.(a) já escreveu artigo para jornal ou revista sobre água ou sua gestão?

#### **Questão 12b** (q12bo22b)

O sr.(a) já deu entrevista em rádio, TV, jornal ou revista sobre água ou sua gestão?

### **Módulo 4:**

#### **Questão 2** (q2r10)

Há quantos anos o sr.(a) é membro desse comitê?

## **Representatividade**

### **Módulo 2:**

#### **Questão 16** (q16r4)

No processo decisório das reuniões plenárias do comitê, o sr.(a), **na maioria das vezes**, toma sua decisão ou vota de acordo com:

a) a sua opinião ou conhecimento pessoal sobre o assunto em questão;

b) a orientação do órgão ou entidade que representa;



- c) a orientação do seu segmento ou categoria; ou
- d) a orientação da câmara técnica ou do grupo/comissão de trabalho.

**Questão 17** (q17r5)

Com que frequência **outras pessoas** sugerem assuntos ou soluções de problemas ao comitê?

- a) sempre;
- b) às vezes;
- c) raramente; ou
- d) nunca.

**Questão 18** (q18r6a), (q18r6b), (q18r6c), (q18r6d)

De que maneiras o sr.(a) informa a instituição sobre as atividades do comitê? Isso se dá através de:

- a. relatórios;
- b. relatos em reuniões;
- c. informalmente; ou
- d. não houve necessidade de informes até agora.

**Questão 20** (q20r8)

Com que frequência o sr.(a) traz **outras pessoas** para assistirem as reuniões ou participar de atividades do comitê?

- a) sempre;

- b) às vezes;
- c) raramente; ou
- d) nunca.

**Questão 24** (q24or12)

Em relação aos custos de sua presença nas reuniões do comitê, especialmente os custos de viagem e refeições, em geral, quem paga essas despesas é....

- a) o sr.(a) mesmo;
- b) a sua instituição (ou empregador); ou
- c) o comitê;
- d) outros.

## Participação em outras organizações

**Módulo 3:**

**Questão 7** (q7ao17a1), (q7bo17b1), (q7ao17a2), (q7bo17b1), (q7ao17a3), (q7bo17b3), (q7ao17a4), (q7bo17b4), (q7ao17a5), (q7bo17b5), (q7ao17a6), (q7bo17b6)

O sr.(a) já participou de encontros em que estivessem presentes representantes das instituições listadas a seguir?

Fórum Nacional de Comitês;

Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas – REBOB;

Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH;

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES;

Fórum Nacional da Sociedade Civil – FONASC;

Fórum Estadual de Comitês de Bacia.

**Questão 8** (q8o18)

O sr.(a) lê a lista de discussão da Associação Brasileira de Recursos Hídricos?

**Questão 10** (q10o20)

O sr.(a) já participou de alguma atividade relacionada às águas na sua comunidade, fora do âmbito das atividades do comitê?

**Questão 11** (q11o21)

Neste ano, muitas atividades foram organizadas em torno do tema “água” por causa da Campanha da Fraternidade “Água, fonte de vida”. O sr.(a) já participou de algumas delas?

**Módulo 5:**

Questão 4: No último mês o sr.(a) participou de algum evento relacionado a recursos hídricos, **além das atividades patrocinadas pelo comitê?** (q4p4)

Questão 5: O sr.(a) é ou já foi membro de algum conselho, comissão ou consórcio de políticas públicas? (q5p5)

## **Anexo 2: Resultados encontrados para o Marco Teórico- sociedade civil**

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	ONGs ambientalistas	Outros tipos de ONG	Associação de moradores, de comunidade ou de bairro	Associações Profissionais	Universidades e centros de pesquisa	Entidades Religiosas	Sindicatos e associações rurais	Sindicatos de trabalhadores	Clubes esportivos	Outras categorias de sociedade civil
<b>1.Projetos Políticos</b>											
q3vm3	= 0 =10	1	0	3	0	0	0	1	1	0	1
q4vm4 Governo Federal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	46,7%	50%	46,2%	33,3%	45,7%	25%	80%	20%	0%	21,4%
Governo estadual	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	6,7%	12,5%	7,7%	13,3%	11,4%	0%	0%	0%	33,3%	10,7%
Governo municipal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	23,3%	12,5%	35,9%	26,7%	28,6%	50%	20%	60%	33,3%	50%
todos	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0%	0%	2,6%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
q5vm5a Congresso Nacional	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	10%	37,5%	30,8%	10%	8,6%	75%	10%	20%	33,3%	3,6%
na Igreja	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0%	12,5%	5,1%	3,3%	8,6%	0%	50%	20%	0%	0%
Governo Federal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0%	12,5%	5,1%	3,33%	8,5%	0%	50%	20%	0%	0%
poder judiciário	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	6,6%	0%	15,3%	6,66%	0%	0%	10%	20%	33,33%	17,8%
mídia	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	6,6%	0%	2,5%	13,33%	0%	0%	0%	0%	0%	3,57%
grandes empresas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	3,33%	0%	2,56%	0%	2,85%	0%	0%	0%	0%	0%
<b>Dimensões</b>	<b>Pontuação Esperada. Em %</b>	<b>ONGs ambientalistas</b>	<b>Outros tipos de ONG</b>	<b>Associação de moradores, de comunidade</b>	<b>Associações Profissionais</b>	<b>Universidades e centros de pesquisa</b>	<b>Entidades Religiosas</b>	<b>Sindicatos e associações rurais</b>	<b>Sindicatos de trabalhadores</b>	<b>Clubes esportivos</b>	<b>Outras categorias de</b>

				<b>ou de bairro</b>							<b>sociedade civil</b>
universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	63,33	37,5%	43,58%	63,33%	71,42%	25%	30%	20%	33,3%	67,8%
q8vm8	$>70\%=10$	62%	50%	46%	57%	68%	25%	25%	60%	33%	50%
q9vm9	Item 2 $>80\% = 10$	93,33	100	79,48	90	97,14	100	100	60	100	92,85
q11vm11a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	86,66	62,5	56,41	66,66	77,14	25	10	60	100	64,28
q11vm11b	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	86,66	75	74,35	93,33	80	75	80	80	33,33	78,57
q11vm11c	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	73,33	75	61,53	60	62,85	75	80	60	0	57,14
q11vm11d	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	36,66	37,5	17,94	20	17,14	0	0	20	0	3,57
q11vm11e	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	73,33	62,5	71,8	73,33	57,14	75	90	80	33,33	60,7
q11vm11f	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	73,33	50	43,6	56,66	51,42	50	40	80	0	46,4
q11vm11g	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	3,44	12,5	5,12	0	2,85	25	0	0	0	7,4
q15vm15	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	33,33	62,5	35,9	43,33	28,57	50	70	20	33,33	25
q25inf4a Câmaras Técnicas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	26,6	25	25,64	36,66	45,71	0	0	40	33,33	32,14
Órgãos do governo	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	3,33	0	7,7	0	2,85	0	40	0	0	7,1
<b>Dimensões</b>	<b>Pontuação Esperada. Em %</b>	<b>ONGs ambientalistas</b>	<b>Outros tipos de ONG</b>	<b>Associação de moradores, de comunidade</b>	<b>Associações Profissionais</b>	<b>Universidades e centros de pesquisa</b>	<b>Entidades Religiosas</b>	<b>Sindicatos e associações rurais</b>	<b>Sindicatos de trabalhadores</b>	<b>Clubes esportivos</b>	<b>Outras categorias de</b>

				<b>ou de bairro</b>							<b>sociedade civil</b>
Entidades empresariais	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	3,33	0	0	0	0	0	0	0	0	3,57
Consultores - comitê	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	6,66	0	2,56	10	0	25	30	0	33,33	10,71
Consultores - usuários	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	3,33	0	2,56	0	0	0	0	0	0	0
Consultores - órgãos públicos	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	2,56	6,66	2,85	0	0	0	0	0
ONGs	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	30	25	7,69	3,33	0	50	10	20	0	0
Universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	23,33	37,5	35,89	26,6	42,85	25	0	40	0	28,57
Secretaria executiva	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	3,33	12,5	15,38	13,33	5,71	0	10	0	33,33	14,28
q6O16a conhecimento técnico	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	20	50	20,5	20	25,7	50	20	20	66,66	28,57
Capacidade de art. política	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	33,33	25	12,82	26,66	17,14	25	20	20	0	25
Experiência na gestão de RH	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	13,33	12,5	25,64	30	11,42	0	20	20	0	25
Inserção na comunidade	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	33,33	12,5	38,46	23,33	40	25	40	40	33,33	21,42
<b>Dimensões</b>	<b>Pontuação Esperada. Em %</b>	<b>ONGs ambientalistas</b>	<b>Outros tipos de ONG</b>	<b>Associação de moradores, de comunidade</b>	<b>Associações Profissionais</b>	<b>Universidades e centros de pesquisa</b>	<b>Entidades Religiosas</b>	<b>Sindicatos e associações rurais</b>	<b>Sindicatos de trabalhadores</b>	<b>Clubes esportivos</b>	<b>Outras categorias de</b>

				ou de bairro							sociedade civil
<b>2. Percepção da dinâmica política</b>											
q17or1a falta de recursos financeiros	≤ 30% =10	36,66	75	61,5	83,33	68,57	100	60	60	33,33	57,1
falta de motivação	≤ 30% =10	3,33	0	5,12	0	2,85	0	10	20	0	10,7
falta de conhecimento	≤ 30% =10	20	0	15,38	6,66	2,85	0	10	0	33,33	10,7
falta de apoio	≤ 30% =10	23,33	0	5,12	10	11,42	0	10	0	0	7,14
conflitos	≤ 30% =10	13,33	25	7,7	0	11,42	0	10	20	33,33	10,71
q18or2	≥ 50% (não) = 10	36,7	50	44,7	46,7	34,3	25	60	60	33,3	46,4
q3r3a	≥ 50% (não) = 10	25,9	25	23,1	15,4	33,3	66,7	20	66,7	0	8,7
q3r3b	≥ 50% (não) = 10	48,1	50	73,1	50	51,5	66,7	40	66,7	66,7	78,3
q3r3c	≥ 50% (não) = 10	29,6	50	57,7	53,8	30,3	0	20	66,7	33,3	34,8
q9o3	≥ 50% = 10, para 2	51,9	100	65,4	61,5	72,7	33,3	80	33,3	100	52,2
q10o4a reuniões das câmaras técnicas	≥ 50% = 10	36,4	0	30	77,8	20	0	100	0	0	45,5
reuniões preparatórias	≥ 50% = 10	27,3	0	20	0	10	50	0	50	0	9,1
<b>3. Participação no comitê</b>											
(q27o1a),	≥ 70% = 10	86,6	75	71,8	90	74,28	75	50	100	66,6	75
q28o2 Até 1 dia por mês	≥ 50% = 5	13,33	12,5	12,82	26,66	22,8	0	30	0	66,66	17,85
De 2 a 5 dias	≥ 50% = 5	33,33	25	30,76	50	45,7	25	10	60	33,33	39,28
De 6 a 10 dias	≥ 70% = 10	16,66	12,5	10,25	3,33	8,57	0	10	0	0	7,14



<b>Dimensões</b>	<b>Pontuação Esperada. Em %</b>	<b>ONGs ambientalistas</b>	<b>Outros tipos de ONG</b>	<b>Associação de moradores, de comunidade ou de bairro</b>	<b>Associações Profissionais</b>	<b>Universidades e centros de pesquisa</b>	<b>Entidades Religiosas</b>	<b>Sindicatos e associações rurais</b>	<b>Sindicatos de trabalhadores</b>	<b>Clubes esportivos</b>	<b>Outras categorias de sociedade civil</b>
Mais de 10 dias	$\geq 70\% = 10$	26,66	0	7,7	6,66	14,9	25	0	0	0	14,28
q11o5	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	81,5	100	88,5	84,6	78,1	66,7	60	66,7	66,7	73,9
q15o7a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	40,7	100	46,15	42,309	42,42	66,66	40	33,33	0	39,13
(q15o7b)	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	22,22	50	26,92	23,07	21,21	100	40	66,66	0	8,69
(q15o7c),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	33,33	25	53,84	23,07	24,24	33,33	50	66,66	0	34,78
(q15o7d),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	59,25	75	53,84	46,15	42,42	33,33	20	100	0	47,82
(q15o7e),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	14,81	25	19,23	11,53	18,18	33,33	0	0	0	17,39
(q15o7f),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	37,03	0	26,92	7,69	15,15	66,66	0	33,33	0	26,08
(q15o7g),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\%$ $= 5$	14,81	25	11,53	7,69	3,03	0	0	0	0	8,69
q21o8)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	92,6	100	92,3	88,5	87,9	100	100	100	33,3	95,7
(q25o10)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	74,1	75	73,1	80	87,9	33,3	40	100	66,7	70

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	ONGs ambientalistas	Outros tipos de ONG	Associação de moradores, de comunidade ou de bairro	Associações Profissionais	Universidades e centros de pesquisa	Entidades Religiosas	Sindicatos e associações rurais	Sindicatos de trabalhadores	Clubes esportivos	Outras categorias de sociedade civil
<b>4. Preparo do representante</b>											
(q26or6) Não tem dificuldade	≥ 30% = 10	23,3	12,5	25,6	30	40	0	40	20	0	25
(q12ao22a)	≥ 70% = 10 (para sim)	70	12,5	38,5	70	54,3	25	20	20	0	63
(q12bo22b)	≥ 70% = 10 (para sim)	83,3	62,5	56,4	73,3	77,1	75	40	60	0	88,9
(q2r10) (compilação de mais de 3 anos)	≥ 50% = 10 (para sim)	50	71,42	70	66,66	58,82	100	77,77	60	33,33	76
<b>5. Representatividade</b>											
q16r4 a orientação do órgão que representa	≥ 70% = 10	22,22	25	15,38	19,23	9	33,33	0	0	0	21,73
a orientação do seu segmento	≥ 70% = 10	22,22	0	11,53	11,53	6	0	40	33,33	0	13,04
a orientação da câmara técnica	≥ 50% = 5	14,81	25	26,92	38,46	21,21	0	20	66,66	33,33	43,47
(q17r5)	≥ 50% = 10	40,7	25	34,6	19,2	27,3	0	20	33,3	0	39,1
(q18r6a)	≥ 50% = 10	30	12,5	10,25	10	17,14	25	10	40	33,33	28,57
(q18r6b)	≥ 50% = 10	77,77	75	80,76	53,84	63,63	100	100	66,66	66,66	69,56
q20r8)	≥ 50% = 10	18,5	50	30,8	11,5	3	33,3	0	33,3	0	8,7
(q24or12)	≥ 50% = 10	25,9	25	7,7	15,4	51,5	66,7	60	66,7	0	43,5

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	ONGs ambientalistas	Outros tipos de ONG	Associação de moradores, de comunidade ou de bairro	Associações Profissionais	Universidades e centros de pesquisa	Entidades Religiosas	Sindicatos e associações rurais	Sindicatos de trabalhadores	Clubes esportivos	Outras categorias de sociedade civil
<b>6. Participação em outras organizações</b>											
q7ao17 Fórum Nacional de Comitês	≥ 70% = 10	23,33	12,5	23	23,33	37,14	0	10	40	0	22,22
REBOB	≥ 70% = 10	16,66	12,5	2,56	3,33	11,42	25	0	20	0	7,4
ABRH	≥ 70% = 10	13,33	0	10,25	36,66	48,57	0	0	0	0	14,81
ABES	≥ 70% = 10	13,33	12,5	17,94	43,33	17,14	0	10	40	33,33	14,81
FONASC	≥ 70% = 10	13,33	0	12,82	10	14,28	0	0	20	0	7,40
Fórum Estadual CB	≥ 70% = 10	46,66	37,5	53,84	33,33	37,14	50	50	80	0	44,44
(q8o18)	≥ 70% = 10	43,33	25	23,07	36,66	28,57	25	0	20	33,33	33,33
(q10o20)	≥ 70% = 10	83,33	100	82,05	93,33	85,71	100	70	60	66,66	81,48
(q11o21)	≥ 70% = 10	66,7	62,5	71,8	60	60	100	60	40	66,7	70,4
q4p4	≥ 70% = 10	53,33	37,5	33,33	36,66	45,71	75	10	40	33,33	48,14
q5p5	≥ 70% = 10	60	87,5	41	40	40	75	50	40	33,33	59,25

## **Anexo 3: Resultados encontrados para o Marco Teórico- oficiais do Estado**

Dimensões	Pontuação Esperada. (em %)	Órgãos públicos não definidos (em %)	Órgãos públicos federais (em %)	Órgãos estaduais (em %)	Prefeituras (em %)	Secretarias municipais (em %)	Câmaras de vereadores (em %)
<b>1.Projetos Políticos</b>							
q3vm3	b= 0 =10	0	0	1	2	1	0
q4vm4 Governo Federal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	100	85	11	22	23	15
Governo estadual	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	35	3	4	0
Governo municipal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	15	28	65	70	77
todos	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	7	2	4	0
nenhum	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	14	5	0	0
q5vm5a Congresso Nacional	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	100	0	6	3	0	0
na Igreja	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	23	7	18	27	15
Governo Federal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	3	6	8	8
mídia	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	15	4	5	4	0
grandes empresas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	2	0	0
universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	46	64	54	54	62
q8vm8	$>70\%=10$	100	38	60	48	42	54
q9vm9	Item 2 $>80\% = 10$	100	100	93	93	100	92
q11vm11a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	100	54	71	72	77	62
q11vm11b	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	100	80	81	81	62
q11vm11c	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	100	100	57	62	69	62

<b>Dimensões</b>	<b>Pontuação Esperada. (em %)</b>	<b>Órgãos públicos não definidos (em %)</b>	<b>Órgãos públicos federais (em %)</b>	<b>Órgãos estaduais (em %)</b>	<b>Prefeituras (em %)</b>	<b>Secretarias municipais (em %)</b>	<b>Câmaras de vereadores (em %)</b>
q11vm11d	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	15	17	19	27	23
q11vm11e	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	100	66	73	73	62
q11vm11f	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	69	55	59	69	46
q11vm11g	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	3	4	8
q15vm15	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	54	51	38	46	23
q25inf4a Câmaras Técnicas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	2	2	0	0
Órgãos do governo	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	15	5	22	8	46
Entidades empresariais	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	62	44	38	58	8
Consultores - comitê	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	4	0	0
Consultores - usuários	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	100	8	21	10	15	8
Consultores - órgãos públicos	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	4	5	12	23
ONGs	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	15	13	9	8	8
Universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	1	0	0
Secretaria executiva	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	2	3	0	0
q6O16a conhecimento técnico	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	23	32	37	23	46
Capacidade de art. política	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	23	14	19	12	23
Experiência na gestão de RH	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	15	30	20	31	15
Inserção na comunidade	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	100	38	21	25	35	8

Dimensões	Pontuação Esperada. (em %)	Órgãos públicos não definidos (em %)	Órgãos públicos federais (em %)	Órgãos estaduais (em %)	Prefeituras (em %)	Secretarias municipais (em %)	Câmaras de vereadores (em %)
<b>2. Percepção da dinâmica política</b>							
q17or1a falta de recursos financeiros	≤ 30% =10	100	77	69	77	65	54
falta de motivação	≤ 30% =10	0	15	3	5	8	15
falta de conhecimento	≤ 30% =10	0	8	7	6	15	15
falta de apoio	≤ 30% =10	0	0	7	5	0	8
conflitos	≤ 30% =10	0	0	13	6	8	0
q18or2	≥ 50% (não) = 10	100	46	59	58	69	31
q3r3a	≥ 50% (não) = 10	0	36	37	32	43	0
q3r3b	≥ 50% (não) = 10	0	55	64	70	74	83
q3r3c	≥ 50% (não) = 10	0	36	51	49	39	67
q9o3	≥ 50% = 10, para 2	100	45	64	65	65	92
q10o4a reuniões das câmaras técnicas	≥ 50% = 10	0	50	57	41	43	0
reuniões preparatórias	≥ 50% = 10	0	33	14	25	0	100
<b>3. Participação no comitê</b>							
(q27o1a),	≥ 70% = 10	100	77	73	69	69	62
q28o2 Até 1 dia por mês	≥ 50% = 5	100	38	30	23	19	62
De 2 a 5 dias	≥ 50% = 5	0	31	30	43	62	31
De 6 a 10 dias	≥ 70% = 10	0	0	5	6	4	0
Mais de 10 dias	≥ 70% = 10	0	15	10	8	4	0
q11o5	≥ 70% = 10 (para sim)	100	80	80	86	87	92

Dimensões	Pontuação Esperada. (em %)	Órgãos públicos não definidos (em %)	Órgãos públicos federais (em %)	Órgãos estaduais (em %)	Prefeituras (em %)	Secretarias municipais (em %)	Câmaras de vereadores (em %)
q15o7a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	18	36	27	39	8
q15o7b	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	9	15	15	13	8
q15o7c	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	18	36	29	48	42
q15o7d	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	100	45	51	46	39	83
q15o7e	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	19	10	13	0
q15o7f	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	18	12	13	4	25
q15o7g	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	9	11	8	17	0
q21o8	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	100	100	92	94	96	92
(q25o10)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	100	73	81	76	83	92
<b>4. Preparo do representante</b>							
(q26or6) Não tem dificuldade	$\geq 30\% = 10$	100	15	47	37	50	31
(q12ao22a)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	100	31	53	45	38	46
(q12bo22b)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	100	46	76	79	65	85
(q2r10) (compilação de mais de 3 anos)	$\geq 50\% = 10$ (para sim)	100	46	57	63	69	92
<b>5. Representatividade</b>							
q16r4 a orientação do órgão que representa	$\geq 70\% = 10$	0	55	15	23	35	0
a orientação do seu segmento	$\geq 70\% = 10$	0	0	3	8	4	8
a orientação da câmara técnica	$\geq 50\% = 5$	0	18	24	30	13	50



Dimensões	Pontuação Esperada. (em %)	Órgãos públicos não definidos (em %)	Órgãos públicos federais (em %)	Órgãos estaduais (em %)	Prefeituras (em %)	Secretarias municipais (em %)	Câmaras de vereadores (em %)
(q17r5)	≥ 50% = 10	100	27	20	17	17	17
(q18r6a)	≥ 50% = 10	0	46	40	23	23	31
(q18r6b)	≥ 50% = 10	0	55	47	60	65	83
q20r8)	≥ 50% = 10	0	18	11	22	17	17
(q24or12)	≥ 50% = 10	100	82	66	70	52	50
<b>6. Participação em outras organizações</b>							
q7ao17 Fórum Nacional de Comitês	≥ 70% = 10	0	31	26	17	12	50
REBOB	≥ 70% = 10	0	8	5	2	0	8
ABRH	≥ 70% = 10	0	38	23	12	31	17
ABES	≥ 70% = 10	0	31	39	24	31	8
FONASC	≥ 70% = 10	0	0	3	3	0	0
Fórum Estadual CB	≥ 70% = 10	100	15	47	46	46	50
(q8o18)	≥ 70% = 10	0	31	20	14	38	38
(q10o20)	≥ 70% = 10	100	54	86	91	88	100
(q11o21)	≥ 70% = 10	100	54	77	75	69	77
q4p4	≥ 70% = 10	0	54	50	43	46	8
q5p5	≥ 70% = 10	0	54	54	56	65	33

## **Anexo 4: Resultados encontrados para o Marco Teórico- representantes dos usuários**

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
<b>1.Projetos Políticos</b>													
q3vm3	= 0 =10	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	5
q4vm4 Governo Federal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	17	29	0	15	24	0	0	14	50	100	44	32
Governo estadual	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	42	7	0	12	24	100	0	14	0	0	22	18
Governo municipal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	21	64	75	50	24	0	0	57	50	0	11	41
todos	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	8	0	0	4	9	0	0	7	0	0	0	0
nenhum	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	12,5	0	25	15	19	0	0	0	0	0	11	8
q5vm5a Congresso Nacional	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	4	5	0	0	7	0	0	11	0
na Igreja	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	25	21	12,5	12	0	25	0	7	50	0	33	32
Governo Federal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	8	7	0	0	5	0	0	14	50	0	22	15
poder judiciário	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	17	7	0	12	0	0	0	0	0	0	0	12
mídia	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	12,5	7	0	0	10	0	0	7	0	0	0	6

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
grandes empresas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	8	24	0	0	7	0	0	0	3
universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	38	57	87,5	58	57	75	100	57	0	100	33	29
q8vm8	>70%=10	57	57	50	58	38	100	0	57	50	100	44	36
q9vm9	Item 2 >80% = 10	100	71	88	88	76	75	0	86	100	100	89	82
q11vm11a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	83	79	88	65	81	75	100	71	50	100	56	59
q11vm11b	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	79	79	63	58	71	75	100	71	100	100	78	79
q11vm11c	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	50	71	75	50	67	75	0	64	100	100	56	65
q11vm11d	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	13	7	25	19	19	50	0	14	50	0	33	24
q11vm11e	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	54	79	63	54	67	75	0	57	100	100	78	68
q11vm11f	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	42	57	63	38	52	75	0	50	100	0	67	59
q11vm11g	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	12	5	0	0	0	0	0	0	3
q15vm15	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	21	43	50	31	24	0	0	36	100	0	33	47

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
q25inf4a Câmaras Técnicas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	4	0	0	0	0	50	0	0	0
Órgãos do governo	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	25	21	12,5	19	33	25	0	36	0	0	11	41
Entidades empresariais	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	17	36	0	12	5	0	0	29	50	0	22	18
Consultores - comitê	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consultores - usuários	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	8	21	12,5	12	14	0	100	7	0	0	0	6
Consultores - órgãos públicos	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	4	0	0	12	24	25	0	7	0	0	33	18
ONGs	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	21	14	37,5	23	19	50	0	7	0	100	33	15
Universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Secretaria executiva	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	4	0	0	0	7	0	0	0	3
q6O16a conhecimento técnico	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	33	43	0	35	38	25	0	31	50	0	11	38
Capacidade de art. política	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	13	14	25	23	19	0	100	8	0	100	11	15

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
Experiência na gestão de RH	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	25	29	62,5	23	24	25	0	31	0	0	56	18
Inserção na comunidade	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	29	14	12,5	19	19	50	0	31	50	0	22	26
<b>2. Percepção da dinâmica política</b>													
q17or1a falta de recursos financeiros	$\leq 30\% = 10$	79	86	75	65	52	75	100	71	100	100	67	62
falta de motivação	$\leq 30\% = 10$	4	7	0	8	14	0	0	7	0	0	11	0
falta de conhecimento	$\leq 30\% = 10$	0	7	25	8	10	0	0	14	0	0	11	26
falta de apoio	$\leq 30\% = 10$	8	0	0	8	5	0	0	7	0	0	11	3
conflitos	$\leq 30\% = 10$	4	0	0	8	19	25	0	0	0	0	0	6
q18or2	$\geq 50\%$ (não) = 10	54	71	50	42	38	75	0	57	100	100	56	56
q3r3a	$\geq 50\%$ (não) = 10	19	55	25	20	47	50	100	43	0	0	33	27
q3r3b	$\geq 50\%$ (não) = 10	57	27	75	75	71	100	0	57	100	0	83	69
q3r3c	$\geq 50\%$ (não) = 10	57	55	25	55	29	100	0	14	100	100	33	62
q9o3	$\geq 50\% = 10$ , para 2	76	64	50	65	53	75	0	71	100	100	83	81
q10o4a reuniões das câmaras técnicas	$\geq 50\% = 10$	80	25	75	57	38	0	100	50	0	0	100	0
reuniões preparatórias	$\geq 50\% = 10$	0	50	25	29	25	100	0	0	0	0	0	25

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
<b>3. Participação no comitê</b>													
(q27o1a),	$\geq 70\% = 10$	92	93	100	73	71	100	100	57	50	100	100	76
q28o2 Até 1 dia por mês	$\geq 50\% = 5$	25	21	63	38	33	50	100	21	50	100	44	32
De 2 a 5 dias	$\geq 50\% = 5$	50	50	13	27	38	25	0	21	50	0	22	32
De 6 a 10 dias	$\geq 70\% = 10$	4	7	13	0	5	25	0	0	0	0	0	3
Mais de 10 dias	$\geq 70\% = 10$	0	0	12,5	12	5	0	0	7	0	0	0	9
q11o5	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	71	100	100	95	94	100	100	86	100	100	100	77
q15o7a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	33	36	50	25	12	0	100	33	0	0	17	46
(q15o7b)	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	9	0	20	0	25	0	0	0	0	0	23
(q15o7c),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	24	18	37,5	15	18	25	0	17	50	0	17	42
(q15o7d),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	33	45	50	35	53	100	0	17	0	0	17	46
(q15o7e),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	5	0	12,5	20	0	0	0	17	0	0	0	15
(q15o7f),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	5	9	0	15	0	25	0	17	0	0	0	19
(q15o7g),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	5	18	0	5	18	25	0	0	0	100	0	8
q21o8)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	81	82	100	70	82	50	100	83	100	0	100	100

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
(q25o10)	≥ 70% = 10 (para sim)	81	64	75	75	71	100	100	50	50	100	100	73
<b>4. Preparo do representante</b>													
(q26or6) Não tem dificuldade	≥ 30% = 10	71	71	25	38	52	75	0	21	0	0	33	24
(q12ao22a)	≥ 70% = 10 (para sim)	46	50	88	46	38	25	100	31	0	0	44	26
(q12bo22b)	≥ 70% = 10 (para sim)	100	79	100	77	57	75	100	54	50	100	56	59
(q2r10) (compilação de mais de 3 anos)	≥ 50% = 10 (para sim)	64	71	71	75	55	50	100	58	50	100	67	72
<b>5. Representatividade</b>													
q16r4 a orientação do órgão que representa	≥ 70% = 10	38	18	37,5	25	12	0	0	33	0	0	17	23
a orientação do seu segmento	≥ 70% = 10	10	18	25	15	35	0	0	17	0	0	33	15
a orientação da câmara técnica	≥ 50% = 5	19	36	25	20	18	25	100	0	0	0	0	19
(q17r5)	≥ 50% = 10	29	0	0	15	35	0	0	33	100	0	17	19
(q18r6a)	≥ 50% = 10	25	29	25	31	19	50	100	0	0	0	11	21
(q18r6b)	≥ 50% = 10	57	55	88	50	53	50	0	67	100	100	83	73
q20r8)	≥ 50% = 10	0	0	12,5	5	12	25	0	0	0	0	17	23
(q24or12)	≥ 50% = 10	81	100	100	45	94	75	100	33	0	0	50	31



Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
<b>6. Participação em outras organizações</b>													
q7ao17 Fórum Nacional de Comitês	≥ 70% = 10	39	36	12,5	23	10	50	100	15	0	0	22	26
REBOB	≥ 70% = 10	4	0	12,5	8	10	0	100	0	0	0	0	6
ABRH	≥ 70% = 10	39	14	62,5	27	33	0	0	8	0	0	11	9
ABES	≥ 70% = 10	67	57	0	23	24	0	100	0	0	0	0	6
FONASC	≥ 70% = 10	0	7	0	8	0	0	0	8	0	0	0	9
Fórum Estadual CB	≥ 70% = 10	48	36	62,5	50	38	50	0	15	0	0	56	44
(q8o18)	≥ 70% = 10	25	21	50	23	24	25	0	8	50	0	22	12
(q10o20)	≥ 70% = 10	83	86	88	85	76	75	100	77	100	0	78	82
(q11o21)	≥ 70% = 10	83	79	63	58	67	50	100	62	50	0	22	71
q4p4	≥ 70% = 10	42	36	75	35	29	0	100	23	50	0	44	44
q5p5	≥ 70% = 10	46	36	38	42	10	0	0	38	50	0	67	47

## **Anexo 5: Atribuição de notas- sociedade civil**

Dimensões	Pontuação Esperada	ONGs ambientalistas	Outros tipos de ONG	Associação de moradores, de comunidade ou de bairro	Associações Profissionais	Universidades e centros de pesquisa	Entidades Religiosas	Sindicatos e associações rurais	Sindicatos de trabalhadores	Clubes esportivos	Outras categorias de sociedade civil
<b>1.Projetos Políticos</b>											
q3vm3	= 0 =10	0	10	0	10	10	10	0	0	10	0
q4vm4 Governo Federal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	5	5	5	5	0	10	0	0	0
Governo estadual	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0
Governo municipal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	5	0	0	5	0	5	5	5
todos	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
nenhum	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0
q5vm5a Congresso Nacional	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	5	5	5	5	10	0	0	5	0
na Igreja	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0
Governo Federal poder judiciário	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0
mídia	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
grandes empresas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	5	5	5	10	0	5	0	5	5
q8vm8	$>70\%=10$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
q9vm9	Item 2 $>80\% = 10$	10	10	0	10	10	10	10	0	10	10
q11vm11a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	10	5	5	5	10	0	0	5	10	5





<b>Dimensões</b>	Pontuação Esperada	ONGs ambientalistas	Outros tipos de ONG	Associação de moradores, de comunidade ou de bairro	Associações Profissionais	Universidades e centros de pesquisa	Entidades Religiosas	Sindicatos e associações rurais	Sindicatos de trabalhadores	Clubes esportivos	Outras categorias de sociedade civil
falta de conhecimento dos membros sobre gerenciamento da água	$\leq 30\% = 10$	10	10	10	10	10	10	10	10	0	10
falta de apoio técnico/administrativo	$\leq 30\% = 10$	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
conflitos difíceis de serem resolvidos	$\leq 30\% = 10$	10	10	10	10	10	10	10	10	0	10
q18or2	$\geq 50\%$ (não) = 10	0	10	0	0	0	0	10	10	0	0
q3r3a	$\geq 50\%$ (não) = 10	0	0	0	0	0	10	0	10	0	0
q3r3b	$\geq 50\%$ (não) = 10	0	10	10	10	10	10	0	10	10	10
q3r3c	$\geq 50\%$ (não) = 10	0	10	10	10	0	0	0	10	0	0
q9o3	$\geq 50\% = 10$ , para 2	10	10	10	10	10	0	10	0	10	10
q10o4a reuniões das câmaras técnicas ou grupos ou comissões de trabalho	$\geq 50\% = 10$	0	0	0	10	0	0	10	0	0	0
reuniões preparatórias para reunião plenária	$\geq 50\% = 10$	0	0	0	0	0	10	0	10	0	0

Dimensões	Pontuação Esperada	ONGs ambientalistas	Outros tipos de ONG	Associação de moradores, de comunidade ou de bairro	Associações Profissionais	Universidades e centros de pesquisa	Entidades Religiosas	Sindicatos e associações rurais	Sindicatos de trabalhadores	Clubes esportivos	Outras categorias de sociedade civil
<b>3. Participação no comitê</b>											
(q27o1a),	$\geq 70\% = 10$	10	10	10	10	10	10	0	10	0	10
q28o2 Até 1 dia por mês	$\geq 50\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0
De 2 a 5 dias por mês,	$\geq 50\% = 5$	0	0	0	5	0	0	0	10	0	0
De 6 a 10 dias por mês	$\geq 70\% = 10$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de 10 dias por mês?	$\geq 70\% = 10$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
q11o5	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	10	10	10	10	10	5	5	5	5	10
(q15o7a),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	10	5	5	5	5	5	5	0	10
(q15o7b	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	5	0	0	0	10	5	5	0	0
(q15o7c),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	0	5	0	0	5	5	5	0	5
(q15o7d),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	10	5	5	5	5	0	10	0	5
(q15o7e),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0
(q15o7f),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	0	0	0	0	5	0	5	0	0
(q15o7g),	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(q21o8)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	20	10	10	10	10	10	10	10	0	10
(q25o10)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	10	10	10	10	10	0	0	10	0	10

Dimensões	Pontuação Esperada	ONGs ambientalistas	Outros tipos de ONG	Associação de moradores, de comunidade ou de bairro	Associações Profissionais	Universidades e centros de pesquisa	Entidades Religiosas	Sindicatos e associações rurais	Sindicatos de trabalhadores	Clubes esportivos	Outras categorias de sociedade civil
<b>4. Preparo do representante</b>											
(q26or6) Não tem dificuldade	≥ 30% = 10	0	0	0	10	10	0	10	0	0	0
(q12ao22a)	≥ 70% = 10 (para sim)	10	0	0	10	0	0	0	0	0	0
(q12bo22b)	≥ 70% = 10 (para sim)	10	0	0	10	10	10	0	0	0	10
(q2r10) (compilação de mais de 3 anos)	≥ 50% = 10 (para sim)	10	10	10	10	10	10	10	0	0	10
<b>5. Representatividade</b>											
q16r4 a orientação do órgão ou entidade que representa	≥ 50% = 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
a orientação do seu segmento ou categoria,	≥ 50% = 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
a orientação da câmara técnica ou do grupo/comissão de trabalho?	≥ 50% = 5	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0
(q17r5)	≥ 50% = 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(q18r6a)	≥ 50% = 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(q18r6b)	≥ 50% = 10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
q20r8)	≥ 50% = 10	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0
(q24or12)	≥ 50% = 10	0	0	0	0	10	10	10	10	0	0



Dimensões	Pontuação Esperada	ONGs ambientalistas	Outros tipos de ONG	Associação de moradores, de comunidade ou de bairro	Associações Profissionais	Universidades e centros de pesquisa	Entidades Religiosas	Sindicatos e associações rurais	Sindicatos de trabalhadores	Clubes esportivos	Outras categorias de sociedade civil
<b>6. Participação em outras organizações</b>											
q7a017 Fórum Nacional de Comitês	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	5	0	0	5	0	0
Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas-REBOB	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Associação Brasileira De Recursos Hídricos-ABRH	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	5	5	0	0	0	0	0
Associação Brasileira De Engenharia Sanitária-ABES	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	5	0	0	0	5	5	0
Fórum Nacional da Sociedade Civil (FONASC)	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fórum Estadual de Comitês de Bacia	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	5	5	5	5	5	5	10	0	5
(q8o18)	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	0	0	5	0	0	0	0	5	5
(q10o20)	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	10	10	10	10	10	10	10	5	5	10
(q11o21)	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	5	10	5	5	10	5	5	5	10

<b>Dimensões</b>	Pontuação Esperada	ONGs ambientalistas	Outros tipos de ONG	Associação de moradores, de comunidade ou de bairro	Associações Profissionais	Universidades e centros de pesquisa	Entidades Religiosas	Sindicatos e associações rurais	Sindicatos de trabalhadores	Clubes esportivos	Outras categorias de sociedade civil
q4p4	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	5	5	5	5	10	0	5	5	5
q5p5	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	5	10	5	5	5	10	5	5	5	5

## **Anexo 6: Atribuição de notas - oficiais do Estado**

Dimensões	Pontuação Esperada. (em %)	Órgãos públicos não definidos (em %)	Órgãos públicos federais (em %)	Órgãos estaduais (em %)	Prefeituras (em %)	Secretarias municipais (em %)	Câmaras de vereadores (em %)
<b>1.Projetos Políticos</b>							
q3vm3	b= 0 =10	10	10	0	0	0	10
q4vm4 Governo Federal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	10	10	0	0	0	0
Governo estadual	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	5	0	0	0
Governo municipal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	5	10	10
todos	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
nenhum	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
q5vm5a Congresso Nacional	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	10	0	0	0	0	0
na Igreja	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
Governo Federal	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
mídia	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
grandes empresas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	5	5	5	5	5
q8vm8	$>70\%=10$	10	0	0	0	0	0
q9vm9	Item 2 $>80\% = 10$	10	10	10	10	10	10
q11vm11a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	10	5	10	10	10	5
q11vm11b	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	10	10	10	10	5
q11vm11c	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	10	10	5	5	5	5

<b>Dimensões</b>	<b>Pontuação Esperada. (em %)</b>	<b>Órgãos públicos não definidos (em %)</b>	<b>Órgãos públicos federais (em %)</b>	<b>Órgãos estaduais (em %)</b>	<b>Prefeituras (em %)</b>	<b>Secretarias municipais (em %)</b>	<b>Câmaras de vereadores (em %)</b>
q11vm11d	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
q11vm11e	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	10	5	10	10	5
q11vm11f	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	5	5	5	5	5
q11vm11g	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
q15vm15	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	5	5	5	5	0
q25inf4a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
Câmaras Técnicas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
Órgãos do governo	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	5
Entidades empresariais	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	5	5	5	5	0
Consultores - comitê	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
Consultores - usuários	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	10	0	0	0	0	0
Consultores - órgãos públicos	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
ONGs	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
Universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
Secretaria executiva	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
q6O16a conhecimento técnico	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	5	5	0	5
Capacidade de art. política	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
Experiência na gestão de RH	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	5	0	5	0
Inserção na comunidade	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	10	0	0	0	0	0

Dimensões	Pontuação Esperada. (em %)	Órgãos públicos não definidos (em %)	Órgãos públicos federais (em %)	Órgãos estaduais (em %)	Prefeituras (em %)	Secretarias municipais (em %)	Câmaras de vereadores (em %)
<b>2. Percepção da dinâmica política</b>							
q17or1a falta de recursos financeiros	≤ 30% =10	0	0	0	0	0	0
falta de motivação	≤ 30% =10	10	10	10	10	10	10
falta de conhecimento	≤ 30% =10	10	10	10	10	10	10
falta de apoio	≤ 30% =10	10	10	10	10	10	10
conflitos	≤ 30% =10	10	10	10	10	10	10
q18or2	≥ 50% (não) = 10	10	0	10	10	10	0
q3r3a	≥ 50% (não) = 10	0	0	0	0	0	0
q3r3b	≥ 50% (não) = 10	0	10	10	10	10	10
q3r3c	≥ 50% (não) = 10	0	0	10	0	0	10
q9o3	≥ 50% = 10, para 2	10	0	10	10	10	10
q10o4a reuniões das câmaras técnicas	≥ 50% = 10	0	10	10	0	0	0
reuniões preparatórias	≥ 50% = 10	0	0	0	0	0	10
<b>3. Participação no comitê</b>							
(q27o1a),	≥ 70% = 10	10	10	10	0	0	0
q28o2 Até 1 dia por mês	≥ 50% = 5	5	0	0	0	0	5
De 2 a 5 dias	≥ 50% = 5	0	0	0	0	5	0
De 6 a 10 dias	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0
Mais de 10 dias	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0
q11o5	≥ 70% = 10 (para sim)	10	10	10	10	10	10

Dimensões	Pontuação Esperada. (em %)	Órgãos públicos não definidos (em %)	Órgãos públicos federais (em %)	Órgãos estaduais (em %)	Prefeituras (em %)	Secretarias municipais (em %)	Câmaras de vereadores (em %)
q15o7a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	5	0	5	0
q15o7b	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
q15o7c	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	5	0	5	5
q15o7d	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	10	5	5	5	5	10
q15o7e	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
q15o7f	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
q15o7g	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X \leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0
q21o8	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	10	10	10	10	10	10
(q25o10)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	10	10	10	10	10	10
<b>4. Preparo do representante</b>							
(q26or6) Não tem dificuldade	$\geq 30\% = 10$	10	0	10	10	10	10
(q12ao22a)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	10	0	0	0	0	0
(q12bo22b)	$\geq 70\% = 10$ (para sim)	10	0	10	10	0	10
(q2r10) (compilação de mais de 3 anos)	$\geq 50\% = 10$ (para sim)	10	0	10	10	10	10
<b>5. Representatividade</b>							
q16r4 a orientação do órgão que representa	$\geq 70\% = 10$	0	0	0	0	0	0
a orientação do seu segmento	$\geq 70\% = 10$	0	0	0	0	0	0
a orientação da câmara técnica	$\geq 50\% = 5$	0	0	0	0	0	5

<b>Dimensões</b>	<b>Pontuação Esperada. (em %)</b>	<b>Órgãos públicos não definidos (em %)</b>	<b>Órgãos públicos federais (em %)</b>	<b>Órgãos estaduais (em %)</b>	<b>Prefeituras (em %)</b>	<b>Secretarias municipais (em %)</b>	<b>Câmaras de vereadores (em %)</b>
(q17r5)	≥ 50% = 10	10	0	0	0	0	0
(q18r6a)	≥ 50% = 10	0	0	0	0	0	0
(q18r6b)	≥ 50% = 10	0	10	0	10	10	10
q20r8)	≥ 50% = 10	0	0	0	0	0	0
(q24or12)	≥ 50% = 10	10	10	10	10	10	10
<b>6. Participação em outras organizações</b>							
q7ao17 Fórum Nacional de Comitês	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0
REBOB	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0
ABRH	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0
ABES	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0
FONASC	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0
Fórum Estadual CB	≥ 70% = 10	10	0	0	0	0	0
(q8o18)	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0
(q10o20)	≥ 70% = 10	10	0	10	10	10	10
(q11o21)	≥ 70% = 10	10	0	10	10	0	10
q4p4	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0
q5p5	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0



## **Anexo 7: Atribuição de notas- representantes dos usuários**



Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
grandes empresas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	5	5	10	0	0	10	10	5	0	10	5	0
q8vm8	$>70\% = 10$	0	0	0	0	0	10	0	0	0	10	0	0
q9vm9	Item 2 $>80\% = 10$	10	0	10	10	0	0	0	10	10	10	10	10
q11vm11a	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	10	10	10	5	10	10	10	10	5	10	5	5
q11vm11b	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	10	10	5	5	10	10	10	10	10	10	10	10
q11vm11c	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	5	10	10	5	5	10	0	5	10	10	5	5
q11vm11d	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	5	0	0	5	0	5	0
q11vm11e	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	5	10	5	5	5	10	0	5	10	10	10	5
q11vm11f	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	5	5	5	5	5	10	0	5	10	0	5	5
q11vm11g	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
q15vm15	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
q25inf4a Câmaras Técnicas	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0
Órgãos do governo	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	5	0	0	5	0	0	0	5
Entidades empresariais	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	5	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0
Consultores - comitê	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consultores - usuários	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0
Consultores - órgãos públicos	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0
ONGs	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	5	0	0	5	0	0	0	10	5	0
Universidades	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secretaria executiva	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
q6O16a conhecimento técnico	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	5	5	0	5	5	0	0	5	5	0	0	5
Capacidade de art. política	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	0	10	0	0	10	0	0

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
Experiência na gestão de RH	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	5	0	0	0	0	5	0	0	5	0
Inserção na comunidade	$\geq 70\% = 10$ $30 \leq X$ $\leq 70\% = 5$	0	0	0	0	0	5	0	5	5	0	0	0
<b>2. Percepção da dinâmica política</b>													
q17or1a falta de recursos financeiros	$\leq 30\% = 10$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
falta de motivação	$\leq 30\% = 10$	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
falta de conhecimento	$\leq 30\% = 10$	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
falta de apoio	$\leq 30\% = 10$	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
conflitos	$\leq 30\% = 10$	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
q18or2	$\geq 50\%$ (não) = 10	10	10	10	0	0	10	0	10	10	10	10	10
q3r3a	$\geq 50\%$ (não) = 10	0	10	0	0	0	10	10	0	0	0	0	0
q3r3b	$\geq 50\%$ (não) = 10	10	0	10	10	10	10	0	10	10	0	10	10
q3r3c	$\geq 50\%$ (não) = 10	10	10	0	10	0	10	0	0	10	10	0	10
q9o3	$\geq 50\% = 10$ , para 2	10	10	10	10	10	10	0	10	10	10	10	10
q10o4a reuniões das câmaras técnicas	$\geq 50\% = 10$	10	0	10	10	0	0	10	10	0	0	10	0
reuniões preparatórias	$\geq 50\% = 10$	0	10	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
<b>3. Participação no comitê</b>													
q27o1a	≥ 70% = 10	10	10	10	10	10	10	10	0	0	10	10	10
q28o2	≥ 50% = 5												
Até 1 dia por mês		0	0	5	0	0	5	5	0	5	5	0	0
De 2 a 5 dias	≥ 50% = 5	5	5	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0
De 6 a 10 dias	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de 10 dias	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
q11o5	≥ 70% = 10 (para sim)	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
q15o7a	≥ 70% = 10 30 ≤ X ≤ 70% = 5	5	5	5	0	0	0	10	5	0	0	0	5
q15o7b	≥ 70% = 10 30 ≤ X ≤ 70% = 5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
q15o7c	≥ 70% = 10 30 ≤ X ≤ 70% = 5	0	0	5	0	0	0	0	0	5	0	0	5
q15o7d	≥ 70% = 10 30 ≤ X ≤ 70% = 5	5	5	5	5	5	10	0	0	0	0	0	5
q15o7e	≥ 70% = 10 30 ≤ X ≤ 70% = 5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
q15o7f	≥ 70% = 10 30 ≤ X ≤ 70% = 5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
q15o7g	≥ 70% = 10 30 ≤ X ≤ 70% = 5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0
q21o8	≥ 70% = 10 (para sim)	10	10	10	10	10	0	10	10	10	0	10	10

Dimensões	Pontuação Esperada. Em %	Emp. estadual de saneamento (em %)	Serviço autônomo ou municipal (em %)	Emp. de energia elétrica (em %)	Associações de emp. privadas (em %)	Emp. privadas (em %)	Emp. agrícola privada (em %)	Emp. privada de saneamento (em %)	Assoc. de pequenos produtores não agricultores (em %)	Assoc. de usuários de água (em %)	Outro usuário municipal (em %)	Assoc. de grandes produtores rurais (em %)	Assoc. de pequenos produtores (em %)
(q25o10)	≥ 70% = 10 (para sim)	10	0	10	10	10	10	10	0	0	10	10	10
<b>4. Preparo do representante</b>													
(q26or6) Não tem dificuldade	≥ 30% = 10	10	10	0	10	10	10	0	0	0	0	10	0
(q12ao22a)	≥ 70% = 10 (para sim)	0	0	10	0	0	0	10	0	0	0	0	0
(q12bo22b)	≥ 70% = 10 (para sim)	10	10	10	10	0	10	10	0	0	10	0	0
(q2r10) (compilação de mais de 3 anos)	≥ 50% = 10 (para sim)	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
<b>5. Representatividade</b>													
q16r4 a orientação do órgão que representa	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
a orientação do seu segmento	≥ 70% = 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
a orientação da câmara técnica	≥ 50% = 5	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0
(q17r5)	≥ 50% = 10	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0
(q18r6a)	≥ 50% = 10	0	0	0	0	0	10	10	0	0	0	0	0
(q18r6b)	≥ 50% = 10	10	10	10	10	10	10	0	10	10	10	10	10
q20r8)	≥ 50% = 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(q24or12)	≥ 50% = 10	10	10	10	0	10	10	10	0	0	0	10	0

